



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**OS VENTOS DA MARITIMIDADE NO LITORAL DO CEARÁ:  
REFLEXOS DAS PRÁTICAS MARÍTIMAS MODERNAS  
NO PARQUE NACIONAL DE JERICOACORA - CEARÁ**

**INGRID CARNEIRO DE LIMA**





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**INGRID CARNEIRO DE LIMA**

**OS VENTOS DA MARITIMIDADE NO LITORAL DO CEARÁ - BRASIL:  
REFLEXOS DOS FLUXOS DE VEÍCULOS NO PARQUE NACIONAL  
DE JERICOACOARA**

**FORTALEZA  
2007**

**INGRID CARNEIRO DE LIMA**

**OS VENTOS DA MARITIMIDADE NO LITORAL DO CEARÁ - BRASIL:  
REFLEXOS DOS FLUXOS DE VEÍCULOS NO PARQUE NACIONAL  
DE JERICOACOARA - CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia, do Centro de Ciências, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Corrêa Dantas

Co-orientador: Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro Dantas

**FORTALEZA  
2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**Mestrado em Geografia**

**Os Ventos da Maritimidade no Litoral do Ceará - Brasil: reflexos dos fluxos de  
veículos no Parque Nacional de Jericoacoara**

**Área de Concentração:** Dinâmica territorial e ambiental.

**Linha de Pesquisa:** Análise socioambiental da zona costeira.

**Mestranda:** Ingrid Carneiro de Lima

**Data da defesa:** 17 / 10 / 2007

**Resultado obtido:** Nota 8,0

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas  
Orientador

---

Prof. Dr. Luiz Cruz Lima  
Universidade Estadual do Ceará

---

Prof. Dr. Edson Vicente da Silva  
Universidade Federal do Ceará



## **DEDICATÓRIA**

*A Deus, Senhor absoluto da minha vida.*

*À minha família, que tanto amo, pela dedicação  
incondicional ao meu crescimento pessoal e  
profissional.*

## AGRADECIMENTOS

Quero manifestar profundos agradecimentos:

À instituição de ensino - Universidade Federal do Ceará - pelo aprendizado, por conceder nova perspectiva sobre o Turismo e a Geografia, pela realização profissional conquistada hoje.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Eustógio W. C. Dantas, pelo norte até a conclusão deste trabalho, pelas sábias palavras expressadas quando as dúvidas pairavam sobre mim, e por acreditar que eu poderia chegar até aqui.

Ao meu co-orientador Prof. Dr. Christian Dennys M. de Oliveira, por suas valorosas ponderações para formulação desta pesquisa.

À banca de defesa, aos Professores Dr. Luiz Cruz Lima e Edson Vicente da Silva (Caucau), de modo a aperfeiçoar essa investigação como parâmetro em favor do meio ambiente.

Em especial, aos Professores Doutores Cacau, Jeovah e Christian, por quem tenho admiração e respeito, por estarem sempre solícitos às minhas indagações.

Ao meu amigo querido, Prof. Ms. Emmanuel Nogueira, que há muito contribui com seus conhecimentos e sua amizade na formatação da pessoa que sou hoje.

Aos meus amigos da turma 2005/2, por terem compartilhado experiências profissionais nesse momento de aprendizagem; e pelos alegres tempos de descontração.

À minha amiga Aline Parente, que acompanhou a minha trajetória na Academia e na vida pessoal, nas horas tristes e felizes da minha vida. Obrigada!!!

Em especial, às minhas amigas Mestras (geógrafas físicas) Geísa e Lourdes (Lurdinha) e ao Prof. Ms. Paulo Roberto Lopes Thiers, pela dedicação e doação de seu precioso tempo, contribuindo sobremaneira na confecção dos mapas. Meu muitíssimo obrigada!!!

Aos meus amigos do coração - Michele, Janaína, Fernanda Guiter, Rosana Lima, Flávia Rodrigues, Júnior e Silvana - que estão sempre comigo, doando seu carinho, compartilhando alegrias e injetando forças em todas as horas.

Aos meus amigos especiais - Cristiano Mattos e George Dantas, Igor Moura, pelo carinho, atenção e a presteza para a constituição deste estudo.

Aos meus amigos da Academia e da maritimidade - Raimundo Aragão, Ângela Falcão e Alexandre Queiroz - que, com suas orientações, fizeram-me organizar as idéias com esteio em suas obras.

À minha amiga filósofa Viviane, e ao seu namorado Pedro (China), pelas sinceras contribuições na produção deste trabalho. Obrigada!!!

Aos meus amigos que fazem a equipe do IBAMA de Jericoacoara, na pessoa do Professor Ms. Osmar Fonteles, chefe do Parque, com suas obras sobre Jericoacoara, ajudando-me a conhecer a linda "Jeri" e sua dinâmica. A Odécio, Elizabeth, Aldízio Lima e Lúcio Santos que, com presteza, atenderam aos meus questionamentos e forneceram material necessário para a elaboração e finalização deste trabalho. A todos, meus sinceros agradecimentos.

Aos meus amigos turismólogos, Ramon Vargas, Vitor Kendi e Wallace Fernandes, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pela amizade e pelas trocas de informações sobre Jericoacoara durante esses dois anos.

A Inácio Prata, por suas valiosas informações sobre o Parque Nacional, conhecedor das grandes ações do meio ambiente e do turismo.

À comunidade de Jericoacoara, por me acolher tão bem, colaborar com as minhas pesquisas e permitir contemplar o mais belo pôr-do-sol do mundo.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pelo apoio ao desenvolvimento de pesquisa científica no Estado do Ceará, e, no que concerne à concessão de bolsa de estudo para a realização desta pesquisa.

À Agência Espanhola de Cooperativa Internacional (AECI), por financiar parte do meu projeto de pesquisa, fruto de um projeto maior no Parque Nacional de Jericoacoara – Ceará.

***“Terra, nosso lar: A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva, com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável, com todos os seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solo férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global, com seus recursos finitos, é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado”.***

***(Terra, nosso lar – Carta da Terra).***

## RESUMO

A dissertação tem como objeto de estudo a análise dos reflexos dos fluxos de veículos no Parque Nacional de Jericoacoara, situado no litoral oeste do Estado do Ceará. Esse contempla os desdobramentos socioambientais ocasionados pelo intenso fluxo de visitantes, moradores e prestadores de serviços veiculados, que trafegam no Parque em direção à vila de Jericoacoara, principal destino turístico da localidade, pois, para se ter acesso a esta e a outras áreas do entorno é preciso atravessar o Parque. As práticas marítimas modernas agregadas à atividade turística tornaram-se mote para a busca de novos espaços. Nutrida pela atividade de lazer (sol e mar) e práticas náuticas (*kite e Windsur, surf*), a vila de Jericoacoara se tornou em pouco tempo um dos locais mais procurados pelos turistas nacionais e internacionais. Com efeito, essas práticas, as dinâmicas da atividade turística e da comunidade conduziram à criação de equipamentos públicos e privados, que, por conseqüência, acarretaram o extrapolamento dos limites da Vila. Outros reflexos deste intenso fluxo incidiram negativamente na formação de trilhas desordenadas que contribuíram sobremaneira para o soterramento de casas e migração do campo de dunas. Para análise destes fatos constatados na pesquisa, trabalhou-se o teórico-empírico com visitas *in loco*, reuniões com as comunidades da região, órgãos gestores da UC, do Município e agentes que fazem o turismo acontecer. Outro dado relevante, que contribuiu para a composição deste trabalho foi a participação como membro da equipe do projeto Zoneamento Geoambiental e Socioeconômico - Plano de Uso Público das Trilhas de Acesso ao Parque Nacional de Jericoacoara, instrumento utilizado para o reordenamento do fluxo de veículos e mitigação dos impactos causados por estes. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) procurou atenuar os efeitos do fluxo turístico no Parque Nacional com a tomada de medidas educativas e restritivas. Com base no projeto de Zoneamento, realizado em parceria com a Universidade Federal do Ceará - (UFC) e Agência Espanhola de Cooperativa Internacional - (AECI), foram delimitadas três trilhas fixas de acesso ao Parque, além de se colocar guaritas nos principais portões de acesso, a fim de quantificar e informar os turistas sobre a conduta dentro do parque. O resultado da pesquisa constatou que o maior ímpeto, neste momento, são os fluxos de veículos que atendem comercialmente à Vila. Por fim, a análise procura delimitar até que ponto o acesso realizado pelo Parque Nacional é viável e quais as soluções possíveis para mitigar a problemática.

**Palavras-chave:** Turismo, Maritimidade, Parque Nacional, Jericoacoara.

## ABSTRACT

The research has as study object the analysis of the consequences of the flows of vehicles in the National Park of Jericoacoara, situated in the coastal west of the State of the Ceará. This contemplates the environment unfoldings caused by the intense flow of visitors, inhabitants and rendering of service propagated who pass through in the park in direction to the village of Jericoacoara, main tourist destination of the locality, therefore, and to have access to this and other areas around, is necessary to cross the Park. The practical added modern maritime to the tourist activity had become mote for the search of new spaces. Nourished for the activity of leisure (sun and sea) and practical nautical (*kite* and *Windsur*, surf), the village of Jericoacoara if became more in little time one of the places looked by the national and international tourists. With effect, these practical, the dynamic of the tourist activity and the community had lead to the public equipment creation and private, that, for consequence, had caused the increase of the limits of the Village. Other consequences of this intense flow had happened negative in the formation of disordered tracks that had excessively contributed for the burial of houses and migration of the dune field. For analysis of these facts evidenced in the research, the theoretician worked - empirical with visits *in loco*, meetings with the communities of the region, managing agencies of the UC, the City and agents who make the tourism to happen. Another excellent data that contribute for the composition of this work were the participation as member of the team of the Projeto de Zoneamento Geoambiental e Sócio-Econômico – Plano de Uso Público das Trilhas de Acesso ao Parque Nacional de Jericoacoara, instrument used for the rearrangement of the flow of vehicles and reduction of the impacts caused for these. The Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) looked for to attenuate the effect of the tourist flow in the National Park with the taking of educative and restrictive measures. On the basis of the project of Zoning carried through in partnership with the Universidade Federal do Ceará - (UFC) and Agência Espanhola de Cooperação Internacional - (AECI), had been delimited three fixed tracks of access to the Park, beyond if placing sentry boxes in the main gates of access, in order to inside quantify and to inform the tourists on the behavior of the park. The result of the research evidenced that the biggest impetus at this moment is the flows of vehicles that take care of the Village commercially. Finally, the analysis looks for to delimit until point the access carried through for the National Park is viable and which the possible solutions to mitigate the problematic one.

**Key-Words:** Tourism, Nacional Park, Jericoacoara.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |    |
|--|----|
| Figura 01 - Mapa de Localização da área de estudo.....   | 15 |
| Figura 02 - Planta do Forte Shoonenborch.....  | 26 |
| Figura 03 - Foto da caminhada à beira-mar na Praia de Iracema.....                                     | 30 |
| Figura 04 - Foto do banho de mar na Praia de Iracema.....  | 31 |
| Figura 05 - Mapa de ocupação do litoral de Fortaleza.....  | 33 |
| Figura 06 - Mapa das Unidades Geoambientais.....   | 35 |
| Figura 07 - Mapa das Macrorregiões Turísticas.....   | 36 |
| Figura 08 - Mapa do Corredor Turístico Estruturante.....   | 37 |
| Figura 09 - Mapa de Âncoras Turísticas.....  | 39 |
| Figura 10 - Mapa das Rodovias Integradas do PRODETUR II, C.Oeste.....                                  | 40 |
| Figura 11 - Foto da vista aérea da Vila de Jericoacoara.....   | 44 |
| Figura 12 - Principais vias de acesso ao litoral.....  | 45 |
| Figura 13 - Foto da estrada de Piçarra da comunidade do Preá.....                                      | 46 |
| Figura 14 - Foto da estrada de área da comunidade da Lagoa Grande.....                                 | 46 |
| Figura 15 - Tabela 1 - População da Vila de Jericoacoara (1980 – 2003)...                              | 48 |
| Figura 16 - Foto de coqueiros no pé da duna Pôr-do-Sol antes de ser encoberto.....                     | 50 |
| Figura 17 - Foto imagem dos Pontos de atração e localização das práticas náuticas de Jericoacoara..... | 51 |
| Figura 18 – Quadro 1 – Poema em homenagem a Jeri!.....   | 54 |
| Figura 19 – Quadro 2 - Critérios e normas para a criação, implantação e conservação da natureza.....   | 58 |
| Figura 20 – Quadro 3 - Normas da Unidade de Conservação de Uso Sustentável.....                        | 59 |
| Figura 21 – Pousada com dois pavimentos.....   | 60 |
| Figura 22 – Residência com dois pavimentos.....  | 60 |
| Figura 23 – Área de entorno e Sítio de Coqueiros.....  | 62 |
| Figura 24 - Invasão de areia em residência.....  | 66 |
| Figura 25 - Piquetes que demarcam o limite do PARNA.....   | 68 |
| Figura 26 - Barracos dentro do PARNA.....  | 68 |
| Figura 27 – Casas perto dos piquetes.....  | 68 |
| Figura 28 - Tabela 2 - Estatística Geral do Detentor de Imóvel.....                                    | 69 |
| Figura 29 - Mosaico das edificações em Jericoacoara.....   | 72 |
| Figura 30 - Jardineira da empresa Redenção.....  | 78 |
| Figura 31 – Gráfico1 - Destinações Turísticas do CE.....   | 80 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 32 - Tabela 3 - Passeios turísticos com saída de Jericoacoara.....  | 81  |
| Figura 33 - Tabela 4 – Passeios turísticos ofertados.....  | 82  |
| Figura 34 - Placa de Proibição de tráfego veículos.....  | 84  |
| Figura 35 - Placa de proibição com normas de conduta.....  | 84  |
| Figura 36 - Operação Férias Lagoa Grande.....  | 85  |
| Figura 37 - Operação Férias na Praia do Preá.....  | 86  |
| Figura 38 - Tabela 5 - Número total de veículos e pessoas que visitaram o Parque Nacional de Jericoacoara durante o feriado de fim-de-ano..... | 88  |
| Figura 39 - Gráfico 2 - Número de veículos e pessoas visitantes.....   | 88  |
| Figura 40 - Tabela 6 - Procedência do fluxo de pessoas que visitaram o Parque Nacional de Jericoacoara durante o feriado de fim-de-ano.....    | 89  |
| Figura 41 - Gráfico 3 - Origem dos visitantes.....   | 89  |
| Figura 42 - Tabela 7 - Número total de veículos e pessoas que visitaram o Parque durante o feriado de fim de ano.....                          | 90  |
| Figura 43 - Gráfico 4 - Visitantes de fim-de-ano.....  | 90  |
| Figura 44 - Tabela 8 - Origem das pessoas que visitaram o Parque Nacional de Jericoacoara durante o feriado de fim-de-ano.....                 | 91  |
| Figura 45 - Gráfico 5 - Origem dos visitantes fim-de-ano.....  | 91  |
| Figura 46 - Tabela 9 - Origem dos visitantes nacionais do PARNA Jericoacoara por região.....   | 92  |
| Figura 47 - Gráfico 6 – Visitantes por região.....   | 92  |
| Figura 48 - Tabela 10 - Origem dos visitantes do Parque Nacional de Jericoacoara procedentes do Ceará.....                                     | 93  |
| Figura 49 - Gráfico 7 - Tipos de veículos utilizados.....  | 94  |
| Figura 50 Tabela 11– Origem e quantidade de veículos que atravessam o Parque.....  | 95  |
| Figura 51 – Foto imagem dos fluxos de veículos Parque.....   | 97  |
| Figura 52 - Tabela 12 –Trilhas de acesso ao Parque e suas características espaciais.....   | 100 |
| Figura 53 – Acesso desordenado de trilha vindo da Lagoa.....   | 102 |
| Figura 54 - Trilha da Praia do Preá.....   | 102 |
| Figura 55 – Trilha do Mangue Seco/Guriú.....   | 103 |
| Figura 56 – Foto imagem das guaritas.....  | 105 |



## LISTA SIGLAS E ABREVIATURAS

**APA** - Área de Proteção Ambiental

**CAGECE** - Companhia de Água e Esgoto do Ceará

**CGEUC** - Coordenação Geral de Unidades de Conservação

**CONAMA** - Conselho Nacional de Meio Ambiente

**CPMA** - Comando da Polícia Militar Ambiental

**DIREC** - Diretoria de Ecossistema

**ETE** - Estação de Tratamento e Esgoto

**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IDACE** - Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará

**NUC** - Núcleo de Unidades de Conservação

**NUGA** - Núcleo de Geografia Aplicada

**PARNA** - Parque Nacional de Jericoacoara

**PRODETURIS** - Programa de Desenvolvimento do Turismo

**PRODETUR/NE** - Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

**PROURB** - Programa de Desenvolvimento e Urbanização

**SDLR** - Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional do Ceará

**SEINFRA** – Secretaria de Infra-estrutura do Ceará

**SEMACE** - Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará

**SEMA** – Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ceará

**SETUR** - Secretaria de Turismo do Estado do Ceará

**SNUC** - Sistema Nacional de Unidade de Conservação

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....</b>  | <b>09</b>  |
| <b>LISTA SIGLAS E ABREVIATURAS.....</b>   | <b>12</b>  |
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>14</b>  |
| <b>2.O ENCONTRO COM O MAR: PERSPECTIVAS SOBRE MARITIMIDADE.....</b>                                       | <b>20</b>  |
| 2.1 Do medo às práticas marítimas modernas no Ocidente.....   | 20         |
| 2.2 Maritimidade em Fortaleza e sua trajetória a Vila de Jericoacoara.....                                | 23         |
| 2.3 Jericoacoara: a incorporação da maritimidade.....   | 34         |
| <b>3 DE VILA A LUGAR TURÍSTICO E UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:<br/>ABORDAGEM HISTÓRICA EM JERICOACOARA.....</b> | <b>44</b>  |
| 3.1 A Vila de Jericoacoara.....   | 44         |
| 3.2 Lugar turístico.....  | 49         |
| 3.3 A Unidade de conservação.....   | 55         |
| <b>4 DESDOBRAMENTOS ESTRUTURAIS E AMBIENTAIS NA UNIDADE DE<br/>CONSERVAÇÃO.....</b>                       | <b>63</b>  |
| 4.1 Limites antropológicos do PARNA e seu entorno.....  | 63         |
| <b>5 REFLEXOS DO FLUXO DE VEÍCULOS NO PARQUE NACIONAL DE<br/>JERICOACOARA.....</b>                        | <b>74</b>  |
| 5.1 Práticas marítimas modernas no litoral de Jericoacoara.....   | 74         |
| 5.2 Trânsito desordenado de veículos.....   | 78         |
| 5.3 Delimitação de acesso à Vila – mapeamento de trilhas fixas.....                                       | 98         |
| <b>6 PALAVRAS FINAIS.....</b>   | <b>107</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>  | <b>112</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>  | <b>115</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A dissertação intitulada **Os Ventos da Maritimidade sobre o Litoral do Ceará – Brasil: reflexos de veículos no Parque Nacional de Jericoacoara** versa sobre o comportamento da sociedade contemporânea associada às práticas de lazer e suas interferências nos espaços naturais.

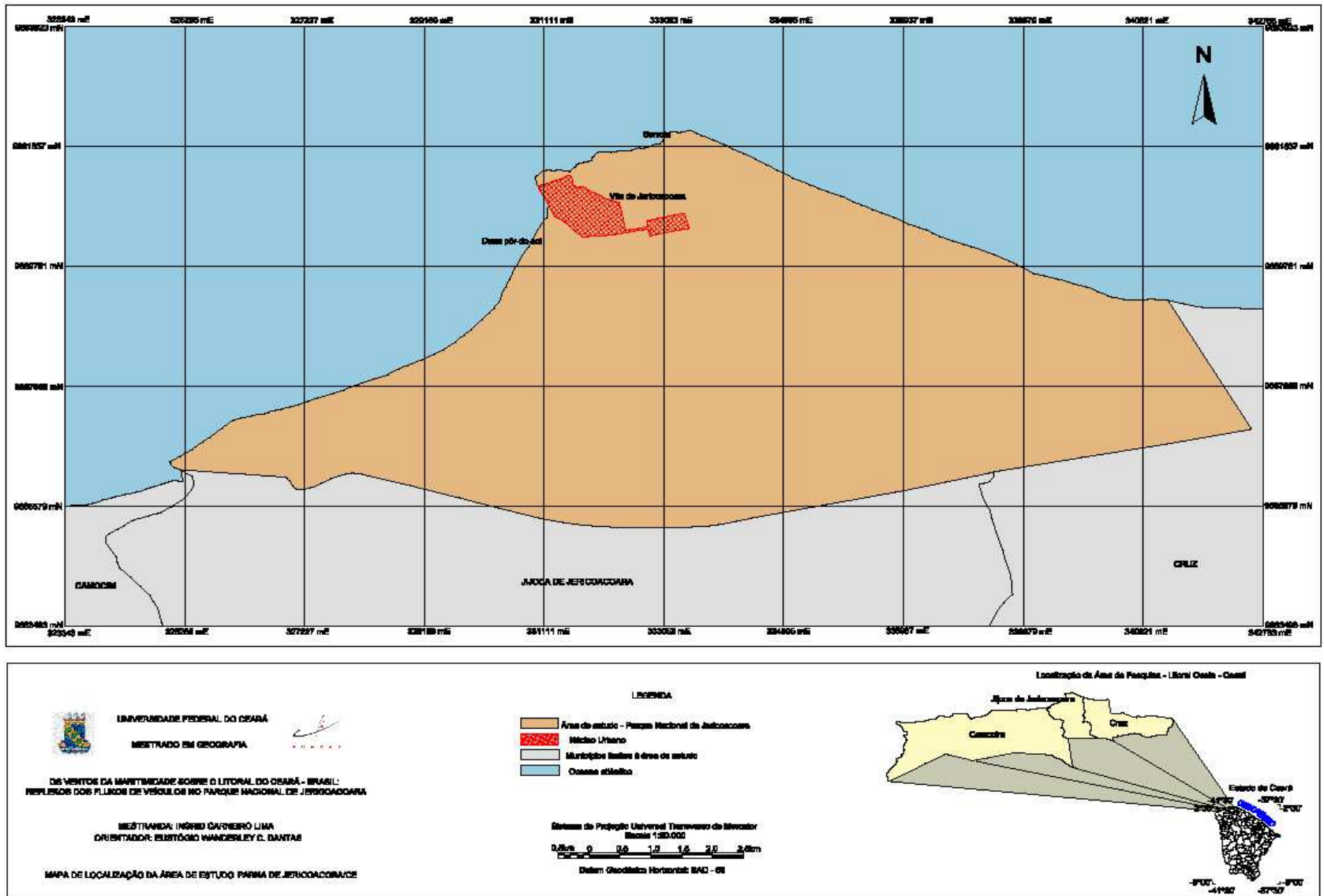
O turismo tornou-se a principal atividade econômica alternativa de alguns destinos. Este se apropria de vários espaços, inclusive litorâneos, introduzindo novos significados às comunidades locais, imprimindo novas configurações nos hábitos culturais, paisagens e espaços dos destinos turísticos. O modelo implantado atualmente pelo turismo é baseado nos moldes do consumo do meio ambiente, do qual decorre uma expansão dos problemas sócio-ambientais.

A reviravolta dos dias atuais em relação ao turismo é a expansão da busca pelas regiões litorâneas. Desde os primeiros contatos com o mar, as relações do homem com este foram objeto de muitas alterações – do medo à busca pelo ambiente marítimo. Na atualidade, as atividades na zona litorânea são muito comuns. As práticas marítimas modernas, baseadas nas atividades ligadas ao mar - como exemplo, as caminhadas, passeios de barco, os esportes náuticos – atraem cada vez mais pessoas para o litoral.

As práticas marítimas contribuem para o aumento do fluxo turístico e a constituição de um comércio voltado para a atividade marítima. A priori poderia ser, tal, pensado o benefício do turismo no litoral para o desenvolvimento de uma região, no entanto, muitas são as conseqüências advindas da prática do turismo em regiões inóspitas, especialmente quando estas estão inseridas numa área de proteção ambiental.

Neste contexto situa-se a área em estudo o Parque nacional de Jericoacoara (PARNA), situado no Estado do Ceará, entre os Municípios de Jijoca de Jericoacoara, Cruz e Camocim, de acordo os limites geográficos representados no Artigo 3º do Decreto Presidencial s/n (publicado em 4 de fevereiro de 2002) com área de 8.816,08 hectares.(ver figura 01, p. 15).

Figura 1 - Mapa de localização da área de estudo



Fonte: Ingrid Lima, 2005.

O Parque Nacional foi criado depois de constatada a grande demanda de pessoas que procuravam o acesso a Jericoacoara, uma vila paradisíaca, incrustada em serrotes e dunas. A beleza da vila chamou a atenção de turistas nacionais e estrangeiros. Diante do perigo de degradação, a área foi transformada em Unidade de Conservação em 1984 pelo Decreto Federal de nº. 90.379. Durante muitos anos, a vila foi Área de Proteção Ambiental (APA), passando à área de entorno em 2007, por conta do projeto Federal aprovado pela Lei nº. 11.486, estabelecendo que os 8.416,08 hectares de Parque ganhem mais 400 ha de proteção legal que visa à proteção intensiva da área do Parque.

Com a divulgação da vila aos quatros cantos do mundo, através do Jornal “*Washington Post Magazine*”, em 1984, Jericoacoara foi considerada uma das dez praias mais lindas do mundo, projetando-se ainda hoje como ícone internacional do Estado do Ceará. A vila é um dos destinos mais procurados por turistas que chegam à Fortaleza durante todo o ano, especialmente os estrangeiros, que se destinam em busca de lazer, descanso e diversão. Mas, o principal atrativo e diferencial da busca pelo lugar é por estar inserida em uma Unidade de Conservação e, por manter resquícios de vila de pescador. O vilarejo é possuidor de belas paisagens, cenários paradisíacos, ventos fortes e boas ondas que permitem a prática de esportes náuticos, como o *Wind* e o *Kite surf*, prática marítima responsável pela grande demanda do fluxo de pessoas a localidade.

Segundo pesquisa da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará (SETUR/CE), Jericoacoara recebeu um fluxo de 100.263 pessoas em 2005, fluxo relevante para por em cheque todo ecossistema existente na unidade de conservação. Diante destes aspectos, as práticas marítimas modernas na zona litorânea de Jericoacoara resultaram em novas funcionalidades e produção de novos espaços, oriundo do turismo, principal atividade econômica.

Assim, abordamos a relevância do estudo proposto: a grande quantidade de visitantes que têm acesso à Vila, refletindo consideravelmente na estrutura física do local; o acesso à Vila que se dá pelo Parque Nacional, Unidade de Conservação de Proteção Integral; e o desordenamento de trilhas de acesso que a afeta a zona do Parque por se tratar de uma zona de aspensão eólica, ocasiona a destruição do ecossistema natural, bem como faz com que a areia das dunas móveis se direcione à área da Vila.

A grande quantidade de moradores na Vila afeta igualmente a área do Parque. A dinâmica sócio-econômica e cultural da comunidade gera alguns desdobramentos inoportunos, como a retirada de material orgânico para construções, animais soltos na Vila e no Parque, e o lixo jogado na área do Parque. Esses são problemas que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-(IBAMA), gestor da Unidade de Conservação, tenta combater veementemente, além, evidentemente, dos obstáculos enfrentados pela vila como um todo.

O objetivo geral a que se propõe este trabalho é analisar os reflexos das práticas marítimas modernas no Parque Nacional de Jericoacoara, ou seja, compreender as ações das práticas que demandam o parque por meio de um fluxo de veículos constante, gerador de problemas naturais, socioeconômicos e culturais desta região que levam as autoridades a tomar medidas mitigadoras como meio de minimizar os efeitos negativos desse fluxo.

A participação e o envolvimento maior neste projeto de pesquisa deu-se pelo convite do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - (IBAMA) e da Agência de Cooperação Espanhola - (AECI) à Universidade Federal do Ceará - (UFC) para compor o corpo técnico, para a elaboração da proposta do Zoneamento Geoambiental e Socioeconômico no qual fiz parte, resultando em um trabalho maior: a minha dissertação.

A investigação constituiu-se entre os anos de 2005 a 2007, baseado na metodologia qualitativa que tem por intuito obter um conhecimento mais profundo e específico dos problemas enfrentados pela vila, bem como se utilizando da pesquisa quantitativa, que permite a mensuração representativa de dados estatísticos para análise da real situação da área em questão.

Em princípio, o estudo direcionou-se à pesquisa exploratória, procurando aprimorar as idéias através da consulta bibliográfica, composta de livros, artigos científicos, monografias, dissertações e outras matérias relacionadas à temática, além do estudo de caso. A primeira fase consistiu em levantamentos das fontes secundárias: documentos de instituições públicas (Biblioteca pública, IBAMA, SEMACE, SETUR, Prefeituras Municipal de Jijocoa de Jericoacoara, UECE e UFC, FIC) coletando, também, dados por meio de *sites* na *internet* e documentos

retratados por fotos e mapas, mostrando as transformações ocorridas naquela região.

De base da real situação em Jericoacoara, buscou-se a pesquisa empírica através de visitas *in loco* com a participação em reuniões, debates e seminários entre a comunidade e os órgãos envolvidos e responsáveis pela Unidade de Conservação. Realizou-se, nesse momento, entrevistas semi-estruturadas e documentou-se a realidade através de fotos e material, distribuídos nos eventos citados acima.

A elaboração deste trabalho orientou-se por alguns instrumentos: pelo Projeto de Zoneamento Geoambiental e Socioeconômico, por contribuir com informações precisas e atuais da unidade de conservação. Outra proposta utilizada como base para a discussão da investigação foi o Relatório Guaritas, resultado da ação Operação Férias, realizada entre 2005 a 2007, ou seja, no período de alta estação e feriados pelo IBAMA. As ações procuraram mensurar a quantidade de veículos e pessoas que adentram o PARNA.

O resultado da elaboração deste ensaio constituiu-se a partir de quatro fases: a primeira compõe a delimitação e a definição do objeto a ser estudado. O segundo ocorreu na seleção de bibliografias, produzida por entidades oficiais relacionadas ao Parque Nacional, de instituições governamentais, academias de ensino e de pesquisadores interessados no assunto. O terceiro deu-se pela investigação direta, aplicada aos agentes que compõe e interagem com a atividade turística: comunidade (moradores, pescadores e estudantes) com as associações de classe de bugueiros, comunitária, caminhoneteiros, cavaleiros, agências de viagens, empresários do setor de hotéis e pousadas e comerciantes (bares, restaurantes, lojas, casas de material de construção e ambulantes, etc.). O quarto, e último, pelas análises dos dados coletados e pela produção textual com base nos resultados da pesquisa de campo e gabinete. A produção da pesquisa realizada está disposta em seis capítulos, seguindo a formação abaixo:

A Introdução – capítulo 1 - trata de articular o objeto de estudo, assim como de justificar a pesquisa e os métodos utilizados para esta. Objetivou, sobretudo, evidenciar a opção pelo tipo de pesquisa: teórico-empírica.

Traça-se a maritimidade como fator relevante para as relações estabelecidas entre o homem e a natureza. Procura-se abordar o entendimento do imaginário sobre o mar, expondo toda a evolução do uso dos espaços litorâneos, desde a Europa Ocidental até o Ceará dos dias atuais. Verificamos a evolução sócio-histórica e a transformação das relações do homem com o mar, culminando com o conceito de turismo da atualidade, que conta com a utilização das práticas marítimas modernas para fortalecer seus processos mercantis.

No segundo capítulo, estabelecemos a evolução do termo turismo e quais suas conseqüências para a pacata vila de moradores chamada Jericoacoara, as transformações oriundas dessa atividade e as relações com as práticas marítimas.

No terceiro capítulo, abordamos Jericoacoara, buscando apresentar a Vila e expor os motivos que levam um contingente tão grande a procurar estada e habitação nessa área, culminando com a criação de áreas de preservação, que buscam minimizar os impactos do turismo sob o ecossistema frágil da vila.

O quarto capítulo discute diretamente as problemáticas encontradas na Vila após a chegada dos visitantes. O intuito é levantar a problemática dos aspectos negativos e positivos do turismo em áreas naturais, com a análise dos principais obstáculos enfrentados nessa área, tanto em relação ao ecossistema, como em relação à comunidade da Vila. Essa conjunção de problemas, localizada *in loco* em pesquisas teóricas e empíricas, culmina com o fato de a Vila estar localizada na área de entorno do Parque Nacional e ter esse como único portão de acesso para suas dependências.

No quinto segmento, é feito o levantamento a respeito da quantidade de veículos que transitam pelo Parque. Diante desta estatística, elaboraremos algumas propostas, estratégias e diretrizes criadas por iniciativas públicas e privadas, assim como de órgãos reguladores e comunidade local, no sentido de sanar contingências apresentadas na área do Parque em conseqüência do grande fluxo de turistas que entram na vila de Jericoacoara.

Nas palavras finais – sexto módulo – trazemos a sinopse das reflexões e achados da investigação, ao que se seguem as Referências – listas de obras e autores que aportaram opiniões abalizadas, quer do ponto teórico ou empírico, acerca do presente ensaio.



## **2 O ENCONTRO COM O MAR: PERSPECTIVAS SOBRE MARITIMIDADE**

Neste capítulo, estabelecemos a evolução do termo turismo, focando quais as conseqüências de seu aparecimento para a pacata vila de moradores chamada Jericoacoara. Este momento da pesquisa procura informar o leitor sobre as transformações oriundas dessa atividade e as relações que esta exerce com as práticas marítimas.

### **2.1 Do medo às práticas marítimas modernas no Ocidente**

Desde as representações míticas, a imagem do mar é estruturada com base numa relação de medo e respeito. Imaginamos a imagem do mar como um selvagem indomado, que não se curvará nunca diante dos desígnios dos homens. Nossa análise parte da leitura de Corbin (1989), que verifica o traçado das relações entre o homem e o mar desde a Antigüidade até os dias atuais no Ocidente, a começar pela relação do homem através do seu primeiro contato com a maritimidade tradicional: a pesca.

Podemos afirmar que a relação do homem com a pesca é muito antiga. A pesca, desde a Antiguidade, serve como fonte de alimento. Segundo artigo publicado no Guia de Pesca Amadora (PNDPA. 2007), restos de cerâmica usados no preparo de comida, cascas de ostras e mexilhões encontrados na Escandinávia confirmam que, antes mesmo da captura dos pescados com equipamento apropriado, visto que a rede de pesca e o anzol desenvolver-se-iam séculos depois, o homem primitivo era um coletor de moluscos.

Apesar de se alimentar basicamente de peixe, desde os primórdios, foi somente durante o Império Romano que a pesca se desenvolveu como atividade não apenas reservada aos escravos. Com o Cristianismo, o peixe tornou-se refeição nobre e práticas de conservação do mesmo foram implementadas, como, por exemplo, a conserva no azeite (PNDPA, 2007). Na Idade Média, o peixe transformou-se em moeda de troca e, no século IV, a fabricação pelos monges de redes apropriadas forneceu impulso significativo à pesca marinha.

No século VII, a pesca tornou-se popular e o consumo de peixes estava consolidado entre os europeus. Os pescados finos foram sendo cada vez mais procurados. Vale salientar que, à medida que se desenvolve o gosto pela pesca, mais sofisticados ficavam também seus equipamentos. Hoje em dia, a pesca, como maritimidade tradicional, é desenvolvida ainda em todo o mundo, seja como fonte de renda, subsistência ou lazer.

A pesca, durante muitos séculos, ficara restrita a algumas localidades próximas ao Mediterrâneo, ao Báltico e ao mar do Norte. Muitas foram as cidades que nasceram em decorrência das colônias de pescadores. Essas comunidades permaneciam aos olhos da maioria do Ocidente como selvagens. A pesca como lazer foi suprimida, durante muito tempo, em virtude de uma representação mítica aterrorizante do mar.

Com esteio na leitura bíblica, consoante as pesquisas de Corbin, que as primeiras representações do mar foram feitas a partir da leitura da Bíblia. Segundo o livro, Deus criou tudo o que existe e na criação surgiu a figura do mar como imagem do infinito, um Abismo do qual emerge a figura de Deus e do qual Este impôs ao homem seu castigo através do dilúvio. O mar representava o “Grande Abismo, lugar de mistérios insondáveis, massa líquida sem pontos de referência, imagem do infinito, do incompreensível, sobre o qual, na aurora da Criação, flutuava o espírito de Deus”. (CORBIN 1989, p. 11).

A imagem da expiação dos pecados, do dilúvio, do terror, constituirá por muitos séculos a visão do homem ocidental sobre o mar, até que, em meados do século XVII, a chamada Teologia Natural ocupará o lugar da imagem de Deus como inquisidor, para estabelecer uma relação pacífica entre Deus e o homem e apaziguar as relações entre o homem e a natureza.

O universo passou a ser representado como um presente de Deus ao homem. Rejeitava-se a idéia de uma decadência progressiva causada pelo pecado original e levantava-se a perspectiva do universo construído para a contemplação do homem racional. A conseqüência direta dessa inversão foi o contato do homem com o mar, “doravante as elites sociais buscassem o prazer até então desconhecido de usufruir um ambiente convertido em espetáculo”. (CORBIN 1989, p. 35).

A renovação das relações com o mar produzia a descoberta de um encantamento sobre a região costeira. As paisagens, o povo rude, a vegetação característica, as belezas marinhas, revelavam um mar de belezas infindas. E, juntamente com o encantamento, veio o desejo da ciência de domesticar o mar pela via do conhecimento.

Os primeiros contatos diretos com o mar surgiram da análise da ciência que o situava como auxiliar de práticas terapêuticas. “No século XVI e na aurora do século XVII, a melancolia estava na moda” (CORBIN 1989, p. 69) e o mar ganhava o *status* de terapia curadora. Desde então, o banho de mar foi autorizado como terapia e chegava-se a considerar que verdadeiros *gentlemen* deviam saber nadar.

A pesca, atividade marítima tradicional, associada aos povos da praia, selvagens, rudes pescadores, passava a fazer parte do conjunto de práticas marítimas modernas, que auxiliavam os melancólicos a distrair-se a fim de eliminar tão insidioso mal. Juntamente com a pesca constituíam práticas terapêuticas a natação, o passeio à beira-mar, caminhadas, banho de mar e a navegação recreativa.

O contato com o mar engendrava, desde então, elementos não somente terapêuticos, mas também constitutivos do lazer da aristocracia - lembrando que a terapia não se destinava somente à melancolia, mas também a uma série de males como problemas respiratórios, circulação sangüínea, nervos, fertilidade, dentre outros. A natureza selvagem do mar despertava a virilidade. O homem via na natação o embate com o mar, uma demonstração de força e coragem.

“Na metade do século XVIII, a beira-mar não se apresenta apenas como um refúgio. Readquirindo uma antiga função, faz-se de novo lugar privilegiado dos enigmas do mundo”. (CORBIN 1989, p.109). Buscava-se agora, através do conhecimento, estabelecer as origens do mar, do universo, do contato do homem com a beira-mar, o papel do mar na sociedade. Então, o mar passava a ser atividade de conhecimento e, ao mesmo tempo, o local da fruição do ócio, dos sentidos.

Desaparece o viajante, aquele que descobre, inventa, inaugura, que num mesmo movimento de escrita traça e relata seu caminho. Prolifera o turista da primeira geração, aquele que degrada pela repetição, isto é, pela convenção – a aventura em excursão, o arquétipo em estereótipo, o modelo

em série, a produção em consumo e o relato fundador em anedotas infinitas. (CORBIN 1989, p. 69).

Apesar da proliferação do turismo, o conhecimento e as práticas terapêuticas não foram eliminados do cenário costeiro. Houve um desejo interno de usufruir o ócio característico da beira-mar. Os balneários do interior foram transportados à beira-mar e, podemos dizer, segundo Corbin (1989), que o modelo de vilegiatura balnear dos spas do interior pesou fortemente sobre a invenção da praia.

Os balneários dedicavam-se à exploração da navegação de recreio, dos esportes náuticos, dos banquetes ao ar livre. Cerca de 1800, começava-se a organizar os espaços da praia e a aristocracia, então “dona” do espaço costeiro, via aos poucos ser tomado seu território por comerciantes, proletários, pessoas de todas as classes. Os balneários tornavam-se lugar de “caça à boa vida” por meio do casamento, até que começara a distinção entre os locais considerados públicos e os da aristocracia à beira-mar.

Fazendo breve recapitulação, podemos analisar o seguinte transcorrer da maritimidade: de uma maritimidade tradicional, ligada à pesca, à marinha, ao comércio e às navegações, surgiu um desejo pelo conhecimento do universo marítimo, que resultou no conjunto de práticas que constituíram a maritimidade moderna: caminhadas, banhos de mar, natação, navegação de recreação; todos eles praticados inicialmente pela aristocracia e, *a posteriori*, tornados de uso público.

Analisaremos subseqüentemente um foco mais específico da constituição da maritimidade moderna, levando em consideração o espaço cearense. Discutir-se-á, a partir de então, a tardia eleição do universo no litoral do Ceará e como as práticas européias influenciariam na colonização deste espaço no Brasil.

## **2.2 Maritimidade em Fortaleza e sua trajetória à vila de Jericoacoara**

No Brasil, percebe-se que a formação geografia sempre favoreceu a atividade da pesca. Antes mesmo do descobrimento, a pesca já havia se estabelecido entre os indígenas (BORGES, 2004), e estes desenvolviam seus métodos para construção de canoas e utensílios de pescas.

Diegues (1999) relata que a pesca praticada pelos índios é uma atividade anterior à chegada dos portugueses. Peixes, crustáceos e moluscos faziam parte importante da dieta alimentar. Em vários sítios arqueológicos, ao longo do litoral, foram encontrados sambaquis, depósitos de conchas que atestavam a importância da atividade pesqueira. Diz ainda que um estudo de Jean Léry, de 1941, mostrava como era praticada a pesca pelos índios Tupinambá, que já usavam canoas, pirogas cavadas em tronco de árvore e jangadas, além de flechas e espinhos parecidos com anzóis, presos em linhas feitas de uma planta chamada tucum.

A colonização introduziu novos instrumentos como a rede, que, ainda segundo Léry (DIEGUES, Op. cit.), fora utilizada com espetacular manejo pelos índios. No período colonial, desenvolveu-se, além da pesca de subsistência, a pesca da baleia, que constituía um monopólio da Coroa Portuguesa. No século XX, a pesca progrediu comercialmente e se tornou de grande valor para a economia brasileira. Segundo Diegues (1999), a pesca no Brasil experimentou o auge em meados da década de 1970, passando por um declínio nos anos de 1980, cujas principais razões foram a recessão econômica e a rápida sobrepesca dos bancos de camarão. Hoje a pesca ainda se desenvolve no plano industrial, especialmente na Região Norte do Brasil.

Com relação ao Ceará, afirma-se, segundo DANTAS (2000) que grupos indígenas cearenses tinham, mesmo antes da colonização, conhecimento sobre a pesca e a exerciam, assim como também possuíam o imaginário marítimo. Contudo, para Dantas (op. cit), as sociedades são consideradas preponderantes quando estas se fixam em um determinado espaço. Nesse sentido, a ausência relativa de maritimidade, no período indígena, deu-se pela condição de nômades destas sociedades. Os grupos indígenas se deslocavam de acordo com suas necessidades, impulsionados por épocas propícias à plantação ou coleta de alimentos.

A propósito de realizar uma leitura da maritimidade no litoral, faz-se necessário retomar o processo de conquista do Ceará. A ocupação do litoral do Nordeste ocorreu ao longo da costa. As cidades litorâneas eram priorizadas por aquelas que constituíam ambiente seguro ao navegador, bem como propício às embarcações e farto em alimento. Os povoados foram desenvolvendo-se, como pode ser comprovado ao se analisar a história da colonização nordestina, de acordo com o crescimento dos ciclos econômicos da cana-de-açúcar e do algodão. Das

regiões litorâneas, a menos destacada foi a do Ceará. Segundo Tupinambá (1999, p. 54),

A resistência indígena, a inexistência de um litoral recortado onde não se encontravam pequenas baías, a ausência de vegetação, sombra e água doce, bem como a aridez de seu sertão são alguns dos elementos que fazem com que o Ceará permaneça relegado por Portugal durante o século XVI. Acrescente-se ao que já foi levantado para explicar o retardamento da colonização no Ceará o fato de a capitania não possuir uma zona intermediária como a zona da mata em Pernambuco. Zona capaz de fazer florescer o cultivo da cana-de-açúcar. No Ceará, peculiarmente, o sertão se estendia praticamente até o litoral.

As tentativas de ocupação cearense foram motivadas pela sua localização geográfica, já que servia como ponte entre as capitanias do Maranhão e Pernambuco. Além disso, vários estrangeiros assediavam essa área e a Coroa Portuguesa pretendia realizar uma operação de conquista e defesa do litoral. Várias foram as expedições enviadas na tentativa de colonizar o Ceará: Pero Coelho, em 1603, seguida pelos jesuítas Luís Filgueiras e Francisco Pinto. Em 1611, Martins Soares Moreno, que fundou o forte São Sebastião, foi considerado também o fundador do Ceará. Em 1637, os holandeses tentaram sem sucesso colonizar o Ceará e retornaram em 1649, quando fundaram o Forte de Schonenborch (ver figura 02, p.26), mas foram expulsos pela Coroa Portuguesa que alterara o nome do Forte para Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Com as invasões estrangeiras, a Coroa Portuguesa viu-se ameaçada, forçando-se a enviar novas expedições para manter, salvaguardar e controlar o território. Fora designado um destacamento para habitar a capital a fim de que não houvesse novas invasões. Dantas (2003) expõe Fortaleza como uma cidade com função meramente burocrática e política e com fraca função comercial e cultural. Segundo citação de Girão (DANTAS, Op. cit), uma cidade isolada e medíocre, construída sobre a areia e sem porto.

Mesmo ocupando a Capital, a hegemonia da capitania cearense não se desenvolveu ainda nesse período. Em 1621, o Ceará ainda estava subordinado ao Maranhão e, em 1656, a Pernambuco, porém, segundo Tupinambá (1999), o Ceará não ficava relegado a um segundo plano na conquista da economia portuguesa. A pecuária assumiu suma importância no contexto econômico, passando a complementar o cultivo de cana-de-açúcar, que ocupava a Zona da Mata em Pernambuco.



**Figura 02** – Planta do Forte Shoonenborch.  
**Fonte:** Prefeitura M. de Fortaleza (1982).

Com a expansão da pecuária em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, o sertão do Ceará passou a ser ocupado, especialmente na área do vale do Jaguaribe. Como disse Tupinambá (1999), o semi-árido cearense só demonstrou sua viabilidade quando seu solo mostrou-se apto à criação de gado. Destacou-se aqui Acaraú e Jaguaribe. Assim, Fortaleza, com sua costa repleta de bancos de areia e sem encosta, com ventos fortes e indígenas selvagens, dificultava a colonização do Ceará, culminando num progresso do interior em detrimento à capital, que durante muito tempo foi utilizada apenas como sede administrativa.

Do contrário, Aracati (sede da região Jaguaribana) e Acaraú tornavam-se pólos comerciais com as charqueadas. Os estuários dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú, segundo Tupinambá (1999), foram privilegiados pela abundância de sal utilizado na salga e a presença de ventos que facilitavam a secagem. O desenvolvimento das charqueadas no litoral de Aracati elevava a importância do interior em prejuízo do litoral e destacava a vila de Aracati num posicionamento privilegiado dentro do desenvolvimento econômico, político e social da capitania cearense.

A seca que assolou o Estado do Ceará, de 1790 a 1793 foi uma das responsáveis pelo fim da charqueada. As sucessivas estiagens e o desenvolvimento do cultivo do algodão, impulsionado pela Revolução Industrial, que alavancava o setor têxtil, puseram fim ao ciclo pecuário no Ceará. O cultivo do algodão iniciou no

Ceará o processo de migração do sertão para o litoral, que culminou com a abertura do porto de Fortaleza. Segundo Dantas (2002, p. 27):

Graças ao porto e ao desenvolvimento da cultura do algodão, a abertura de Fortaleza para o mar acontece. Essa cultura alimenta o fluxo expressivo de barcos transportando mercadorias, principalmente para Inglaterra. Fortaleza foi a principal beneficiária da intensificação da cultura do algodão no Ceará, cultura que provoca, à medida que o porto sobressaia, a dominação das regiões produtoras de algodão.

Fortaleza voltava-se anteriormente para o interior. Enquanto se desenvolvia um comércio destinado para a região interiorana, especialmente no litoral de Aracati e Acaraú, Fortaleza mantivera-se apenas como mantenedor da barreira de proteção contra invasões pelo mar. A Vila constituía-se basicamente do arraial de pescadores, alguns mercadores, o capitão-mor e a força destacada.

Segundo Dantas (2002), a lógica entre sertão e litoral só será questionada no início do século XIX, com a adoção da geopolítica, reforçando o papel de Fortaleza na vida econômica, política, social e cultural da capitania. Fortaleza voltava-se para o exterior e se fortalecia como cidade litorânea. E, com a construção do ancoradouro, em meados de 1800, inaugurava-se no Ceará uma nova dinâmica: reforçava-se a independência do Ceará em relação a Pernambuco, abrindo Fortaleza para o mar e estabelecendo uma hegemonia, graças ao seu contato direto com a Europa. Fortaleza retomava, assim, a liderança portuária e revertia a idéia do sertão-mar com a construção da via férrea e o fortalecimento do comércio algodoeiro.

A pesca assumirá aspecto mercantil com a independência de Fortaleza e a chegada do porto. Cultivada desde os índios, essa atividade foi reforçada no litoral cearense e reiterava as ligações do homem com o mar. Em termos de uma maritimidade tradicional, podemos observar que as mudanças estruturais na fixação do espaço na Capital fortaleciam a construção da maritimidade em Fortaleza.

De uma sociedade nômade, conduzida por condições sazonais observadas no tempo e no espaço, partiu-se para uma sociedade sedentária, estabelecida por comunidades que se fixaram e se tornaram essencialmente marítimas, condição de sua existência. A intimidade com o mar, a relação de subsistência, os mitos, as crenças etc. reforçaram o surgimento da maritimidade



tradicional no Ceará, evolução essa que vem até os nossos dias. Essas comunidades que tentam manter suas características por meio de:

[...] processo de trabalho artesanal que se dá no mar [...] marcado pela hierarquia baseada no “segredo”, e em terra, com a realização de trabalhos manuais [...]. Nos dois espaços registram-se relações fundamentadas por laços de afetividade, de parentesco e apadrinhamento, a religiosidade e o lúdico. Em essência, há vínculos e referenciais construídos a partir da relação sociedade/natureza, da produção de meios de vida, de relações sociais, [...] do uso do espaço social, da temporalidade cíclica [...] e da experiência pesqueira na zona costeira. (LIMA, 2002, p 84).

Ao realizar um retrocesso da pesca no Ceará, somente em 1811, podemos afirmar que ela foi regulamentada, no entanto, não se destinava ao setor comercial, mas à subsistência da Vila; ou seja, tinha o propósito de alimentar a população da Vila como um todo. Uma parte do pescado destinava-se ao pescador, porém era estipulado que:

[...] primeiro que se sirva na repartição do pescado a todo público, se tirará com preferência para o governador da capitania, para o ouvidor estando na vila, para os vereadores e procurador do conselho e almotacés, para os deputados das juntas, para o vigário da freguesia e capitão-mor e todos os mais empregados em ofícios de fazenda ou justiça e igualmente para todos os oficiais da tropa de linha. (DANTAS, 2002).

Salientamos, com base nos estudos de Lima (2002), que, além dos grupos indígenas tradicionais, que se destacaram e também se estabeleciam, em determinados períodos, no litoral, grupos de homens e mulheres de etnias diferentes se assentaram e deram, em muitos casos, origem a comunidades pesqueiras. Como exemplos, os jangadeiros e os caiçaras, respectivamente, região Nordeste e Sudeste.

Esse estudo foca a história dos pescadores como grupo social no litoral. Sua gênese está, segundo a própria autora, vinculada a grupos socialmente oprimidos da época, que viviam da pesca simples, da caça, do extrativismo vegetal e de pequenos roçados. No século XX, o Governo brasileiro definiu estratégias de repovoamento do litoral, colocando como uma de suas prioridades a criação de colônias de pescadores vinculadas à Capitania dos Portos da Marinha Brasileira.

O governo brasileiro, segundo Lima (2002), doava esses terrenos com o propósito de mantê-los sob propriedade da União. Assim, realizavam a defesa do litoral ao mesmo tempo em que implementavam a pesca como atividade econômica,

criando as zonas pesqueiras especiais (ZPE). No Ceará, os terrenos de marinha, como eram chamados, foram destinados em grande parte às colônias de pescadores e a distribuição dos mesmos foi dada aos retirantes da seca, que assolava o sertão. Cabe, entretanto, dizer que partes desses terrenos, durante o fortalecimento do mercado imobiliário na região litorânea, tiveram destinos muitas vezes dúbios. Dessa feita, analisaremos como ocorreu a distribuição das comunidades pesqueiras no litoral fortalezense.

Com o desenvolvimento da Capital, a pesca passa a ser estimulada como fonte de subsistência e renda da população marítima. Assim, várias colônias de pescadores surgiram na via litorânea, próxima ao porto. A elite cearense, que ainda não ansiava por incorporar espaços de praia, ocupava, além da área onde está o centro histórico, o bairro de Jacarecanga, ficando o litoral para as comunidades de pescadores e comunidades pobres.

Dantas (2002) relata que o movimento de ocupação das zonas de praia pelos pobres correspondeu à demanda por habitação dos retirantes, vendo-os forçados, por políticas higienistas de ordenamento e controle social, a se fixarem nos terrenos de marinha. Lugares, que antes eram habitados predominantemente por pescadores, foram divididos com a classe pobre, que hoje ainda coabitam essas áreas.

A região litorânea, em detrimento do porto, passa a ser o local do trabalho, da pesca, do comércio e da vida marginal. Durante muito tempo, o litoral não era um local indicado à nobreza, à moral; era o local de concupiscência e marginalidade, por ser o espaço de trabalho de mercadores e estivadores, sendo comum vê-los transitar com pouca roupa. Além disso, várias prostitutas faziam do porto seu ponto fixo, por tratar-se de um local de intenso fluxo de marinheiros e comerciantes.

Essa visão do porto só começou a se liquefazer quando Fortaleza começou a estabelecer um contato direto com a Europa, local da civilidade. O Primeiro Mundo ditava suas práticas sociais e culturais que eram copiadas pelos países menos desenvolvidos. Surgiu, com isso, outra visão do litoral. Na Europa, já existia um contato intenso com o mar. De posse dessa prática, a elite cearense começou timidamente sua incursão no litoral.

A sociedade européia dedicava-se ao lazer voltado para as práticas marítimas. Tratamentos terapêuticos estavam em voga nesse período, juntamente com as atividades de lazer. Fortaleza começa então a adequar essa prática ao seu cotidiano. Os passeios à beira-mar tornaram-se atividades corriqueiras e, durante muito tempo, o litoral foi requisitado como tratamento terapêutico para vários males, em especial os de ordem respiratória, já que o clima era propício, graças a uma temperatura agradável e águas mornas (ver figura 03). Logo, muitas pessoas passariam a procurar o litoral em busca de cura para males crônicos.



**Figura 03** – Caminhada à beira-mar na Praia de Iracema.  
**Fonte:** Arquivo Nirez.

Surgiu, pois, outro contexto da maritimidade em Fortaleza. De uma maritimidade tradicional, baseada nas relações do homem com a pesca, apareceu uma maritimidade voltada ao lazer e à cura. Em Fortaleza, com o contato com a Europa, as práticas marítimas modernas já existentes por lá adentram, de início, a cultura cearense até tomarem forma por completo.

Em Fortaleza, as zonas de praia surgiram como local de tratamento de males crônicos. Foram inauguradas várias casas de saúde e chácaras de repouso ao longo da orla. Em seguida, o contato com o mar passou a ser mais claro, caminhadas ao longo da orla, passeios ao luar, serenatas, banhos de mar (ver Figura 04, p.31). Dessa feita, a elite começou a encantar-se com o ambiente marítimo, no entanto, a tomada do espaço litorâneo ainda não foi veemente. Pouco a pouco, a paisagem começou a ser objeto de transformações.

Das comunidades pesqueiras, iniciou-se a configuração do espaço para além das chácaras de tratamento de saúde. Foram construídas algumas casas de

veraneio à beira-mar, como influencia do modelo europeu. A elite fortalezense ocupou os espaços litorâneos e expulsou os menos abastados. Dantas (2002) exprime que, de 1920 a 1930, o litoral deixou de ser o lugar dos pobres e passou a ser o local de moradia da elite.



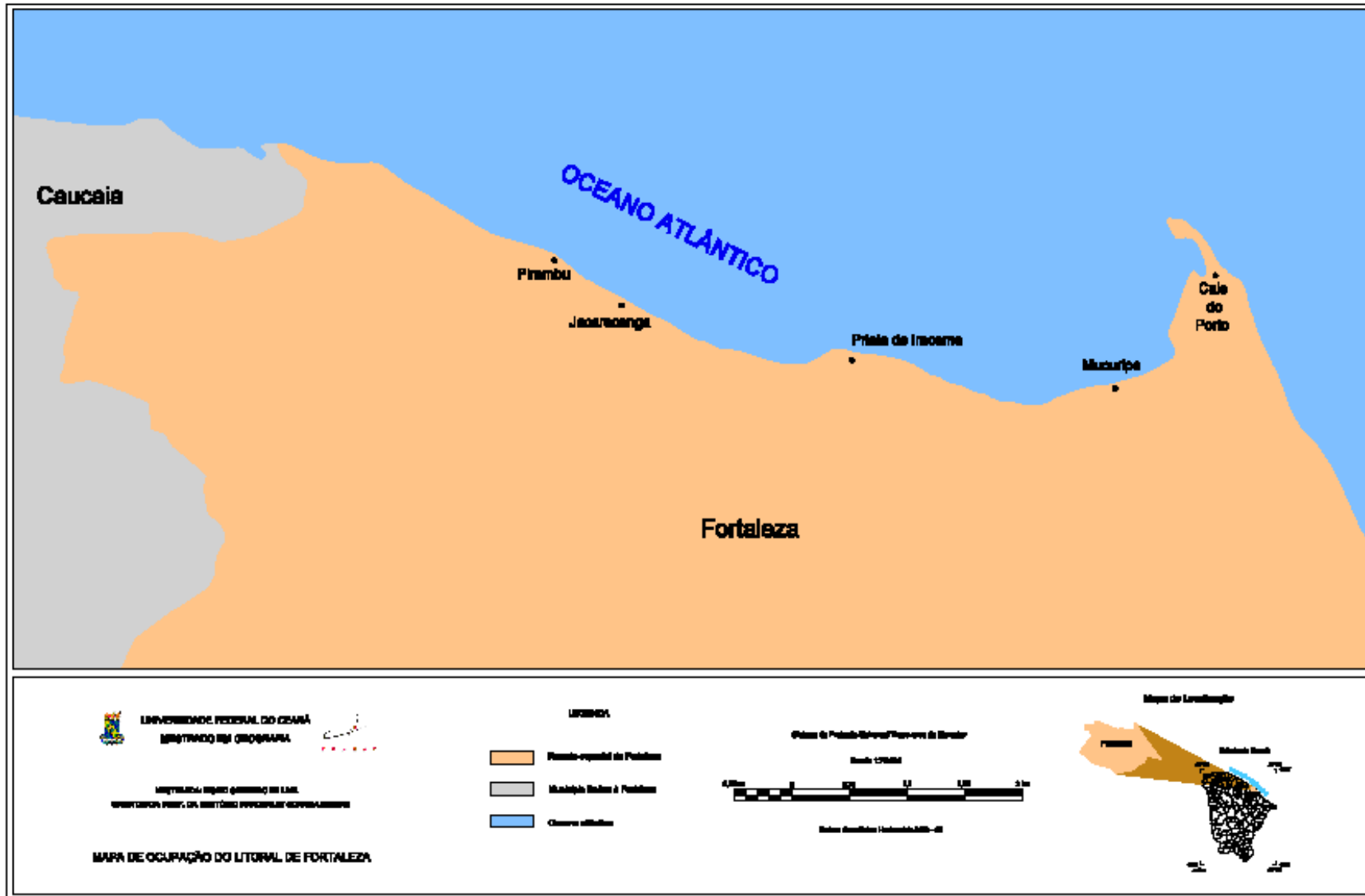
**Figura 04** – Banhos de Mar na Praia de Iracema.  
**Fonte:** Arquivo Nirez.

Houve, em Fortaleza, portanto, ascensão e declínio do valor da zona litorânea, em detrimento da ocupação pela elite das zonas de veraneio. Após os primeiros contatos do porto com a Europa e a construção de uma maritimidade moderna, em favor de práticas européias, a elite começou a ocupar as zonas de praia, em especial, a área que vai de Iracema ao Meireles (ver Figura 05, pg.33). Essa ocupação causa a expulsão das comunidades pesqueiras para zonas mais afastadas. Do século XIX ao XX, consolidaram-se as áreas de ocupação que concentram a favela e a comunidade pesqueira, que são: o Arraial Moura Brasil, a Barra do Ceará e o Pirambu. A praia do Futuro foi a última a ser ocupada. Segundo Dantas (2002), ela passou a incorporar o espaço urbano inicialmente como periferia da zona portuária e, em seguida, como lugar conquistado para atender a demanda das classes abastadas.

A maritimidade em Fortaleza consolidou-se totalmente. O turismo, no pós-1980, inaugurou uma busca pelo ambiente marítimo no Estado, que contou em todo o litoral com paisagens magníficas. O mar passou a deixar de existir apenas como fonte de subsistência e passou a significar fruição, lazer. A pesca de lazer, os esportes náuticos, os banhos de mar, o contato com o mar, com a praia, passaram a fazer parte das atividades dos cearenses, bem como dos brasileiros, de modo geral, que buscaram mais o litoral.

A maritimidade moderna impulsionou o turismo para a região litorânea. A conquista da nova visão do mar atraiu vários agentes para constituírem a paisagem litorânea. Assim, com o advento do turismo, percebeu-se a busca desenfreada pelo consumo dos espaços e, conseqüentemente, por novos espaços litorâneos. Fortaleza passou a ser centro de recepção e distribuição para o restante do litoral. O governo incentivou e incentiva a prática do turismo, com o objetivo, segundo Dantas (2002), de formular uma imagem positiva em escala nacional e internacional do Estado. No item subsequente, um breve relato do desdobramento da política de desenvolvimento de turismo cearense.

Figura 5 – Mapa de ocupação do litoral de Fortaleza.



Fonte: Ingrid Lima, 2007.

### 2.3 As Bases da Política de Turismo no Ceará

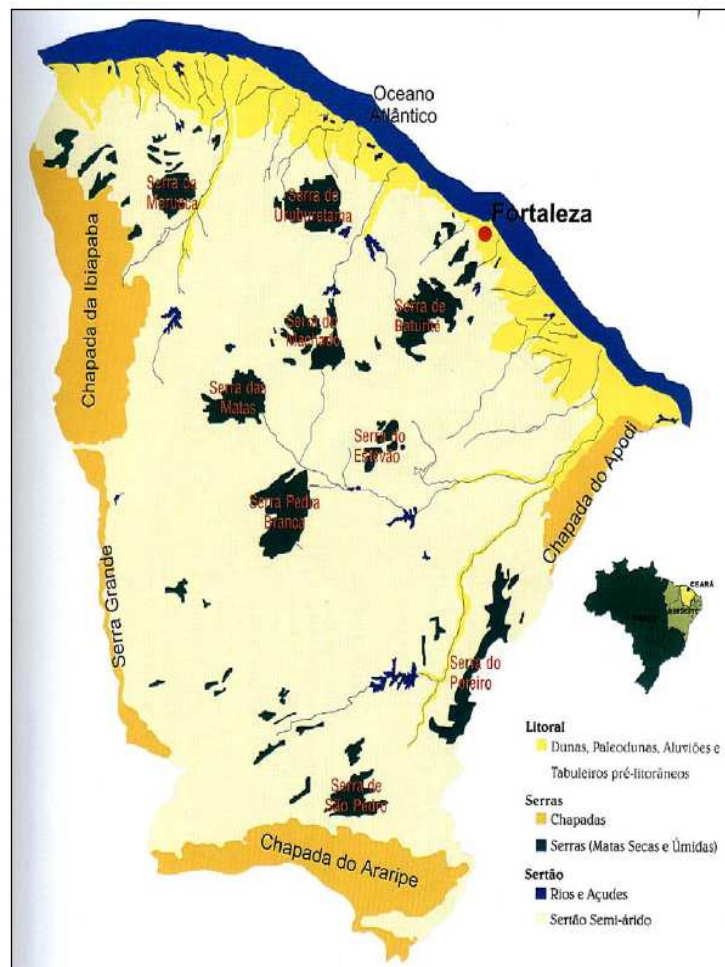
Podemos dizer que o modelo de desenvolvimento adotado pelo Governo do Ceará, na década de 1980, teve como prioridade, a promoção de duas políticas consideradas estratégicas: a industrial e a de turismo, capitalizando investimentos em infra-estrutura de transporte e recursos hídricos.

O Plano de Governo do Estado da gestão atual (2003-2006) segue as mesmas diretrizes básicas da gestão anterior (1999-2002), fundamentadas nos princípios que nortearam o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará (1995-1998). Portanto, adotou as mesmas premissas e atualizou o Plano de Desenvolvimento Sustentável, ao dar continuidade à implementação dos programas estruturantes e ao definir programas e projetos complementares, numa proposta de desenvolvimento integrado.

De acordo com o plano estadual, as estratégias para atingir o desenvolvimento econômico estavam pautadas na dinamização da agricultura irrigada em base empresarial, da modernização da agricultura tradicional, da consolidação das indústrias de base e do pólo exportador calçadista, bem como do fortalecimento do turismo e da indústria cultural, além da maturação e integração dos projetos de infra-estrutura econômica. Atualmente, mesmo apresentando algumas características pessoais de administração, a condução do planejamento governamental do turismo segue as mesmas orientações fundamentadas na “Política Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Ceará 1995 – 2020”, elaborada em 1995, pela então criada Secretaria de Turismo do Estado – SETUR, que teve como objetivo planejar e coordenar a política de turismo do Estado.

Para efeito do planejamento turístico, a SETUR utilizou-as em três unidades geoambientais básicas: *litoral, serra e sertão*. A descrição de cada unidade traz um sentido de atratividade positiva para cada uma delas. O litoral é definido por uma extensão de 573 km de costa, planícies fluvio-marinhas, dunas, lagoas, barras e rios, tabuleiros litorâneos, vegetação de mangue e coqueirais. A serra possui dois tipos de formação: os planaltos sedimentares, que cercam o estado como uma ferradura (Serras de Ubajara, do Araripe e do Apodi), e os maciços cristalinos, que

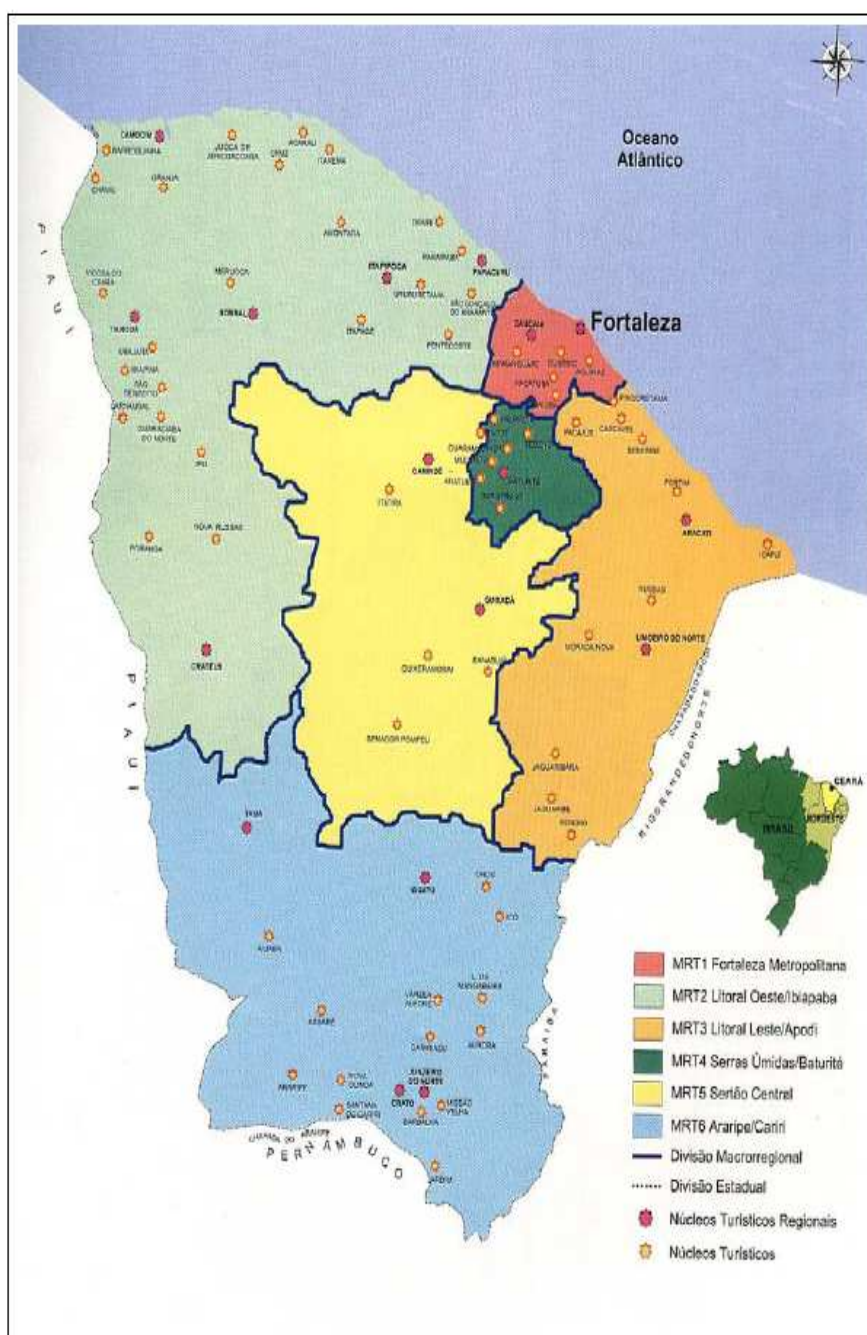
afloram em diversos pontos do território (serra de Baturité, da Meruoca, e de Uruburetama) com vegetação de mata tropical. O sertão é caracterizado pela grande planície sertaneja, entremeada de rios intermitentes que cortam o estado de norte a sul e são represados em açudes, de vegetação de caatinga, aspecto de semi-árido e paisagens próprias e inusitadas. (SETUR, 1995, p. 24).



**Figura 6** - Mapa das Unidades Geoambientais.  
**Fonte:** SETUR, 2003.

Segundo a SETUR, do somatório desses elementos de caráter espacial, infra-estrutural, de atração, vocação e polarização, foi originado um conjunto de seis macrorregiões turísticas, e estas delimitadas segundo os critérios político-administrativos; físicos; geoambientais; turísticos e socioeconômicos. A MRT1 – Fortaleza Metropolitana; MRT2 - Litoral Oeste / Ibiapaba; MRT3 – Litoral Leste / Apodi; MRT4 – Serras Úmidas / Baturité; MRT5 – Sertão Central e MRT6 – Araripe / Cariri, constituindo assim a base física de interação e o espaço para aglutinar ações.





**Figura 7** - Mapa da Macrorregiões Turísticas.  
**Fonte:** SETUR, 2003.

Além das macrorregiões turísticas, a SETUR criou o conceito de Corredor Turístico Estruturante, que representava o espaço que pretendia localizar e sediar, de forma agregada, o conjunto de atrativos, infra-estruturas e facilidades, interligando-os por eixos de transportes existentes ou projetados, que constituíram os pólos e núcleos turísticos, definindo assim um sistema de acesso de percurso turístico (ver mapa p. 37).



**Figura 8** – Mapa do Corredor Turístico Estruturante.

Fonte: SETUR, 2003.

O corredor teve também a função de interligar as demais “âncoras turísticas” que, segundo a SETUR, eram os diversos atrativos de forte apelo, capazes de alavancar o desenvolvimento das macrorregiões turísticas, identificadas pelas potencialidades e vocações de cada uma. Esse conceito também justificou a opção por equipamentos hoteleiros de grande porte, do tipo *resort*, situados em localização estratégica de grande valor paisagístico e ambiental (ver mapa p.38)



**Figura 9** – Mapa de Âncoras Turísticas.  
**Fonte:** SETUR, 2003.

Anterior às ações estratégicas da SETUR apresentadas acima, houve a primeira iniciativa concreta de planejamento turístico macrorregional no Estado, o Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral do Ceará – PRODETURIS, valorizando as zonas de praia como mercadoria turística. Este programa antecipa o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR-NE e sua ramificação PRODETUR-CE.

Este programa pioneiro foi financiado pelo Governo do Ceará, que o considera como um guia para os investidores, um indicador dos programas oficiais e um indicador do planejamento turístico para o litoral do Ceará. O PRODETURIS lança as bases técnicas e conceituais do PRODETUR-CE, projeto derivado do PRODETUR-NE, que engloba os outros estados da região. (DANTAS, 2002).

O objetivo do Programa era promover o turismo pela junção de iniciativas públicas e privadas, o estabelecimento de uma infra-estrutura adaptada às potencialidades regionais e o desenvolvimento social e econômico das comunidades. Com recursos do Governo local e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Estado pretendia, segundo Dantas (2002), desenvolver

uma política de desenvolvimento no Ceará com vistas à resolução do desemprego e do déficit econômico.

Em 1994, um contrato entre o BID e o Banco do Nordeste criou o PRODETUR-NE, que seria, para Dantas (2004), um contrato pioneiro, caracterizando-se como um programa global de investimentos múltiplos de iniciativa regional, com execução descentralizada e sem o concurso da União. O objetivo era financiar projetos para incrementar o turismo na região. Os projetos visavam à criação de um sistema de vias de acesso e apoio à infra-estrutura das regiões litorâneas, em toda a costa cearense, além da ampliação da estrutura aeroviária, saneamento, abastecimento d'água, recuperação de patrimônio histórico, preservação de ecossistemas frágeis, fortalecimento institucional, urbanização, e outros.

No Ceará, o PRODETUR definiu quatro regiões turísticas: Região Turística I – Municípios de Fortaleza, de Caucaia e Aquiraz (Região Metropolitana de Fortaleza); Região Turística II – Itapipoca, Trairi, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Caucaia (zona prioritária); Região Turística III – Aquiraz, Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí; Região Turística IV – Barroquinha, Camocim, Cruz, Acaraú, Itarema. A intenção era fazer uma infra-estrutura de acesso às regiões litorâneas o que se concretizou com a implantação das vias litorâneas: Costa do Sol Poente e Costa do Sol Nascente, além das ligações pelas CE's ao longo do Estado. No mapa abaixo (ver Figura 10, p. 40), seguem as linhas gerais traçadas pelo PRODETUR-CE, mostrando nosso ponto de chegada: a vila de Jericoacoara, localizado na RT IV, com malha viária construída na segunda fase do PRODETUR II.

Assim, com a prática do turismo voltando-se para os litorais desconhecidos, chegamos à reta final: analisar o contexto da vila de Jericoacoara no que concerne à sua maritimidade.





### **3 DE VILA A LUGAR TURÍSTICO E UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: HISTÓRICA ABORDAGEM EM JERICOACOARA**

No terceiro capítulo, abordamos Jericoacoara, buscando apresentar a Vila e expor os motivos que levam um contingente tão grande a procurar estada e habitação nesse local, culminando com a criação de áreas de preservação que buscam minimizar os impactos do turismo sob o ecossistema frágil da vila.

Antes mesmo de ser palco de práticas marítimas, Jericoacoara enquanto simples vila de pescadores com magia e originalidade, digna de contemplação, também foi recanto de piratas e navios estrangeiros, que vinham ao Ceará em busca de riquezas. Foi rota do descobrimento do navegador Vicente Yañez Pinzón, em janeiro de 1500. Em suas faixas de praia, Jericoacoara serviu de porto para navegantes, os quais fixaram nelas suas bases operacionais e fortes por sua localização estratégica. Era um ponto de apoio contra os corsários estrangeiros (NUGA, 1985).

Assim, sucedeu a ocupação em Jericoacoara, em 1614, no então Governo Geral de Gaspar de Sousa. Numa força-tarefa, organizou-se uma expedição denominada “Jornada do Maranhão”, conduzida por Jerônimo de Albuquerque, o qual travou luta contra os franceses nas costas brasileiras. Esse edificou um forte ao pé do serrote, chamando-o de Forte de Nossa Senhora do Rosário, sendo esse atacado por piratas franceses. O português Manoel de Souza Eça venceu a luta contra os franceses. Por ordem de Jerônimo Albuquerque, o Forte foi demolido. (FONTELES, 2004, p.130).

A enseada de Jericoacoara após estes acontecimentos, serviu de porto por algum tempo, até surgirem posteriormente outros portos, com melhores condições de acesso e mais próximos dos grandes centros produtores, levando a queda desta atividade por dois séculos. Jericoacoara permaneceu vazia, sendo habitada novamente após este período, por cinco famílias que fugiram da seca que castigava o interior do Ceará, ali encontraram refúgio, já que a enseada oferecia pesca em abundância. (OLIVEIRA, 1997, p. 52).

Em Jericoacoara, a pesca, assim como em Fortaleza, foi desenvolvida inicialmente artesanalmente, sendo usados como equipamentos a caçoeira, tarrafa, linha de mão e a canoa que leva os pescadores ao mar. Fonteles (2004) descreve

um panorama de ascensão e queda da atividade pesqueira, entre as décadas de 1960 e 1970, do século XX.

[...] o auge da pesca em Jericoacoara se deu entre 1965 e 1973. Nessa época existiam cinco barcos e cerca de sessenta canoas empenhadas na atividade. [...] por volta de 1970 foi instalada na Vila uma fábrica de conserva de peixe, pelo industrial Manoel Lousada Vasconcelos, empreendimento este que teve pouca duração [...] Havia uma estrada que fazia o escoamento de produção pesqueira para Fortaleza. A estrada foi tomada pela duna e pelas águas da lagoa de Jijoca, em 1973. Com o desaparecimento da estrada e com a morte do senhor Vasconcelos [...] a pesca começou a cair. (Ibidem, p.135).

A decadência da pesca causou a dispersão de muitas famílias para outras praias e centros urbanos, restando na localidade somente a prática do comércio, que era constituído por bares, mercearias e vendas de lanches aos pescadores quando chegavam à beira-mar, vindos da pesca. Basicamente o comércio era um intercâmbio de pescadores e agricultores das vizinhanças através de trocas ou dinheiro.

[...] os primeiros forneciam o pescado, os segundos abasteciam o mercado local com gêneros de primeira necessidade e frutas da região: manga, banana, caju, laranja [...] a base do comércio era a mandioca x peixe mantinha-se no mesmo período, sendo o lucro investido em pequenos animais [...] como ovelhas, porcos, galinhas e patos [...] o comércio é também representado por 15 pequenas mercearias [...], sendo os comerciantes os que possuíam maior renda familiar. (Ibidem, p.104). (NUGA, 1985).

Outros fatores contribuíram, no entanto, para uma imagem não somente positiva em relação ao turismo; ao enxergarmos adiante o uso inadequado do ecossistema, observamos que ele produziu, a cada ano, danos irreparáveis à região de Jericoacoara.

No final dos anos 1970, a comunidade passou a receber alguns turistas chamados alternativos, que buscavam maior contato com os ambientes naturais, incluindo os autóctones que os hospedavam em suas residências (Fonteles, 2004, p. 131). Os “hippies” foram os primeiros a chegar e divulgar o paraíso tropical ensolarado de Jericoacoara. “Construíram tênues territorialidades, respeitando o lugar das comunidades nativas até então isoladas”. Estes tinham como lema a simplicidade e a tranquilidade, desprendendo-se dos fatores econômicos, vivendo em sintonia com a natureza e a paz. (LIMA e SILVA 2004, p. 07).

Os “hippies” adaptavam-se às práticas locais, sem procurar modificar o espaço natural. A pesca artesanal era a atividade marítima desenvolvida. Com o advento do turismo e a busca por espaços litorâneos, Jericoacoara tornou-se alvo como espaço virgem a ser descoberto e fruído.

O ponto culminante da procura por Jericoacoara deu-se, de acordo com Lima e Silva (2004) nos anos 1980, com a informação dada pelo jornal “Washington Post Magazine” de que Jericoacoara se destacava como uma das dez mais belas praias de todo o Planeta.

Decorrente de uma prática já realizada em escala mundial, o turismo adentrou o território da vila de Jericoacoara, maduro o suficiente para fazer imprimir suas marcas. A fruição do rude, do novo, das paisagens encantadoras, aliada à boa recepção dos esportes náuticos, pela conjuntura de ventos fortes e boas ondas, transformou Jericoacoara em um paraíso terreno.

As atividades praticadas na localidade foram principalmente aquelas que fazem uso de equipamentos, relacionadas a passeios de veículos motorizados (buggies, off-road, barcos, quadriciclos), que percorrem as paisagens existentes, fazendo percursos por trilhas, dunas e lagoas. Outras práticas também devem ser consideradas, por fazerem parte do ambiente de Jericoacoara como os passeios de jangada e balsa e a prática de esportes radicais (*windsurf, kitesurf, surf, sandboard*).

Dentre os fatores determinantes de maior importância dessa comunidade ao nível de vida foram: a pesca, o artesanato e outros elementos já citados, como contribuintes para o assentamento da população, sendo o turismo a atividade econômica e fonte de renda para a população da Vila, que contribuiu para o retorno e fixação da comunidade local, valorizando o ambiente natural, assim como, salienta Dantas (2006)<sup>1</sup>.

Atualmente, o atrativo primordial da Vila é o fato de estar localizada no Parque Nacional. Esse atrativo, no entanto, traz à tona inúmeros problemas decorrentes do fluxo de turistas interessados na idéia de um paraíso situado no Parque e cuja estrutura incentiva às práticas náuticas em voga.

---

<sup>1</sup> Relatório Técnico – Zoneamento Geoambiental do Parque Nacional de Jericoacoara - 2006.



Analisaremos, a seguir, com detalhes, a vila de Jericoacoara e os motivos que levaram à sua visitação, assim como as razões pelas quais se torna preocupante sua preservação.

### 3.1 A Vila de Jericoacoara

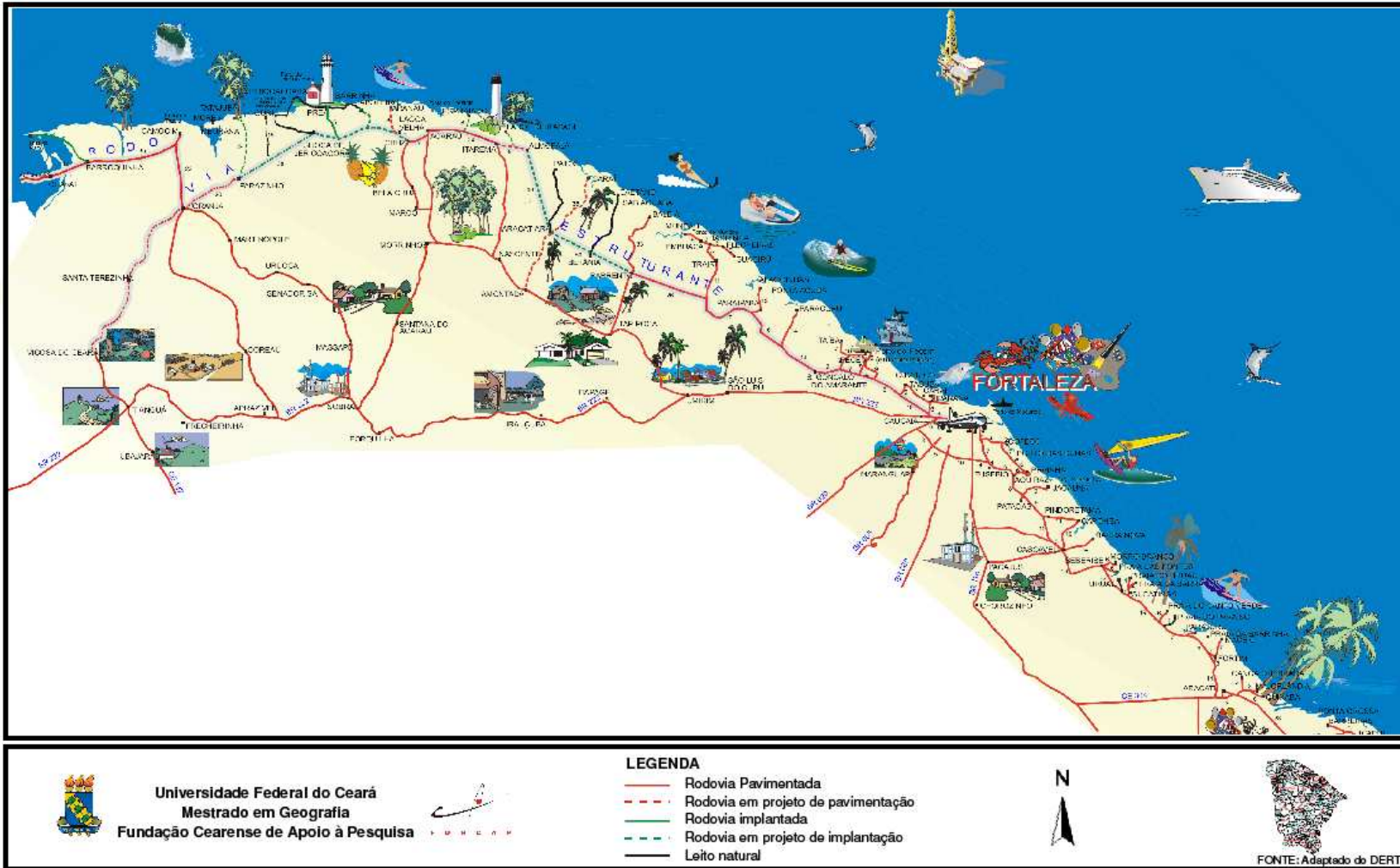
A vila de Jericoacoara está aproximadamente a 310 km da capital, Fortaleza, principal portão de acesso. Para se chegar à vila de Jericoacoara, tomando como ponto de origem Fortaleza, pode-se ir pelas rodovias federais - BR 116 e BR 220 - e rodovia estadual CE-85 até Itapipoca. Segue-se, em seguida, pela CE-179 até alcanç ar o Município de Jijoca de Jericoacoara (ver mapa 12 - via de acesso ao litoral, p. 45).



**Figura 11** – Vista aérea da vila de Jericoacoara.  
**Fonte:** Meireles, 2006.

O acesso para a vila de Jericoacoara, partindo das comunidades do entorno, n  possui pavimenta o. O percurso d -se por trilhas de terra. Para realizar o trajeto,   necessário utilizar carros com tração. Esse é um dos aspectos pelo qual a Vila ainda se sustenta e mant m a característica sutil de vila de pescador.

**FIGURA 12: PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO AO LITORAL DO ESTADO DO CEARÁ**



Fonte: Ingrid Lima, 2007.

As figuras 13 e 14 (p. 46) mostram os principais acessos por estrada carroçável (vila do Preá e Lagoa Grande, p.) à vila de Jericoacoara, partindo da sede do município de Jijoca de Jericoacoara, ponto de chegada dos fluxos remanescentes de Fortaleza e dos estados vizinhos do Maranhão e Piauí. Outros acessos dão-se pela comunidade de Tatajuba, por percurso de *buggy*, bem como pelo Município de Camocim, por meio de barco.



**Figura 13** - Estrada de Piçarra da comunidade do Preá.  
**Fonte:** Ingrid Lima, 2006.



**Figura 14** - Estrada de área da comunidade da Lagoa Grande.  
**Fonte:** Ingrid Lima, 2005.

A vila de pescador é conhecida como Jijoca de Jericoacoara, de toponímia composta e de origem tupi-guarani. Jijoca significa “*casa das rãs*” e Jericoacoara “*buraco das tartarugas*”. Atualmente possui esta grafia, a qual

foi mundialmente difundida pelo turismo, mas, também, foi motivo de várias divergências de opiniões sobre sua origem, pois diversos foram os nautas que aqui estiveram entre o século XVII e início do século XX, criando outras escritas como: Gericoacoara, Jaracoara, Geriguaguara, Jurucoacoara (NUGA, 1985, p.2)<sup>2</sup>.

O povoado, de acordo com estudo do NUGA (1985), era caracterizado como pequeno grupo populacional, predominantemente rural, onde não havia acentuadas divisões de classe e cujas principais atividades econômicas eram o extrativismo animal (pesca) e, em segundo plano, atividades como o comércio, criação de pequenos rebanhos, lavoura de subsistência e artesanato.

Ainda, segundo a pesquisa realizada pelo NUGA, este grupo populacional, em 1984, era de 580 habitantes, destacando a porcentagem de crianças e jovens entre 0 e 15 anos (48%). Tendo a pesca como base de sobrevivência, essa população possuía um baixo padrão de vida, o que se podia constatar na precariedade de sua alimentação, composta quase exclusivamente do pescado e da farinha de mandioca.

Podemos verificar na Tabela 1 (p. 48) que houve, em Jericoacoara, uma perda da comunidade, registro entre os anos de 1980 e 1989 (a população oscilando em 731 habitantes em 1980, 580 habitantes em 1984, 650 habitantes em 1989). Do final da década de 1990 até 2003, porém observamos um aumento populacional acelerado e desordenado, que incrementou o número de habitantes em mais de 100% (950 habitantes em 1998, 1.500 em 2000 e 2.200 em 2003) ocasionado pelo processo de “turistificação”<sup>3</sup> do local. O fluxo de turistas levou também a uma população flutuante no período de alta estação, que, segundo pesquisa realizada por Fonteles (2000), chegou a 1.300 habitantes. Nos demais anos, como mostra a tabela abaixo, não houve registro da população flutuante, visto que essa mensuração partiu de uma única pesquisa realizada por Fonteles durante o período mencionado acima.

---

<sup>2</sup> Núcleo de Geografia Aplicada da Universidade Estadual do Ceará - (UECE).

<sup>3</sup> Turistificação é entendido como a diferença do uso do território pelo turista e pelo residente de determinada localidade, ou seja, é o processo pelo qual a localidade se transforma em mercadoria do turismo, através dos serviços, das atividades de lazer, e ocupação dos espaços pelo veraneio e especulação imobiliária. “L’invention du lieu touristique: la passion d’un contrat t lê surgissement simultanê d’un nouveau territoire”. (RÉMIK KNAFOU, 1991).



Esse fluxo desordenado de habitantes foi resultante do desenvolvimento da atividade turística nas regiões litorâneas. Como citado anteriormente, o PRODETUR, nas suas ações para o desenvolvimento do turismo na região do Nordeste, incrementou o estado do Ceará com infra-estrutura mínima de estradas e rodovias, a fim de possibilitar o acesso de pessoas às suas regiões mais inóspitas. O desenvolvimento da localidade também teve contribuição da estratégia de *marketing* com divulgação em jornais, revistas de empresas especializadas das belezas tanto do litoral como das serras do Ceará.

**TABELA 1 - População da vila de Jericoacoara (1980 – 2003).**

| ANO         | POPULAÇÃO NATIVA<br>BAIXA ESTAÇÃO | POPULAÇÃO<br>FLUTUANTE<br>ALTA ESTAÇÃO |
|-------------|-----------------------------------|--|
| 1980        | 731                               | —                                      |
| 1984        | 580                               | —                                      |
| 1989        | 650                               | —                                      |
| <b>1998</b> | <b>950</b>                        | <b>1.300</b>                           |
| 2000        | 1.500                             | —                                      |
| 2003        | 2.200                             | —                                      |

**Fonte:** FONTELES (2000) / SANTUÁRIO apud MATHEUS (2003).

**Organização:** Ingrid Lima, 2007.

Estava no programa também oferecer infra-estrutura às comunidades afetadas pelo fluxo turístico, como desenvolver econômica e socialmente essas regiões, dado que a maioria desses vilarejos vivia de uma economia de subsistência com estilo de vida precário, desde a alimentação até seus costumes. Jericoacoara, como foi visto no capítulo anterior, teve a ascensão e o declínio da pesca. Isso obrigou os moradores a se deslocarem para outras comunidades em busca de emprego. Somente com a chegada do turismo, esses habitantes puderam voltar para a Vila.

Os nativos passaram a viver do fluxo de visitantes, oferecendo serviços de guias e construindo pequenos comércios. No entanto, a recolocação destes, de proprietários a empregados das empresas que se instalavam eram em razão, das precárias condições educacionais. Assim, eles se restringiam, em sua maioria, a serviços de menor valor.

Outra problemática do turismo foi a venda de terrenos dos nativos para veranistas ou comerciantes vindos de outros locais para se estabelecerem na Vila.

Isso levou os moradores a buscar outros locais para construir suas moradias. Chegou-se nesse ponto a um paradoxo interessante. Por um lado, o desenvolvimento da Vila como mercado, por outro, a questão da perda cultural do habitante nativo e a exploração do ecossistema natural.

O ecossistema passa, com o turismo, a ser visto como mercadoria. Lima e Silva (2004) dirigem uma crítica ao poder de Midas<sup>4</sup> do turismo, pois, ao transformar tudo em mercadoria, consome até esgotar as fontes naturais. A busca desenfreada pela novidade, pelo natural, promoveu uma procura por paisagens naturais, inóspitas que, ao serem encontrados, foram exauridas pelo consumo de seus recursos.

Essas questões suscitam um paradoxo muito discutido nos dias atuais entre desenvolvimento e sustentabilidade. Se alguns defendem a preservação da cultura e do meio, outros postulam o desenvolvimento da economia e da infraestrutura de vida. Essa questão não será discutida neste trabalho, mas requer do leitor uma reflexão. Cabe aqui somente analisar as conseqüências do fluxo turístico crescente e sua relação com os impactos causados na Vila e no Parque Nacional.

### **3.2 Lugar turístico**

A vila de Jericoacoara possui uma paisagem de grande valor cênico, constituindo-se em um conjunto raro e particular. Os turistas são atraídos não só por seus atrativos naturais, mas também pela imagem vendida internacionalmente de “vila de pescador” de “paraíso perdido”, de lugar de hábitos rústicos. Embora possua ainda alguns aspectos que o caracterize como lugarejo, por exemplo, por possui um núcleo urbano pequeno, por não ter pavimentação em suas ruas e, por sua infraestrutura de iluminação ser toda subterrânea, não possuindo postes de iluminação, faz com que mantenha um ar de rusticidade. Mas, esse clima paradisíaco entra em confronto simultaneamente com suas edificações modernas e arrojadas, bem como sua dinâmica funcional estruturada para a atividade do turismo. O litoral de Jericoacoara é formado por cordões de dunas móveis intercaladas por lagoas

---

<sup>4</sup> Segundo a Mitologia, Midas foi o Rei de Frigia, que recebeu do deus Dionísio o poder de transformar tudo o que tocasse em ouro.

cristalinas, falésias, serrote, caatinga, restingas, coqueirais, mangues, rios e enseadas e diversas formações geológicas de grande potencial paisagístico e científico, que abrigam espécies raras de vegetais e animais. É considerado um paraíso ecológico pela beleza contrastante da natureza, onde se misturam aspectos do sertão e do litoral. Fonteles (2004) dá ênfase quando descreve a vegetação de caatinga, que chega ao mar, o que não se vê em nenhum outro lugar, uma vegetação lenhosa somente encontrada nos sertões (p. 27).

A localidade já é o próprio atrativo. Os pontos turísticos que a compõem formam esse conjunto paisagístico juntamente com as atividades de lazer e práticas náuticas que atraem visitantes de todo o mundo (ver foto imagem, p 51). Eles se encontram distribuídos no Parque e em seu entorno, principalmente na vila de Jericoacoara.

Quem chega a Jericoacoara já tem roteiro definido para visitar os atrativos. No lado oeste da Vila, encontra-se a duna do Pôr-do-Sol (figura 16), que encanta a todos que ali chegam. Às cinco da tarde, os turistas começam a subir a duna para contemplar o pôr-do-sol. Com cerca de 30 metros de altura e inclinação de 80°, a duna avança sobre a praia e, na maré baixa, forma-se um corredor entre o oceano e a montanha de areia (GUIAS PHILIPS, 2002). Os campos de dunas encontrados em Jericoacoara são migratórios, e, por conta da dinâmica dos ventos, a duna do Pôr-do-Sol encobriu os belos coqueirais existentes em sua base.



**Figura 16** - Coqueiros no pé da duna do Pôr-do-Sol, de serem encobertos pela duna.

**Fonte:** [www.amigobrasileiro.com](http://www.amigobrasileiro.com)

Figura 17 - Foto imagem dos atrativos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E  
PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA

FIGURA 16 - FOTO IMAGEM

**PONTOS DE ATRATIVOS  
TURÍSTICOS E PRÁTICAS  
NÁUTICAS EM JERICOACOARA**

MESTRANDA:  
INGRID CARNIBRO DE LIMA

ORIENTADOR:  
EUSTÓGIO W. CORREIA DANTAS

LEGENDA

01: Duna do Pôr-do-Sol – ritual dos turistas no fim da tarde para ver o sol se pôr.

02: Roda de Capoeira – atração para os turistas na praia após o pôr do sol.

03: Passeio de Barco – contempla a vista da Vila e as lagoas de Jijoca.

04: Turistas na Praia – lugar de lazer para os que ficam na Vila de Jeri.

05: Passeio a Cavalo – cavalgadas que duram de uma hora a dois dias. Conduz turista a conhecer toda a Vila, bem como ir à Pedra Furada.

06: *Wind Surf* – esporte náutico praticado por turistas estrangeiros nas proximidades da Vila no período de julho a novembro.

07: *Surf* – esporte náutico praticado por turistas e autóctones na praia de Jeri e Preá.

08: *Kite Surf* – esporte náutico praticado por estrangeiros nos perímetros da praia de Jeri, do Preá e Mangue Seco.

09: *Sand Board* – prática sobre a duna do Pôr-do-Sol, mais conhecido como esqui na areia.

10: Igreja de Santa Luzia – erguida em pedras pelos próprios moradores em 1963.

11: Padaria Santo Antônio – abre às 2 horas da manhã para receber turistas que chegam de Fortaleza e os que vêm das casas de show e bares.

12: Pedra Furada – ícone de Jericoacoara. Encontra-se ao só pé do Serrote.

FORTE: imagem do estúdio *Quêbra* de Foto Lima, 2006, 2007.



A foto 02 da Figura 17 demonstra a segunda parte do ritual praticado por todos que ali visitam Jericoacoara, dando-se com a decida das pessoas da duna em direção à roda de capoeira. Os capoeiristas, que se encontram todos os dias na praia, convidam os turistas e visitantes a fazerem parte da dança típica do Brasil.

O passeio de barco, mostrado na foto imagem 03 da Figura 17, retrata a nova funcionalidade dos barcos que antes eram tão somente utilizados para a própria subsistência. O passeio de barco leva os turistas a navegarem pela costa do Parque, apreciando a vista da Vila e todo o seu entorno.

Outra atividade de lazer é a de sol e praia (Imagem 04), a mais comum em todo o litoral do Ceará. A prática dessa atividade na beira-mar da vila de Jericoacoara não é tão intensa, visto que os turistas preferem se deslocar a outros pontos fora da Vila, indo à direção das principais lagoas do entorno, a Lagoa de Jijoca e a Lagoa do Paraíso Amor, retornando sempre no fim da tarde. Esse fato leva-nos a uma reflexão, ou seja, que embora Jericoacoara seja o principal destino turístico dos visitantes, a Vila acaba sendo um ponto de apoio, de referência e partida para outros destinos, visto que sua localização permite acesso para outras localidades, inclusive para outros estados.

Na Foto 05 da Figura 17, mais uma atividade agregada ao turismo, o passeio a cavalo, utilizado como transporte de lazer para os visitantes. As cavalgadas conduzem a passeio pela faixa de praia, à Vila e a seu entorno. Os cavalos estão alocados no lado oeste da Vila, no sopé da duna do Pôr-do-Sol.

Os esportes náuticos *windsurf* (Foto 06) e *kitesurf* (Foto 07) atraem vários adeptos a práticas náuticas, principalmente para quem prefere aventuras radicais e dispõe de boas condições financeiras, pois os equipamentos utilizados são de alto custo. Os praticantes deste esporte, em sua maioria, são estrangeiros, também responsáveis pelo grande fluxo de pessoas no Parque nos meses de julho a novembro.

O *windsurf* é realizado nas proximidades da Vila. O *kitesurf* é praticado na praia do Mangue Seco, praia da Malhada e praia do Preá. Tendo em vista a demanda por estes esportes, o IBAMA ordena os espaços do litoral a serem utilizados pelos praticantes e pelas escolas existentes, com a finalidade de evitar acidentes entre ambas as práticas.

O *surf* (Foto 08 da Figura 17) também é um esporte aquático que não requer muitos equipamentos, mas habilidade para manusear a prancha. São poucos os praticantes e o mês de julho é o ideal para a atividade. Como o *surf*, esporte praticado sem muitos equipamentos, temos o *sand bard* (foto 09), *surf* nas dunas de Jericoacoara.

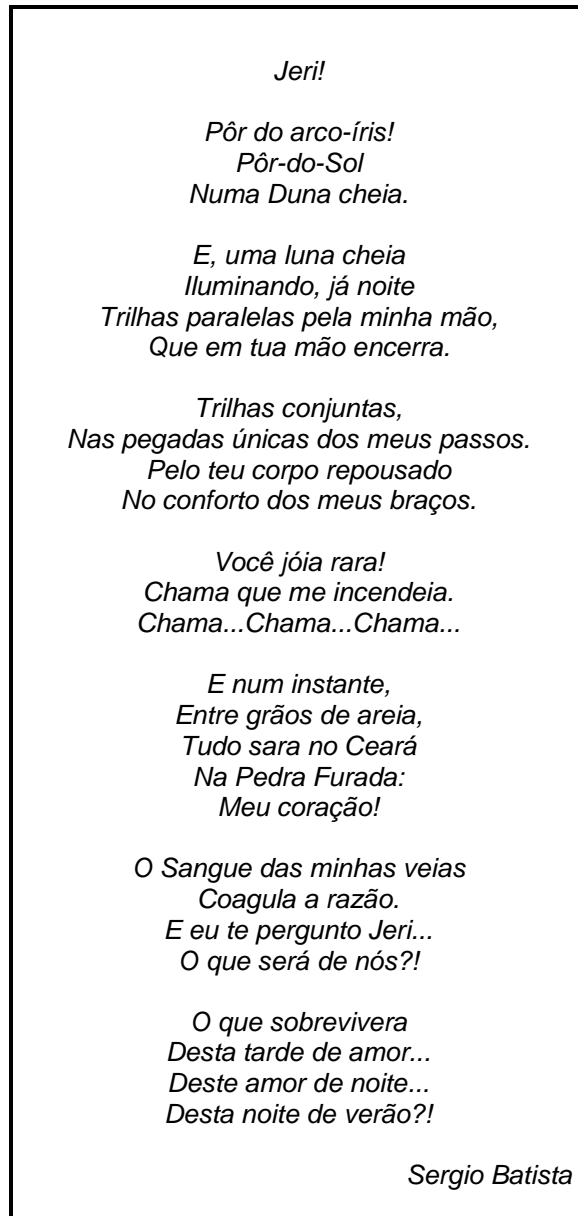
O monumento arquitetônico que retrata o marco da ocupação da vila de Jericoacoara é a Igreja de Santa Luzia (Foto 10 da Figura 17), erguida em pedras retiradas do Serrote pelos próprios moradores em 1963. As celebrações são realizadas uma vez ao mês pelo pároco de Jijoca.

Outro atrativo turístico e peculiar à Vila é a Padaria do Senhor Antônio (Foto 11), que abre às duas horas da madrugada e fecha às seis horas da manhã. Abre exclusivamente para receber turistas que chegam de Fortaleza, e os que chegam dos bares e das casas de *show* da Vila. Anteriormente, a padaria era conhecida por sua simplicidade em servir o café com pão. Hoje, com o crescimento da demanda, ele agregou novos produtos industrializados a seu comércio, fugindo um pouco da sua originalidade.

Descendo pelo Serrote, encontra-se a Pedra Furada (Foto 12), cartão postal de Jericoacoara. Medindo em torno de 10 metros de altura, o rochedo com uma escavação ao centro é uma escultura natural, produzida pelas intempéries ao longo do tempo (FONTELES, 2004). O acesso é difícil. Saindo da Vila, segue-se por uma trilha a partir do Mirante do Farol, fazendo uma caminhada pela praia na direção leste por aproximadamente 40 minutos quando a maré está baixa. A visita à Pedra Furada é a mais esperada no mês de julho, onde se permite contemplar o pôr-do-sol pela fresta da pedra.

A Lagoa de Jijoca (Foto 13), também muito conhecida pelos turistas por sua beleza, é a segunda lagoa do Ceará, com 30 km<sup>2</sup> de extensão, contornada por areias brancas, contendo águas cristalinas, em tons que vão do azul-celeste ao verde. A lagoa Azul e a lagoa do Paraíso são trechos desta maior. O acesso para as lagoas se faz pela sede do Município ou pela praia do Preá (MATHEUS, 2003). Segundo o Guia Philips (2002), é a mais atraente, porém menos habitada. A Lagoa do Paraíso, no entanto, possui infra-estrutura mínima para atender a demanda de turistas. Lá se encontram também a prática do *windsurf* e o passeio de jangada.

Os atrativos e as atividades de lazer apresentados acima, ressaltando que nem todos os atrativos existentes foram considerados aqui, vêm a confirmar a escolha dos turistas pelo lugar. Estes elementos põem Jericoacoara em destaque como ícone internacional do Estado. A localidade, em meio à paisagística natural que atrai turistas, também inspira magia e poesia. O poeta Sergio Batista (ver poema, p. 54) descreve bem a Jeri que encanta a todos que ali chegam. Toda essa mística que é descrita pelo poeta vêm contribuindo para aumento do fluxo de visitante a cada ano e, de sobremaneira, vêm fortalecendo a localidade como destino turístico. Paralelamente surge toda a problemática como resultado deste fluxo circulante no Parque.



**Quadro 01** - Poema Jeri!

**Fonte:** Retirado de uma placa localizada na Vila.

### 3.3 A Unidade de Conservação

No início da década de 1980, Jericoacoara passou por um crescimento intenso e desordenado, impulsionado pela divulgação de reportagens de jornais de veiculação internacional. Com efeito, houve uma procura, um aumento expressivo de visitantes de todas as partes do mundo, pelo lugarejo primitivo e paradisíaco, na busca não só de conhecer, mas de aportar e fixar-se em Jericoacoara.

De acordo com esse cenário, surgiu uma relação entre turismo e natureza, acompanhada de um novo modelo<sup>5</sup> de atividade econômica funcional no país, atividade esta que originou a degradação socioambiental nas localidades que praticavam a imaterialidade do turismo e levavam a especular sobre as possibilidades de sustentabilidade do ecossistema local.

A Vila passou a fazer parte do processo de “turistificação”, subseqüentemente absorvendo a racionalidade do capitalismo - a da “indústria sem chaminés” - substituindo as indústrias poluidoras da Revolução Industrial por uma atividade limpa e não consumidora, mas que enseje emprego e renda. Na verdade, uma atividade que satura um arcabouço de mazelas que acabam por incorporar-se ao espaço explorado. Como diz Seabra (2001), a atividade econômica do turismo depende

[...] da apropriação e exploração dos recursos naturais e das sociedades locais [...] explora matéria-prima até o total esgotamento; em seguida, ocorre o abandono e a transferência econômica para outros locais de exploração. (p. 27, 28).

Essa exploração e apropriação do espaço pelo turismo resultam em inúmeros conflitos de ordem socioambiental e sociocultural. A tendência do turismo contemporâneo suscita a lógica do capital de consumo ecológico em áreas naturais, aliada a uma economia especulativa. Na visão de Dias (2003), a pressão da atividade turística deteriora não só a qualidade de vida humana, mas também o ambiente natural, onde o turismo está como agente transformador do meio, no que diz respeito ao

---

<sup>5</sup> O modelo de atividade econômica faz menção ao capitalismo que visa ao consumo das áreas naturais, implantado pela Revolução Industrial.

aspecto físico das zonas turísticas, [...] gerou graves problemas ecológicos: destruição de ecossistemas, diminuição da quantidade e qualidade da água, empobrecimento e contaminação dos solos, extinção de muitas espécies da fauna. Afetou gravemente a flora, provocou a destruição da pesca e a contaminação do mar, assim como desintegrou atividades econômicas tradicionais, provocou aculturação, migração, fenômeno de crescimento populacional e urbano desordenado, falta de serviços públicos, entre outros problemas. (DIAS, 2003, p.14-15).

Sendo assim, o turismo dá nova racionalidade e contribui incisivamente para o desencadeamento de sérios problemas socioambientais no destino turístico, e, dependendo da gravidade destes, podem ser irreversíveis, chegando a um colapso<sup>6</sup> social e ambiental.

A Vila, desde o despertar para o turismo, foi tomada por vários problemas, principalmente em épocas de férias e feriados prolongados, cujo número de visitantes é maior do que a capacidade de carga do ambiente, ou seja, limite máximo de visitante dentro de um espaço permitido. No que tange à infra-estrutura que dá suporte à atividade, surgem problemas advindos da falta de saneamento básico, trânsito e degradação dos recursos naturais, além da especulação imobiliária.

Outro problema advém do número de visitantes que chegam à Vila. Alguns vêm no intuito de desfrutar de Jericoacoara, instalando-se na área, outros a fim de explorá-la economicamente. As conseqüências remetem à expulsão progressiva de nativos, o reordenamento de configurações sociais e físicas, com os avanços irregulares de construções, incluindo-se o espaço público e o desordenamento do arruamento e soterramento da Vila.

Todos esses fatores retro citados levaram aos gestores do Município e ambientalistas a pensarem em alternativas que freassem o crescimento desordenado da Vila. Os movimentos ambientalistas e estudiosos, na década de 1980, instigaram um estudo mais apurado sobre a área em questão, que foram conduzidos pela Universidade Estadual do Ceará, através do Núcleo de Geografia Aplicada – NUGA, em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, Prefeitura de Acaraú, quando a vila de Jericoacoara pertencia ao Distrito de Acaraú,

---

<sup>6</sup> “O colapso é a drástica redução da população e/ou complexidade política, econômica e social, numa área considerável, durante um longo tempo. [...] danos ambientais, mudanças climáticas, rápido crescimento populacional, parcerias comerciais instáveis e pressões de inimigos [...]”. (DIAMOND, 2005, p.1).

à Agência de Cooperação Técnica Alemã – (GTZ), resultando na proposta da criação de uma Unidade de Conservação.

Nessa época, o professor Luiz Cruz Lima, responsável pelo NUGA, através dos estudos de bases e perspectivas para o desenvolvimento integrado de Jericoacoara afirmava que poderia

ocorrer um desequilíbrio na área e isto acarretará para a comunidade a perda do principal atrativo do turismo, não só pelo desequilíbrio ambiental (a beleza da praia pode ser destruída com o lixo), e a própria deflação (carregamento da areia pelo vento). (Jornal O POVO, Fortaleza, 30/08/1987).

O documento criado pelo NUGA, a partir das análises feitas em Jericoacoara, foi apresentado aos órgãos responsáveis pela preservação da localidade, a Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente do Ceará, Procuradoria Geral da República, Secretaria Especial do Meio Ambiente e Capitania dos Portos, para que tomassem conhecimento da gravidade e fragilidade da área, pois uma medida urgente deveria ser tomada.

O documento, publicado em 1985, resultou na criação de uma Unidade de Conservação e serviu de base para outros estudos sobre a área. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – (SNUC), criado pela Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, e Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002, estabelece critérios e normas para a elaboração, implantação e gestão das unidades de conservação, definindo como objetivos nacionais da conservação da natureza:

- a) Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- b) Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- c) Contribuir para a preservação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- d) Promover o desenvolvimento sustentável a partir do uso dos recursos naturais;
- e) Promover o desenvolvimento regional integrado com base nas práticas de conservação;
- f) Proteger paisagens naturais e pouco alteradas, de notável beleza cênica;
- g) Proteger as características excepcionais de natureza geológica, geomorfológica e, quando couber, arqueológica, paleontológica e cultural;
- h) Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- i) Incentivar atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento de natureza ambiental, sob todas as suas formas;
- j) Favorecer condições para educação e interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza;
- k) Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

**Quadro 02** - Critérios e normas para a criação, implantação e conservação da natureza.

**Fonte:** SNUC, 2000.

Em princípio, Jericoacoara foi atribuída como Área de Proteção Ambiental que é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, pelas peculiaridades que possuía, onde a comunidade de Jericoacoara mantinha traços fortes de comunidade tradicional de zona litorânea, preservando seus hábitos e costumes, caracterizando-se ainda como vila de pescadores, mesmo concomitantemente ocorrendo o processo de “turistificação”.

No dia 29 de outubro de 1984, reconhecida por Decreto Federal de número 90.379 (ANEXO I), assinado pelo presidente João Batista Figueiredo, em consonância com o artigo 8º da Lei Federal nº 6.902 de 27 de abril de 1983, foi criada, na vila de Jericoacoara, a Área de Proteção Ambiental – (APA). É uma unidade que visa à sustentabilidade e ao equilíbrio das relações homem e natureza, bem como o desenvolvimento harmônico entre o social e o econômico, sendo, também, mais flexível na área de abrangência, constituída de propriedades públicas

e particulares. Elas se diferenciam das demais unidades de conservação existentes por configurarem uma proposta que dispensa as desapropriações de propriedades. A APA é uma unidade de conservação que pode ser decretada nas esferas federal, estadual e municipal.

O Decreto Federal de número 90.379, de 29 de outubro de 1984, visa a garantir o desenvolvimento sustentável e a proteção da biodiversidade e demais recursos naturais. Essa Unidade de Conservação obedece às seguintes normas, em que ficam proibidas ou restringidas:

- I - A implantação ou ampliação de atividades industriais potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água;
- II - A realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais, principalmente na Zona de Vida Silvestre, onde a biota será protegida com maior rigor;
- III - O exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento das coleções hídricas.
- IV - O exercício de atividades que ameacem extinguir as espécies raras da biota regional;
- V - Ondações técnicas oficiais.

**Quadro 03** - Normas da Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

**Fonte:** Decreto Federal nº. 90.379 de 1984.

O Decreto possibilitaria à população nativa da Vila o exercício de suas atividades, dentro dos padrões culturais estabelecidos historicamente, objetivando proteger e preservar os ecossistemas de praias, mangues, restingas, dunas, formações geológicas, espécies vegetais e animais. A APA também compreenderia o Serrote, a base do Serrote, o campo de dunas migratórias e fixas, lagoas permanentes, tabuleiro, praias e a própria Vila de pescadores.

O IBAMA redefiniu o gerenciamento da APA, pela Instrução Normativa nº. 04 de 15 de maio de 1992 (ANEXO II), determinando divisões para a APA em 08 (oito) sistemas de terra; SISTEMAS DE TERRA: I. Serrote; II. Base do Serrote; III. Dunas; IV. Praias Arenosas; V. Lagoas; VI. Mangues; VII. Tabuleiro; VIII. Vila. (LIMA; SILVA, 2004). O zoneamento compatibilizava a conservação da natureza com a vida humana, seu desenvolvimento e seu progresso.



O objetivo da divisão consistia em proibir a construção de hotéis e determinar o limite vertical das construções em pavimento com altura de 4 metros. A Instrução Normativa de 1992, já defasada na presença dos problemas surgidos em razão do aumento do fluxo de pessoas e dos novos equipamentos instalados, limitava o crescimento de Jericoacoara. Diante dessa problemática, o IBAMA instituiu uma nova Instrução Normativa de nº 4, datada em quatro de maio de 2001 (ANEXO III), que em seu teor, entre outras modificações, ampliava as edificações de 4 metros para 7,5 metros, admitindo a construção de um segundo pavimento, dando margem a outros efeitos daqueles pretendidos inicialmente.



**Figura 21** – Pousada com dois pavimentos.  
**Fonte:** Ingrid Lima, outubro de 2005.



**Figura 22** – Residência com dois pavimentos.  
**Fonte:** Ingrid Lima, outubro de 2006.

Existia a intenção, por parte do IBAMA, anteriormente à Instrução Normativa nº 4, de maio de 2001, de se fazer um Plano de Gestão para a APA, mas faltavam recursos. Por meio do Banco Mundial, o Programa de Desenvolvimento Urbanização - (PROURB), Jericoacoara e o Município de Jijoca ganharam um plano diretor pago pelo Governo Estadual. As ações do Governo para o desenvolvimento do turismo permitiram a inclusão da vila Jericoacoara e de sua sede, entre os 44 municípios turísticos eleitos para serem contemplados com o plano diretor. Desta feita, o Sistema de Terra VIII, o único habitável, pode ser aumentado para atender à demanda do plano diretor.

O plano diretor foi aprovado pela Prefeitura, pela Câmara de Vereadores, antes mesmo de ser concretizado. E esse, não atendeu a todas as reivindicações da

população, que participou da construção do programa por alguns meses, causando maior indignação daqueles que lutam por uma vida melhor.

Segundo Audiência Pública<sup>7</sup>, solicitada pela comunidade de Jericoacoara, insatisfeita com os acontecimentos irregulares e permissões da normativa 4, de 2001, que foi editada para regulamentar a construção de um segundo piso, ampliação de novos número de leitos e outras edificações de caráter público, haja vista, que anteriormente existiam somente seis construções com altura diferente da estipulada pela norma, por algumas edificações serem de caráter histórico, outras por serem burladas por pessoas, desrespeitando a legislação, sendo seis imóveis num universo de 350 existentes até então.

A senhora Denise Cury, moradora da Vila, que participou da audiência pública realizada em 2001, anteriormente citada, apresentou o seguinte depoimento:

Essa instrução normativa permitiu o crescimento vertical da Vila, autorizando a edificação do segundo andar, o que confronta todo o cuidado ambiental que poderia ter Jericoacoara. Fere o paisagismo local, bloqueia a ventilação das areias que devem correr – Jericoacoara está encravada num corredor de dunas -, barra o vento para a praia, Jericoacoara vai perder o seu esporte favorito, o *windsurf*, um esporte não predatório, por conta desse barramento. Uma série de impactos vai acontecer em decorrência disso. (Brasília, 2002, p.11).

Outros efeitos deste ato, segundo a mesma, a APA estava num processo acelerado de construções que minavam o ambiente. Segundo dados verificados por ela,

existiam oito construções caminhando para o segundo andar, ou seja, uma em cada rua, pelo menos, porque Jericoacoara se constitui de oito ruas principais. Em todas existe pronta ou em andamento uma construção. Há o absurdo de existir uma piscina em um segundo andar e um prédio com terceiro pavimento em construção. A Vila hoje é um campo de entulho, é como se tivéssemos soltado várias bombas lá. (Brasília, 2002, p 13).

Após dois meses da criação da Instrução Normativa nº. 04, de 2001, foi criado o Parque Nacional de Jericoacoara – (PARNA), com o objetivo de ter um manejo mais restritivo e ordenar o uso da terra. Com uma área de 8.416,08 hectares, pelo Decreto Federal s/n de 04.02.2002 (ANEXO IV), o PARNA é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, que dispõe no seu artigo segundo os

---

<sup>7</sup> Audiência Pública realizada em 11 de dezembro de 2001 com o objetivo de debater a Instrução Normativa nº 4, do Ibama, que redefine normas para o gerenciamento da Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara, Estado do Ceará – CÂMARA DOS DEPUTADOS – Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior. (Brasília, 2002).

objetivos de proteger e preservar amostras dos ecossistemas costeiros, assegurar a preservação de seus recursos naturais e proporcionar oportunidades controladas para uso público, educação e pesquisa científica.

Em 15 de julho de 2007, foi aprovada a Lei Federal de nº. 11.486 (ANEXO V), estabelecendo que os 8.416,08 hectares de Parque ganhassem mais 400ha de proteção legal. Com os novos limites, as áreas da foz do rio Guriú, onde se localiza o manguezal, estendendo-se até a divisa do Município de Camocim, assim como a faixa de mar adjacente aos seus limites atuais, integraram a área de proteção. Com essas novas delimitações, a área do Parna Jeri passou para 8.850ha, ficando oficialmente extinta a Área de Proteção Ambiental (APA), criada para controlar o crescimento da vila de Jericoacoara. As mudanças ocorreram concomitantemente às obras de esgotamento sanitário realizadas pela CAGECE, cuja canalização pelas ruas da vila de Jericoacoara foram concluídas. Com as alterações, teve início a construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), no local conhecido como Sítio dos Coqueiros, na estrada que vem de Preá, em terreno que era do Parque Nacional (ver Figura 23).



**Figura 23** – Área de entorno, demarcação maior. E sítios dos Coqueiros, área onde será criada a Estação de Tratamento de Esgoto.

**Fonte:** Imagem satélite Google, 2007.

## 4 DESDOBRAMENTOS ESTRUTURAIS E AMBIENTAIS NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

O quarto capítulo discute diretamente as problemáticas encontradas na Vila após a chegada dos visitantes. O intuito é levantar a problemática dos aspectos negativos e positivos do turismo em áreas naturais. Com a análise dos principais problemas enfrentados nessa área, tanto em relação ao ecossistema como em relação à comunidade que ali reside, investigam-se os impactos sofridos pela natureza por conta da ação humana. Essa conjunção de problemas, localizados *in loco* e contextualizados através de pesquisas teóricas e empíricas, possibilita inferências ligadas ao fato de a Vila estar localizada na área de entorno do Parque Nacional e ter esse como único portão de acesso para suas dependências.

### 4.1 Limites antropológicos no PARNA e seu entorno

As intervenções mal planejadas no Parque e nas comunidades do entorno, principalmente na vila de Jericoacoara afetaram os processos naturais, socioeconômicos e culturais desta região, em decorrência dos inúmeros acessos e permanência (mesmo que temporária) de turistas e novos moradores. Segundo Meireles<sup>8</sup>, os desdobramentos destas ações poderão ocasionar maiores danos a outras áreas naturais que estão agrupadas ao Parque. As conseqüências serão desastrosas segundo o autor:

Acarretarão problemas relacionados com a contaminação do lençol freático e lagoas, interferências na migração das dunas, produção de toneladas diárias de lixo, compactação do solo, soterramento de ecossistemas, mananciais e fontes naturais, incremento da erosão do solo e praias, poluição visual e sonora, mudanças na circulação dos ventos locais e alterações no conforto térmico da Vila. Além desses impactos, são muito bem conhecidos os que geram especulação imobiliária e danificam a cultura, o modo de vida e a posse da terra dos pescadores e agricultores. (ANEXO VI).

Problemas considerados relevantes, em vista dos mencionados por Meireles, foram os de saneamentos, induzidos pelo turismo desordenado e o

---

<sup>8</sup> Jericoacoara e o turismo em massa. Disponível em: [www.ecoviagem.com.br](http://www.ecoviagem.com.br)

elevado número de edificações dentro da antiga APA. Não havia rede de esgoto, e as cacimbas foram construídas próximas às fossas sépticas em péssimas condições de uso.

Durante a alta estação, nos feriados e datas especiais - como passagem do ano, principalmente - a Vila se tornava um caos, com um intenso fluxo de pessoas e de veículos, chegando a receber oito mil pessoas, de acordo com o Sistema de Proteção e Fiscalização do PARNA (2003, p.8). Todo o consumo de insumos era triplicado, seja de energia, de águas de poços particulares ou da Companhia de Água e Esgotos do Ceará – CAGECE, ou ainda de lixo.

Em face disso, foi criado o projeto de lei (ANEXO V) que altera os limites originais do PARNA. Nesse documento, relata-se que a CAGECE apresentou à comunidade e ao IBAMA projeto de tratamento que previa a instalação de sistemas de coleta, estações elevatórias e estações de tratamento de esgoto, prevendo a delimitação de uma área para a deposição dos resíduos com 5,44ha e com capacidade para suportar até 9.000 pessoas, limite máximo na Vila durante a alta estação. O projeto determina que

Toda a água doce consumida nas casas e estabelecimentos turísticos da vila de Jericoacoara é oriunda de poços particulares ou de cisternas públicas da Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Ceará – (CAGECE), com indícios de contaminação causada pelas fossas sépticas, vez que inexistente sistema de esgotamento urbano, uma das principais reivindicações da população de Jericoacoara. Em decorrência, a CAGECE apresentou à comunidade e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA - projeto de tratamento que prevê a instalação de sistema de coleta, estações elevatórias e estações de tratamento de esgoto. O projeto prevê ainda a delimitação de uma área para a deposição dos resíduos, estimada em 5,44 hectares, em uma projeção de suporte para até 9.000 pessoas, que é o número máximo de pessoas em Jericoacoara durante os períodos turísticos. Essa área, no entanto, não cabe no polígono da Área de Proteção Ambiental, existindo uma forte demanda social e ambiental para a revisão dos limites do Parque Nacional e da APA de Jericoacoara.

A criação da Estação de Tratamento de Esgoto foi aprovada em 15 de junho de 2007. Concomitante com a aprovação, ficou determinada a alteração dos limites da área do Parque Nacional e a extinção da APA de Jericoacoara. Com a modificação, as construções irregulares, ou seja, que estivessem fora dos limites da Vila, seriam impedidas de existir, como também seria proibida a venda de terrenos da área do Parque, já que as alterações de seus limites só poderiam ser feitas por lei. Essas ações passaram, a partir de então, a serem fiscalizadas pelo IBAMA.

Outro problema de fundamental relevância, considerando a expansão dos limites do parque e extinção da APA, é que, no tocante à administração do mesmo, há uma deficiente fiscalização em virtude do número insuficiente de funcionários do IBAMA. Atualmente o IBAMA conta com uma equipe de funcionários que ajudam na fiscalização da área. A chegada de dois analistas ambientais reforçou uma maior atuação dentro das unidades de conservação, reduzindo a degradação ambiental. As ações do IBAMA passam a ter maior autonomia, já que independem das ações municipais. No entanto, a deficiência no quadro de funcionários poderá apresentar como conseqüência ações irregulares por parte dos moradores.

O projeto que previu a extinção da APA reforça a proteção ambiental e contém a especulação imobiliária. A Vila passa a ser zona de amortecimento, que, segundo o gerente executivo do IBAMA, Raimundo Bonfim Braga<sup>9</sup>, significa uma classificação mais restritiva, diretamente condicionada ao plano de manejo do Parque. O plano de manejo, no entanto, tem prazo para instalação até 2012, significando que até esse período estará aberta a possibilidade de se fazerem construções de todo gênero, inclusive as de grande porte, até que a regulamentação entre em voga. *A priori*, deixando de ser APA, a Vila tornar-se-ia área de entorno ou zona de amortecimento<sup>10</sup>, porém, segundo a resolução CONAMA nº. 013, de 06/12/90, só poderá ser zona de amortecimento quando o PARNA tiver um plano de manejo aprovado, pois esta será definida de acordo com os seus estudos.

A vila de Jericoacoara possui hoje aproximadamente 2.500 habitantes, segundo, o chefe do Parque, Professor Osmar Fonteles<sup>11</sup>; no entanto, existe uma população em crescimento constante e, com isso, aumenta-se a necessidade de mais empregos, moradias e insumos. A Vila, que está dentro do Sistema de Terra VIII, aumentou três vezes de tamanho para atender as necessidades da comunidade e do turismo. Em 1984, passou a ser Área de Proteção Ambiental. Em 1992, pela Normativa de nº. 4, a área da APA era de 0,41 km<sup>2</sup> e no, ano de 2001, passou para

---

<sup>9</sup> Palestrante no Seminário de Implantação das Guaritas do Parque Nacional de Jericoacoara, realizado no período de 16 a 17 de agosto de 2006.

<sup>10</sup> Zona de amortecimento segundo a Lei 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), em seu item XVIII, zona de amortecimento representa "o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas às normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade".

<sup>11</sup> Palestrante no Seminário de Implantação das Guaritas do Parque Nacional de Jericoacoara, realizado no período de 16 a 17 de agosto de 2006.



0,78 km<sup>2</sup>. Hoje a área da vila de Jericoacoara, encravada no centro do Parque Nacional, deixou de ser APA e passou a fazer parte da área de entorno do parque.

Segundo disposições do projeto de lei enviado à Brasília, a APA circundava os limites da Vila, existindo pouco espaço disponível para a expansão da Vila e/ou especulação sobre o valor da terra, sendo de grande importância para evitar o demasiado crescimento, que acarretaria impactos ambientais e sociais nessa região. Estando isolada pelos limites do Parque Nacional, a Vila não pode expandir-se sem a alteração prévia dos limites do Parque.

Nessa linha de raciocínio, estabelece-se outro problema no que se refere às construções já realizadas fora da área da Vila, no Parque. A vila de Jericoacoara, inicialmente construída no sopé oeste do Serrote, erguida em local estratégico com o intuito de proteger o avanço das dunas e dos ventos que, no decorrer dos anos, movem-se da região, é alvo de expansão em direção ao lado sul, que não é protegido pelo Serrote. O novo núcleo urbano começou a ser formado no entorno da Vila por nativos ou mesmo por pessoas que vinham a Jericoacoara em busca de trabalho. A Nova Jeri, nome dado a esse núcleo, tornou-se periferia da Vila de Jericoacoara, com casas residenciais que hoje sofrem os reflexos da especulação, ou seja, os impactos socioambientais dentre os quais citamos: o soterramento.



**Figura 24** – Invasão de areia na residência chega a 1metro de altura.  
**Fonte:** IBAMA - 2006.

Segundo o documento enviado ao Planalto, o objetivo da extinção da APA foi o controle do crescimento do núcleo urbano, haja vista a fragilidade ambiental das dunas. Existiam várias famílias instaladas fora da área da Vila, como visto no capítulo anterior. No § 2º, do art. 42, da Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, no que concernia à população da orla, a que vive da pesca, diante da UC, ficava estabelecido que:

Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

Esperava-se, com tal determinação, que as famílias fossem remanejadas dessas áreas, bem como as construções irregulares, implementadas durante o período de extinção da APA, e a regulamentação do Plano de Manejo, fossem embargadas ou mesmo destruídas. Aguardava-se também que o referido plano conseguisse sair do papel antes da transformação da Vila em centro urbano, apesar de a descaracterização cultural já se mostrar latente em Jericoacoara.

A ocupação é um problema que requer muito tempo para que se tomem algumas medidas solucionadoras. São conflitos entre as comunidades e o IBAMA, que ocupam hoje, indevidamente, a área de domínio público. A lei é bem clara quando diz que as propriedades particulares, que estão incluídas em seus limites, serão desapropriadas (SNUC, 2002). Ao redor do Parque, foram colocados piquetes com o intuito de impedir a ocupação (Figura 24, p. 66); obviamente, essa não é uma solução efetiva (Figuras 25, 26 e 27).





**Figura 25** – Piquetes que demarcam o limite do PARNA. e APA próximo à duna do Pôr-do-Sol.

**Fonte:** Ingrid Lima, 2006.



**Figura 26** – Barracos dentro PARNA.

**Fonte:** Ingrid Lima, 2006.



**Figura 27** – Casas perto dos piquetes.

**Fonte:** Ingrid Lima, 2006.

Pode-se dizer que as construções irregulares são conseqüências do fluxo de pessoas que estabeleceram moradia na área da Vila. Essas decorreram de vários tipos de invasões. Uma delas foi a venda dos imóveis a especuladores depois que a Instrução Normativa nº. 04 concedeu o título de posse aos moradores do Sistema de Terras VIII.

A alteração da normativa de 1992 possibilitou o remanejamento de 46 famílias que moravam fora da área onde a edificação era permitida, no sistema de Terra III - inabitável. Isso ocorreu sob a ação do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará – (IDACE) que concebeu a titulação das terras aos posseiros (nativos da Vila e pessoas do entorno) em 2002, tendo por base levantamento estatístico (Tabela 2), averiguando o perfil de detenção dos imóveis daqueles que

habitavam na Vila e no seu entorno. A pesquisa revelou que entre os 553 detentores de imóveis, 544 eram pessoas físicas e, dentre elas, 529 eram posseiros. Na condição de ocupantes, 363 eram posseiros e 122 não tinham condições definidas. No item moradia do detentor, 252 detentores moravam no imóvel, e 102 moravam na área da APA, porém em outro imóvel.

**TABELA 2 - Estatística Geral do Detentor de Imóvel**

| <b>CARACTERÍSTICAS DOS DETENTOS</b> | <b>DETENTOR</b> |
|-------------------------------------|-----------------|
| <b>Pessoa Física</b>                | <b>544</b>      |
| Pessoa Jurídica                     | 9               |
| <b>CONDIÇÃO DO DETENTOR</b>         | <b>DETENTOR</b> |
| Com posse                           | 24              |
| <b>Posseiro</b>                     | <b>529</b>      |
| <b>CONDIÇÃO DO OCUPANTE</b>         | <b>DETENTOR</b> |
| Arrendatário                        | 3               |
| Locatário                           | 39              |
| <b>Posseiro</b>                     | <b>363</b>      |
| Sem condição definida               | 122             |
| Veranista                           | 10              |
| <b>MORADIA DO DETENTOR</b>          | <b>DETENTOR</b> |
| Em outro estado                     | 59              |
| Fora da área no município           | 9               |
| Fora do país                        | 34              |
| Na área em outro imóvel             | 102             |
| No estado em outro município        | 80              |
| <b>No imóvel</b>                    | <b>252</b>      |

**Fonte:** IDACE, agosto / 2000.

(\*) Compilação de alguns dados mais relevantes.

Para receberem os lotes, a comunidade teve que participar de uma seleção com alguns critérios: pelo menos um membro da família beneficiada fosse nativo e residisse em Jericoacoara há, no mínimo, dez anos; renda mensal familiar de até dois salários mínimos; e que nenhum membro da família tivesse sido beneficiado anteriormente em outro programa de habitação. Em caso de empate nos critérios de seleção, entrariam em vigor os critérios de desempate, beneficiando as famílias com o maior número de filhos menores de 16 anos; que residissem em coabitação ou há mais tempo na Vila; e com o maior número de membros nativos.

Concomitantemente às ações de remoção dos ocupantes das áreas não habitáveis e a doação de lotes às famílias carentes de Jericoacoara, o Governo Estadual realizou também a urbanização da área demarcada com a construção de

calçadas; demolição das casas; arborização com coqueiros; demarcação das quadras de futebol; delimitação da área de expansão do estacionamento e a colocação de piquetes para demarcação do loteamento.

A titulação das terras ocasionou vários desdobramentos, entre eles a supervalorização das mesmas e a venda de casas pelos próprios nativos, advindos da especulação imobiliária. Depoimentos de moradores que praticaram a compra e venda de imóveis na Vila, revelavam como eram feitas as negociações. Sobre este fato, o Jornal Diário do Nordeste, de 4/12/2001, publicou os seguintes depoimentos do comerciante Ivamar Sabóia, e do Julião Teixeira,

A preferência é da rua principal e a do Forró. Ele diz que adquiriu um terreno por R\$ 2.000,00 e que construiu uma casa, a qual deixou de vender por R\$ 100.000,00. (SABÓIA, 2001)

Vendi a casa de 8 metros de frente e 38 metros de fundo por R\$ 80 mil; e tive que pagar IPTU, R\$ 500,00 para registrar a escritura no cartório. Para vender também tive que pagar 20% para prefeitura. (TEIXEIRA, 2001)

Nesse contexto, os nativos após venderem suas casas foram se instalando nas periferias da Vila, dando lugar aos não-nativos, que se alocaram no centro da Vila, transformando as habitações em hotéis, pousadas e restaurantes.

Muitos especuladores fizeram propostas irrecusáveis a estes moradores para que vendessem suas terras. Não querendo se ausentar do local, boa parte deles construíram casas fora da área da Vila. Com o aumento no número de visitantes e moradores, conclui-se que, em breve, caso não haja uma expansão dos limites da Vila, essas construções se tornem cada vez mais freqüentes.

A saída dos autóctones das áreas urbanas revela uma realidade presente em Jericoacoara: a descaracterização cultural. A invasão do turismo agravou a descaracterização cultural por parte da comunidade. O turismo é visto pelo capitalismo como fator positivo ao desenvolvimento da economia e da localidade, mas agrega-se a uma gama de problemas sociais, no que concerne à transformação cultural dos autóctones, provocando alterações no seu modo de vida, na suas formas de trabalho, trazendo a prostituição, o trabalho infantil, além da introdução do uso de entorpecentes e do surgimento da criminalidade.

As relações dos visitantes com a comunidade local abrem portas para muitas mazelas. Jericoacoara, embora sendo uma Vila pequena, é alvo dessas

transformações. Na observação de Lima e Silva (2004), constatou-se neste ambiente uma mudança de hábitos na atividade mais antiga da Vila, a pesca, pois os filhos dos pescadores que davam continuidade aos trabalhos dos seus pais já não os fazem, procurando outras atividades, sobretudo as relacionadas ao turismo, que é a principal atividade econômica da Vila. A autora cita alguns hábitos absorvidos pelos autóctones dos estrangeiros, como por exemplo:

Hábito de dormir mais tarde, freqüentar forró, ir à praia com roupa de banho, sair à noite para passear nas ruas da Vila. Aprenderam a falar gírias e a vestirem-se imitando os turistas, além de usarem drogas. Até no cardápio, onde antes a especialidade era o peixe, hoje são o frango e a carne, utilizando-se condimentos sofisticados e industrializados. (p.47).

A mudança atingiu também as mulheres em suas atividades tradicionais; antes estavam nas práticas artesanais direcionadas à pesca, hoje estão na confecção de blusas, saias, saídas-de-banho, biquínis. Outras vezes trabalham nas pousadas e nas casas de veraneio. Com o crescimento desordenado da Vila de Jericoacoara, tem-se primordialmente toda uma gama de impactos agravados pelo crescimento populacional, notadamente no domínio dos fluxos.

A grande problemática enfrentada pela Vila, sobre o que grande parte dos inúmeros pesquisadores vêm se debruçando sobre o assunto, refere-se diretamente ao fato de Jericoacoara estar situada no Parque Nacional de Jericoacoara. Tanto os turistas como as pessoas que dão suporte à Vila, como entregadores, caminhões de transporte, para ter acesso à Vila, têm que passar pela área do parque. Essa passagem afeta diretamente o Parque, pois cria trilhas de acesso que prejudicam o fluxo natural da areia.

Os problemas ambientais provocados pelo turismo são bastante complexos. Seus efeitos são reflexos das atividades que têm a capacidade de alterar o meio ambiente em pouco tempo, quando são implantadas desordenadamente e sem planejamento adequado, e, geralmente, atingem os recursos ambientais, que são finitos.

Esses impactos correspondem a uma gama de construções, como de hospedagem, de casas, de alimentação, vias de acesso, transportes, pontos comerciais, áreas de lazer, atrativos artificiais, entre outros, que dão suporte ao desenvolvimento do turismo. Ações como essas, de teor voltado para a consciência ambiental, programa soluções viáveis à sustentabilidade desses espaços naturais,



capaz de aumentar o tempo de vida desses ecossistemas, transformando-os em áreas protegidas por lei, leva-nos a ponderar: por que se torna tão fácil, em muitos lugares, burlarem as leis de proteção ambiental e continuarem com a degradação?

Cabe-nos uma reflexão no pensamento de Diamond (2005),

o porquê de algumas sociedades tomam decisões desastrosas? [...] Quão a freqüentemente as pessoas produzem dano ecológico intencional ou, ao menos, cientes das possíveis conseqüências? Quão freqüentemente o fazem sem intenção, por ignorância? (DIAMOND, 2005, p. 501-502).



**Figura 29** - Mosaico das edificações em Jericoacoara.

Fonte: Ingrid Lima, 2005 / 2006.

Mesmo estando em área de unidade de conservação, o PARNA de Jericoacoara recebe ação dos impactos causados pelo mau uso dos ecossistemas e pelo crescimento desordenado, ocasionado principalmente pelo fluxo turístico na região. Os principais impactos identificados nos ecossistemas do Parque são: no solo, na fauna, na flora e no campo de dunas. Os desdobramentos da degradação derivam do fluxo de veículos e pessoas neste ecossistema.

O foco deste trabalho refere-se a mais um problema que podemos adicionar à lista há instantes descritas: o fluxo de veículos que transitam no Parque Nacional. Este fluxo está ligado diretamente à quantidade de pessoas que habitam ou visitam a Vila, como também pelo fato de a Vila estar situada no Parque Nacional. Toda a estrutura dessa questão será analisada no próximo capítulo.

## **5 REFLEXOS DO FLUXO DE VEÍCULOS NO PARQUE NACIONAL DE JERICOACOARA**

No quinto segmento, apresentamos o levantamento a respeito da quantidade de veículos que transitam pelo Parque. Diante dessa estatística, relacionamos algumas propostas, estratégias e diretrizes criadas por iniciativas públicas e privadas, assim como por órgãos reguladores e pela comunidade local no sentido de sanar as contingências apresentadas, em consequência do grande fluxo turístico, na vila de Jericoacoara.

### **5.1 Práticas marítimas modernas no litoral de Jericoacoara**

As práticas marítimas, atualmente, são atividades corriqueiras que surgem ao longo das zonas litorâneas; práticas que envolvem a relação do homem com a natureza, posta pela vivência de atividades de lazer contemporâneo, introduzidas pelo turismo ou inseridos por outro segmento puramente esportivo, utilizando-se destes espaços litorâneos para seu desenvolvimento.

A vila de Jericoacoara possui 23 km de faixa de praia e apresenta-se como pórtico de distribuição do fluxo turístico que frequenta o litoral. Jericoacoara oferece um rico ecossistema, além de ventos e temperaturas agradáveis que instigam fluxos de pessoas a usufruir suas belezas naturais, principalmente no que concerne às atividades contemporâneas de lazer.

Dentre as atividades de lazer praticadas em Jericoacoara, as ligadas à maritimidade moderna têm maior preferência entre os turistas. Os esportes náuticos praticados, nesta localidade, são excelentes alternativas para movimentar as praias no período de agosto a novembro, considerado de baixa temporada.

Alguns meios de comunicação, principalmente revistas e jornais, quando se reportam a Jericoacoara, discorrem sobre suas belas paisagens (sol, praia e mar), seus serviços de infra-estrutura e atividades de lazer que trazem uma peculiaridade natural: durante seis meses, na segunda metade do ano, manifesta “ventos fortes”, que possibilitam o exercício de esportes náuticos radicais, como o *wind e kitesurf*.

Essas práticas marítimas despertam interesses em um público bastante seletivo, oriundo, principalmente, dos grandes centros europeus. Turistas estrangeiros se encantam com o “paraíso”, pois eles obtêm todos os ingredientes agregados num só lugar para seu deleite. Esses turistas movimentam positivamente a economia local, além de proporcionar trabalhos sociais aos jovens da comunidade, estratégia de algumas pessoas radicadas na Vila, para difundir o esporte que ensinam gratuitamente os adolescentes no intuito de afastá-los da vida ociosa e dos vícios.

Verificamos que há na beira-mar uma concentração razoável de casas que lidam com essa atividade, alugando ou servindo apenas de “guarderia”<sup>12</sup> para os equipamentos dos esportistas náuticos. Somam-se atualmente 12 estabelecimentos, nas próprias pousadas ou em casas especializadas. Uma das casas mais conhecidas e freqüentadas é a do “Clube dos Ventos”, construído exclusivamente para atender esta demanda, que vai da hospedagem à alimentação, até ao espaço para guardar ou alugar os equipamentos.

Segundo relatos da gerente, Eliane Fonseca<sup>13</sup>, o estabelecimento existe desde 2003, tendo como proprietário o Sr. Fábio Nobre, então pioneiro deste serviço. Ele iniciou em 1995, quando sua agência de viagens “Casa e Turismo” disponibilizava um espaço para guardar os equipamentos. Ao passar do tempo, sentiu a necessidade de ampliar o negócio por influência da demanda que o procurava. A mídia foi fator preponderante para esse aumento na internacionalização de Jericoacoara, por ser considerada uma praia de bons ventos e boas ondas. A clientela do *wind* e do *kitesurf* é proveniente, em sua maioria, da Europa e Estados Unidos.

O Clube possui toda uma infra-estrutura de equipamentos (capacete, bote salva-vidas, bem como profissionais capacitados com certificação internacional) para orientação dos aprendizes. Disponibiliza, também, de uma “guarderia” com capacidade para armazenar 50 pranchas. Na alta estação, alugam-se todas as pranchas de *windsurf*. Há uma redução dos aluguéis na baixa estação, que ocorre no período de março a julho.

---

<sup>12</sup> Guarderia - espaço para guardar os equipamentos de *wind* e *kitesurf*.

<sup>13</sup> Eliane Fonseca Costa – Gerente do Clube dos Ventos. Trabalhava como bugueira junto com Fábio, antes do Clube dos Ventos.



Durante a baixa estação, o serviço de grande relevância é o da Escola de *Windsurf*, orientada por instrutores estrangeiros. O valor da hora para o aprendizado custa em média R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). No demais, planeja as atividades para a alta estação.

As atividades de lazer e serviços em Jericoacoara não se constituem sozinhos, todavia trabalham em parcerias com indicações, que retribuem com 10% para cada indicação de clientes. Os maiores parceiros do Clube dos Ventos são as pousadas: Suíça Brasileira, Mosquito Blue, Pousada Casa e Turismo, Recanto do Barão, Nova Era, Jeri Praia Hotel, Naquela Ponta da Pedra, Pousada da Renata e Pousada Serrote, dentre outras.

Outro parceiro muito importante, também é a Associação de Bugueiros de Jericoacoara. Eles se responsabilizam por levar os praticantes de *kitesurf* para uma faixa de praia um pouco afastada da Vila. Trabalham também com os carros grandes (Trolles ou Jipes): João Gaúcho, Camaleão e Marcelo. Todos funcionam com o mesmo sistema, isto é, comissionado. Por fim, não possuem parceria com agências nacionais e sim com as internacionais.

Por ser um esporte mundial de boa aceitação e ter uma demanda considerável e de fluxo intenso, questionou-se a possibilidade de o Clube realizar um campeonato no plano internacional. No entanto, frisou-se que não existe infraestrutura essencial ao evento e, também, teria que haver uma parceria em âmbito municipal e estadual. Tal acontecimento atrairia uma quantidade relevante de pessoas e veículos dentro da minúscula vila.

O turismo é uma atividade que proporciona vários impactos, dentre eles econômicos, socioculturais e ambientais nas comunidades receptoras, refletindo-se sobremaneira na localidade que assim usufrui profundamente da atividade, ou seja, quando essa tem toda sua economia voltada para o turismo. As localidades recebem os benefícios e os problemas gerados pela atividade.

As localidades tornam-se bastante vulneráveis quando são submetidas à intensa pressão da demanda de fluxos sobre seus recursos. O impacto causado ao meio ambiente, em sua maioria, não é retrocedente ao seu estado original, principalmente no que tange à natureza. Sendo assim, evidencia-se, no atual processo de crescimento da atividade na vila, a presença um fluxo intenso de

pessoas e de práticas náuticas, agregando-se ao fator indutor de Jericoacoara estar inserida no meio do Parque Nacional.

Os desdobramentos dessa demanda são expressivos no que tange ao inchaço da vila e a outros problemas ambientais já vistos no capítulo anterior. O fato é que se intensificam as preocupações com os acontecimentos recorrentes na localidade, inquietação essa não em manter a originalidade, mas conciliar e controlar a atividade com o meio ambiente e com a comunidade local, uma vez que não se pode abstrair a opção turística da dinâmica existente. Essa é uma tarefa árdua para todos os envolvidos nesse processo.

No litoral de Jericoacoara, fica claro que as atividades de lazer viabilizam o aumento crescente dos fluxos de pessoas e a permanência destas no PARNA. Em detrimento dos problemas ambientais ocasionados, o IBAMA regulariza as atividades e proporciona seu reordenamento nos espaços permitidos. A respeito das práticas marítimas modernas, o grande problema não é a fruição do mar ou da orla, mas o fluxo de pessoas que chegam à Vila para a prática de esportes, estas impactam a área do parque já que é o único caminho para se chegar à Vila.

Sendo assim, o uso de equipamentos relacionados a passeios de veículos motorizados (*buggies, off-road, barcos, quadriciclos*), que percorrem as paisagens existentes, fazendo percursos por trilhas, dunas e lagoas; os passeios de jangada e balsa; e as práticas de esportes radicais (*wind e kitesurf, surf e sand-bord*)<sup>14</sup> realizados em toda a orla do PARNA são os atrativos responsáveis pela demanda da vila.

Ao mesmo tempo em que as práticas marítimas modernas contribuem para aumento do fluxo de visitante, a cada ano, também fortalecem sobremaneira a localidade como destino turístico. A mobilidade dos fluxos de visitantes dá-se por meio de vias (trilhas naturais) desprovidas de infra-estrutura (asfalto). O acesso à Vila é feito geralmente por jardineiras, carros de tração (particulares) ou caminhonetes paus-de-arara, como mencionado acima.

Os efeitos destes deslocamentos acarretam alterações irreparáveis ao espaço natural. Os veículos, ao transitarem em meio ao parque, destroem a vegetação, atropelam os animais silvestres e causam poluição sonora, estressando

---

<sup>14</sup> LIMA, Ingrid Carneiro. Embates Socioambientais na Vila de Jericoacoara, 2007.

a fauna local. No campo de dunas, provocam o deslizamento dos sedimentos, bem como a locomoção destes para dentro da vila, chegando a encobrir ruas e algumas casas. Concomitantemente, as práticas marítimas levam novos incrementos a Jericoacoara. Investimentos em estruturas e equipamentos turísticos estão sendo implantados na Vila, imprimindo novas paisagens (urbana), descaracterizando-a pouco a pouco. A Vila hoje não comporta mais tantos veículos ao atender uma demanda crescente, problema que aflige à comunidade e à administração do PARNA.

## 5.2. Trânsito desordenado de veículos

O fluxo de turistas em Jericoacoara realiza-se, em grande parte, por meio de veículos automotores. Os turistas e visitantes que se destinam à Vila sem veículos próprios, tomam um tipo de condução não comum em outras localidades turísticas litorâneas, pois há trechos não pavimentados, sendo alguns, inclusive, pela faixa de praia, o que impossibilita o acesso para veículos pequenos e/ou sem tração. O veículo que, mais comumente, faz o traslado dos turistas é um caminhão denominado “Jardineira” (ver figura 30).



**Figura 30** - Jardineira da empresa Redenção – transporte de passageiros.  
**Fonte:** Ingrid Lima – 2006.

O fluxo de pessoas que transitam na Vila é grande se consideramos uma população de 12.089 habitantes em todo Município de Jijoca de Jericoacoara. Aproximadamente 2.500 pessoas moram fixas na Vila, e outras apenas trabalham nela. Em alta temporada, somando-se a uma população flutuante, que inclui o número de turistas, chega a totalizar a presença de 10 mil pessoas no local. Além do trânsito de veículos, podemos verificar um fluxo estimável e crescente de pessoas, contribuindo para uma série de impactos ambientais, verificados desde a entrada no parque até à estada do visitante na Vila (SPF, 2003, p.4). Como todo contingente da vila transita impreterivelmente pelo Parque, a estimativa do IBAMA é de que cerca de 130 mil pessoas passem, no parque, por ano.

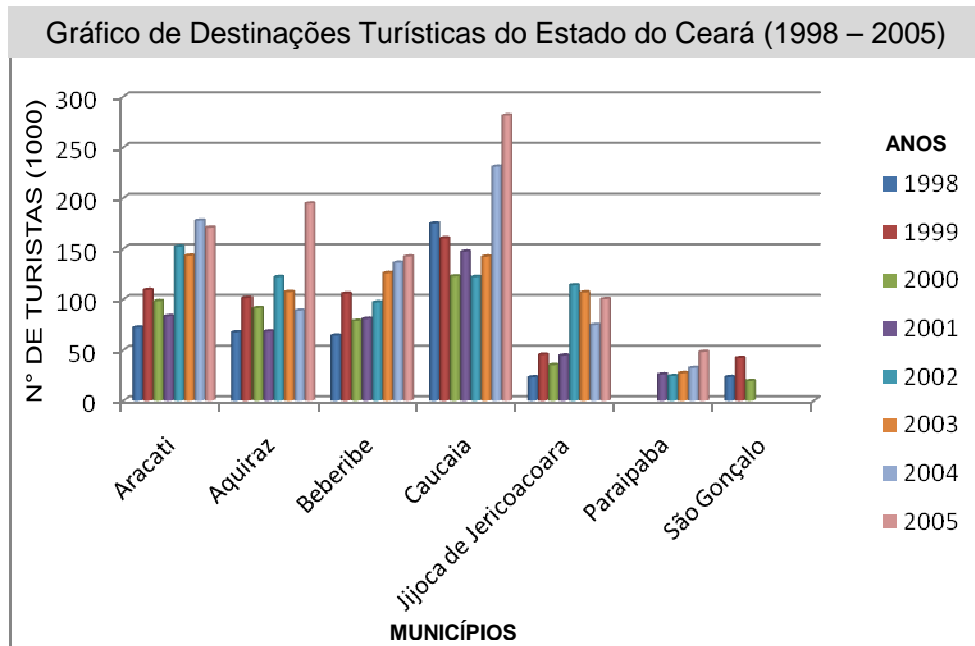
Com todo este contingente, a instabilidade dessa população decorre do aumento do fluxo na região, que se intensificou entre os anos de 1998 e 2005, destacando-se entre os seis municípios do Estado do Ceará mais visitado, mantendo-se na quinta posição, concorrendo sempre com os Municípios de Aracati, Aquiraz, Beberibe e Caucaia<sup>15</sup>.

Nesse processo de crescimento turístico em Jericoacoara, nota-se um aumento constante do fluxo de visitantes. No ano de 1998, o número de turistas que efetuaram a visita foi na ordem de 23.119; no ano seguinte, 1999, esse número cresceu para 45.419. Em 2000, foram registradas 35.288 visitas; já no ano de 2001, o número voltou a crescer, totalizando 44.551. Nos anos seguintes, temos um aumento bastante considerável. Em 2002, registrou-se 113.945 visitas; já em 2003, teve-se o número de 106.817; para 2004, o número de visitantes decresceu um pouco, sendo registradas 74.725 presenças. No ano seguinte, 2005, o número de turistas voltou a crescer, chegando aos 100.236, como se pode observar no gráfico abaixo (p 80.)

---

<sup>15</sup> Fonte: Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (2005).

## GRÁFICO 1 – Destinações Turísticas do Ceará



Fonte: Pesquisa SETUR/CE (2006).

Organizado por: Ingrid Lima.

Considerando esses dados acima, percebe-se que os impactos ambientais derivam do fluxo de visitantes que circulam na Vila, quando estes estão relacionados aos serviços da atividade turística, bem como aos que usufruem o próprio turismo.

Em pesquisa realizada *in loco*, no mês de janeiro de 2006, junto à Associação de Bugueiros de Jericoacoara - ABJ, verificou-se a quantidade de veículos de agências de turismo, de particulares e de associações de bugueiros e “caminhoneteiros”<sup>16</sup>, responsáveis pelo transporte de pessoas que chegam à Vila decorrente do entorno, de Fortaleza e de outros estados.

O fluxo intenso de visitantes que circulam na Vila é, também, oriundo dos passeios turísticos ofertados pela Associação de Bugueiros (Tabela 3) com destino aos atrativos do entorno e, em âmbito maior (Tabela 4), contemplando passeios de buggys e carros particulares em outros estados, em específico, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte.

<sup>16</sup> Caminhões adaptados para transportar passageiros, visitantes e a própria comunidade local e do entorno.

**TABELA 3 - Passeios turísticos com saída de Jericoacoara**

| LOCAL                            | PREÇO (R\$) |
|----------------------------------|-------------|
| 1. Tatajuba                      | 160,00      |
| 2. Tatajuba e Ilha do Amor       | 180,00      |
| 3. Lagoa Azul                    | 100,00      |
| 4. Lagoa do Paraíso              | 100,00      |
| 5. Lagoa Azul e Lagoa do Paraíso | 140,00      |
| 6. Ilha do Amor (Frete)          | 150,00      |
| 7. Camocim (Frete)               | 200,00      |
| 8. Preá (Frete)                  | 70,00       |
| 9. Jijoca                        | 80,00       |
| 10. Cruz (Frete)                 | 120,00      |
| 11. Acaraú (Frete)               | 140,00      |
| 12. Fortaleza via praias         | 1.000,00    |

**Fonte:** Associação de Bugueiros (AJB - Out./2005).

**Organizado por:** Ingrid Lima.

Os destinos praticados pelas associações e veículos particulares são quase os mesmos. E, no que tange aos preços dos passeios turísticos, são variáveis entre as associações, como ao número de passageiros e distâncias dos municípios próximos e Estados. Têm-se, também, preços flexíveis e variados no período da baixa estação. A Tabela 4 (p. 82) demonstra a variação de preços praticada e seus principais destinos turísticos no Ceará e demais estados.

**TABELA 4 – Passeios turísticos ofertados (bugues e particulares)**

| Produtos                             | Preços (R\$) |          |          |
|--------------------------------------|--------------|----------|----------|
|                                      | Mínimo       | Médio    | Máximo   |
| Cumbuco / Lagoinha (CE)              | 300,00       | 300,00   | 300,00   |
| Canoa Quebrada (CE)                  | 500,00       | 650,00   | 800,00   |
| Jericoacoara (CE)                    | 140,00       | 358,00   | 450,00   |
| Lençóis (MA)                         | 500,00       | 1.060,00 | 1.500,00 |
| Delta Parnaíba (PI)                  | 500,00       | 510,00   | 520,00   |
| Mundaú / Flecheiras /<br>Baleia (CE) | 300,00       | 300,00   | 300,00   |
| Paracuru (CE)                        | 300,00       | 300,00   | 300,00   |
| Taíba/Pecém (CE)                     | 350,00       | 350,00   | 350,00   |
| Tatajuba (CE)                        | 140,00       | 153,33   | 160,00   |
| Parnaíba (PI)                        | 400,00       | 500,00   | 600,00   |
| Natal (RN)                           | 1.200,00     | 1.350,00 | 1.500,00 |
| Camocim (CE)                         | 300,00       | 325,00   | 350,00   |
| Mangue Seco / Lagoa Azul<br>(CE)     | 140,00       | 140,00   | 140,00   |
| Praia Preá (CE)                      | 360,00       | 360,00   | 360,00   |
| Sete Cidades (PI)                    | 650,00       | 650,00   | 650,00   |

**Fonte:** Pesquisa Direta SETUR/CE - Fevereiro de 2005.

Analisando esses dados, nota-se que os fluxos de visitantes proporcionam os impactos na área do Parque, uma vez que, para se chegar à Vila, é preciso passar por dentro do PARNA. A circulação desses veículos no local não se constitui somente na ida e vinda, mas como um canal de distribuição para outras localidades, como visto na Tabela 4, acima.

O trânsito desordenado de veículos forma vias aleatórias, sem eixo de acesso, que levam ao encontro da vila de Jericoacoara, tendo suas origens em várias trilhas que vêm das principais localidades: da Lagoa Grande, Praia do Preá, Mangue Seco e Guriú, principais vias que dão acesso à localidade, criadas para atender à atividade turística, bem como às demandas dos moradores, visitantes do entorno e prestadores de serviços da Vila.

Embora Jericoacoara mantenha uma posição estável no *ranking* em relação ao fluxo de turistas, há uma peculiaridade que poucas localidades praianas do litoral cearense possuem: os fluxos de visitantes constantes, mesmo que seja em proporções diferentes. Há um registro quantitativo realizado pelo IBAMA, nos meses de férias entre os anos de 2005 a 2007, denominado “Operação Férias”, onde foi

contabilizada, em números expressivos, a entrada de veículos dentro do PARNA, sendo abordados os mais variados modelos e com intuitos diferentes, pelas principais vias de acesso.

O registro partiu da iniciativa do IBAMA em criar, de acordo com a Lei de nº 9985/00, artigo de nº. 17, um Conselho Consultivo do Parque Nacional de Jericoacoara (CONPARNA), formado por vinte e dois representantes de órgãos públicos e organizações não-governamentais. A ação iniciou-se após a criação do Conselho com o lançamento, em 2005, da Cartilha “Parque Nacional de Jericoacoara - Planejamento Participativo 2004 – 2006”, contemplando ações de planejamento participativo para o PARNA e tendo como objetivo promover a gestão participativa, envolvendo os agentes sociais do lugar, como também pretendendo atingir áreas referentes às Unidades de Conservação e às populações do entorno. (ver ANEXO VII).

A “Operação Férias”, realizada pelo o IBAMA, em parceria com o Conselho do Parque Nacional (CONPARNA) e apoio de empresários locais<sup>17</sup>, por meio da Associação Escola Família Agrícola Vale do Acaraú – AEFAVA, levava em consideração as dimensões do intenso fluxo de veículos na área do PARNA e suas problemáticas na localidade. A operação deu origem a um relatório produzido em 2007 (Relatório Guaritas) no qual ficaram registradas as ações e o levantamento do fluxo de veículos no período de dezembro de 2005 a janeiro de 2007.

A "Operação Férias" consistia na orientação dos turistas que chegavam, em maior fluxo nos meses acima, ao Parque Nacional. Na primeira operação, realizada em 2005, sinalizações indicativas de *área protegida* foram colocadas em toda a extensão do Parque. (ver Fotos 34 e 35, p. 84)

---

<sup>17</sup> Clube dos Ventos, Capitão Tomaz, Surfing Jeri, Vila Kalango, Empresa Redenção.





**Figura 34** - Placa de Proibição de tráfego veículos.  
**Fonte:** Ingrid Lima – 2005.



**Figura 35** - Placa de proibição com normas de conduta  
**Fonte:** Ingrid Lima - 2005

Foram distribuídos folhetos (ANEXO VII) com regras de boa conduta no Parque, com linguagem bem clara, proibindo: retirada ou extração de material biológico (sementes, conchas, plantas, animais etc.); retirada ou extração de

material mineral (pedras, areia, barro); tráfego de veículos motorizados sobre as dunas, sem exceção, sobre o Serrote e na Praia da Malhada; tráfego de veículos motorizados fora das trilhas; jogar lixo no Parque. A primeira operação contou com guaritas improvisadas, começando no mês de julho do ano de 2005. A Figura 36 mostra o tipo de instalação feita na entrada das trilhas. Na segunda operação, ocorreu à distribuição de folhetos aos motoristas, isso fica demonstrado na Figura 37 (p. 86) pessoas da comunidade do entorno eram capacitadas para dar informações e esclarecer os visitantes sobre a conduta no Parque.



**Figura 36** - Operação Férias Lagoa Grande  
**Fonte:** IBAMA, 2005

Para prestar essas informações, foram instaladas, nas três entradas do Parque Nacional (Praia do Preá, Lagoa Grande e Mangue Seco / Guriú<sup>18</sup>), guaritas improvisadas onde jovens das comunidades do entorno da unidade de conservação, após receberem capacitação, fizeram o trabalho de informar aos turistas que chegam ao Parque, em veículos motorizados, as restrições e as regras de boa conduta.

<sup>18</sup> No Guriú não há construção da guarita sendo a atividade realizada apenas em uma barraca de apoio.



**Figura 37** – Operação Férias na Praia do Preá.  
**Fonte:** IBAMA, 2007.

As guaritas proporcionam a caracterização ou perfil de quem entra no parque, sendo possível o registro e cadastro dos tipos de veículos, da quantidade de pessoas que são transportadas e a identificação quanto ao usuário: turista, morador ou prestador de serviço (serviços turísticos e abastecimentos); verificação da quantidade de dias de permanência, entre outros.

As implantações das guaritas tiveram início no mês de agosto de 2005, com previsão de funcionamento em dezembro, período de alta estação, quando o fluxo torna-se mais intenso. No entanto, seu controle inicial terá administração do próprio IBAMA em parceria com a comunidade, a qual receberá treinamento para execução dos trabalhos. O feito será um ato inédito dentre os demais PARNA's, de acordo com Ricardo Castelli<sup>19</sup>, no Seminário de Implantação das Guaritas. A fiscalização das guaritas só poderá ocorrer quando o Plano de Manejo for elaborado. Salientou ainda que, em virtude da necessidade de ordenação do fluxo de veículos, o IBAMA de Brasília, emitindo parecer favorável, o plano de fiscalização poderá vir a ser operacionalizado antes mesmo da execução do Plano de Manejo. Dessa forma, demonstrou-se que as características ambientais do sistema costeiro, representado pelo PARNA e os impactos derivados do acesso de veículos, requer um modelo próprio de limitação do fluxo, diferente dos modelos em curso em algumas UC's.

<sup>19</sup> Ricardo Castelli Vieira - Coordenador do Bioma Marinho e Costeiro – Diretoria de Ecossistema (DIREC), IBAMA - Jericoacoara 17/08/06.

A ação do fluxo de veículos será de caráter experimental e emergencial, haja vista a gravidade das implicações ambientais (interferindo em ecossistemas de preservação permanente em uma Unidade de Proteção Integral) geradas pelo acesso desordenado à Vila. Para o monitoramento e controle do fluxo de veículos, de acordo com o potencial de suporte (inicialmente vinculado ao número de leitos disponíveis na Vila e à dinâmica dos sistemas ambientais), foi planejado um programa de gestão das guaritas, a ser licitado (concessão de serviços públicos), visando à otimização dos serviços e assegurando a finalidade da unidade de proteção integral.

A Operação Férias, desenvolvida pelo IBAMA, com o propósito de conscientizar, proteger e monitorar o fluxo de veículos que circulam no Parque, resultou na compilação de dados quantitativos (ver Tabela 5, p. 88) dos fluxos de visitantes e veículos que o acessaram nos anos de 2005 a 2007. As atividades de monitoramento foram realizadas entre os meses de dezembro e janeiro, considerados meses de alta estação.

Analisando o Gráfico 2 (elaborado com base na Tabela 5, p. 88), observa-se que o fluxo de veículos aumentou mais de quatro vezes no mesmo período de 2005-2006 e 2006-2007, o que potencializou os danos ambientais no Parque Nacional (principalmente os relacionados com a fragmentação dos ecossistemas, remobilização de areia na direção da Vila e compactação do solo). Esse aumento do fluxo pode estar relacionado com os programas de *marketing* turístico e uma política de roteiros integrados, implantada pelos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão (Projeto CEPIMA) e vinculado ao Plano Nacional de Turismo (MT, 2004). É importante ainda salientar que o movimento de turistas estrangeiros no Estado registrava expressiva alta entre 2002 e 2005, com o crescimento de 42%, chegando a receber 5,4 milhões de pessoas em 2005 (Diário do Nordeste, 09/02/07), o que certamente incrementou a demanda para os anos subsequentes.

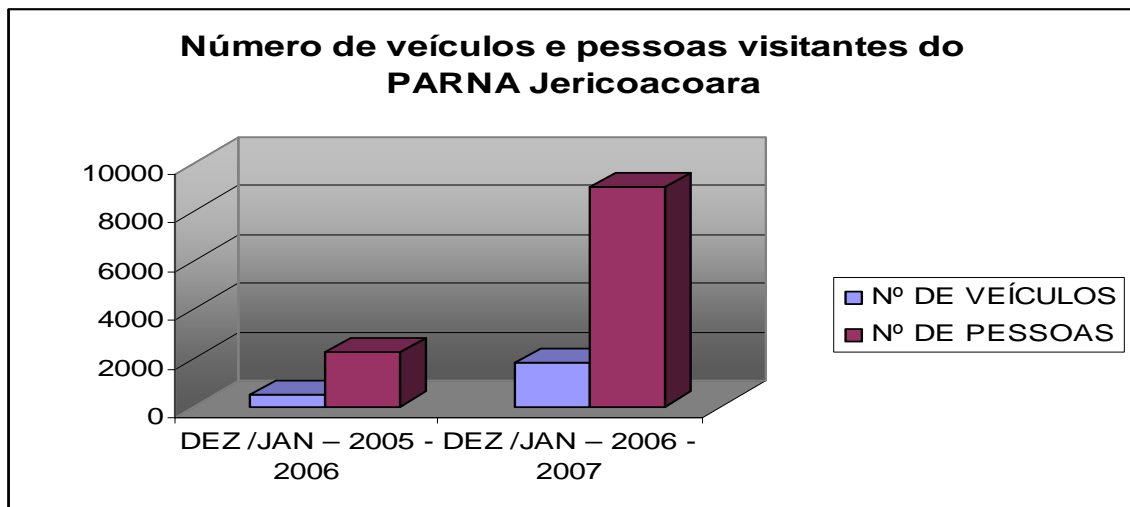


**TABELA 5 - Número total de veículos e pessoas que visitaram o Parque Nacional de Jericoacoara durante o feriado de fim de ano, entre 2005-2006 e 2006-2007**

| <b>GUARITAS – MÊS / ANO</b> | <b>Nº. DE VEÍCULOS</b> | <b>Nº. DE PESSOAS</b> |
|-----------------------------|------------------------|-----------------------|
| DEZ /JAN – 2005 - 2006      | 483                    | 2.250                 |
| DEZ /JAN – 2006 - 2007      | 1.769                  | 8.995                 |

Fonte: Relatório Guaritas, abril 2007.

**GRÁFICO 2 - Número de veículos e pessoas visitantes**



Fonte: Relatório Guaritas, abril 2007.

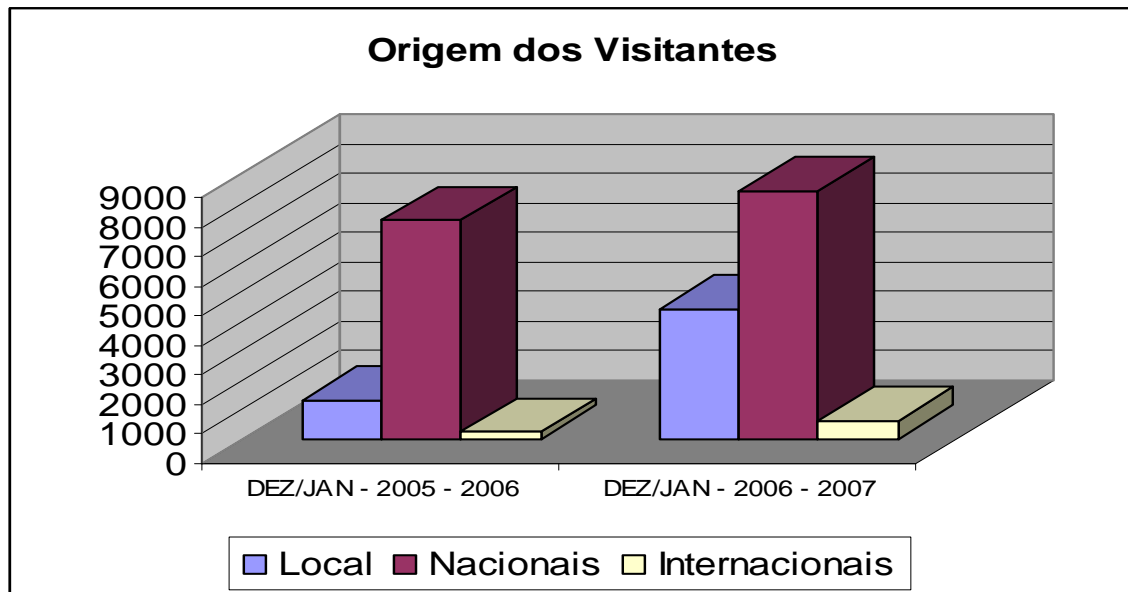
A Tabela 6 (Gráfico 3, p. 89) mostra a origem dos visitantes quanto ao fluxo pertencente à localidade (abrangendo o proveniente de Fortaleza e cidades do entorno do PARNA), o fluxo nacional e o internacional. Verificou-se que as três modalidades de origem apresentaram expressivo crescimento durante a alta estação, no período de 2005 a 2007. Observou-se um incremento no fluxo local de 2007 de aproximadamente 3,4 vezes em relação ao ano anterior, o que também ocorreu com o fluxo internacional (aumento de 2,8 vezes em relação ao período de 2006). No destino nacional, o aumento de veículos não acompanhou o relativo aumento dos fluxos dos demais destinos (passando de 7.388 veículos em 2006 para 8.385 em 2007, o que representou um incremento de aproximadamente 12%). Verifica-se, desta forma, a tendência crescente de demanda turística para Jericoacoara.

**TABELA 6 - Procedência do fluxo de pessoas que visitaram o Parque Nacional de Jericoacoara durante o feriado de fim de ano**

| <b>ORIGEM DOS VISITANTES</b> |              |                  |                       |
|------------------------------|--------------|------------------|-----------------------|
| <b>GUARITA – MÊS / ANO</b>   | <b>Local</b> | <b>Nacionais</b> | <b>Internacionais</b> |
| DEZ /JAN - 2005 - 2006       | 1.297        | 7.388            | 215                   |
| DEZ /JAN - 2006 - 2007       | 4.385        | 8.385            | 610                   |

Fonte: Relatório Guaritas, abril 2007.

**GRÁFICO 3 - Origem dos visitantes**



Fonte: Relatório Guaritas, abril 2007.

Organizado por: Ingrid Lima.

Ainda segundo a pesquisa, a maioria dos turistas chega ao Parque em veículos próprios, principalmente os advindos de destinos locais e nacionais. Os visitantes internacionais costumam vir em ônibus, transportes alternativos fretados no aeroporto internacional ou ônibus/vans de agências de turismo. De acordo com o IBAMA, o maior número de ocorrências de infrações no Parque ocorre por parte de turistas que usam seus veículos, pois fazem muitos percursos proibidos, nas dunas e no Serrote.

Analisando especificamente o período de 2007, aborda-se a quantidade de veículos e pessoas que tiveram acesso à Vila e sua origem. Na Tabela 7 (Gráfico 4, p.90), verifica-se que o número de veículos que passaram pelas guaritas foi de 1.769, totalizando 8.995 pessoas. Essas pessoas são de localidades diversas, de origem nacional e internacional, e foram divididas pelos locais de acesso ao Parque. Vários dos visitantes apontam como local de origem Fortaleza, que está ligada à distribuição do fluxo para a região praiana do Estado. O maior fluxo está relacionado

ao acesso pela trilha da Lagoa Grande, por onde transitaram 870 veículos. Este é o principal portão de acesso que tem origem no Município Sede, Jijoca de Jericoacoara.

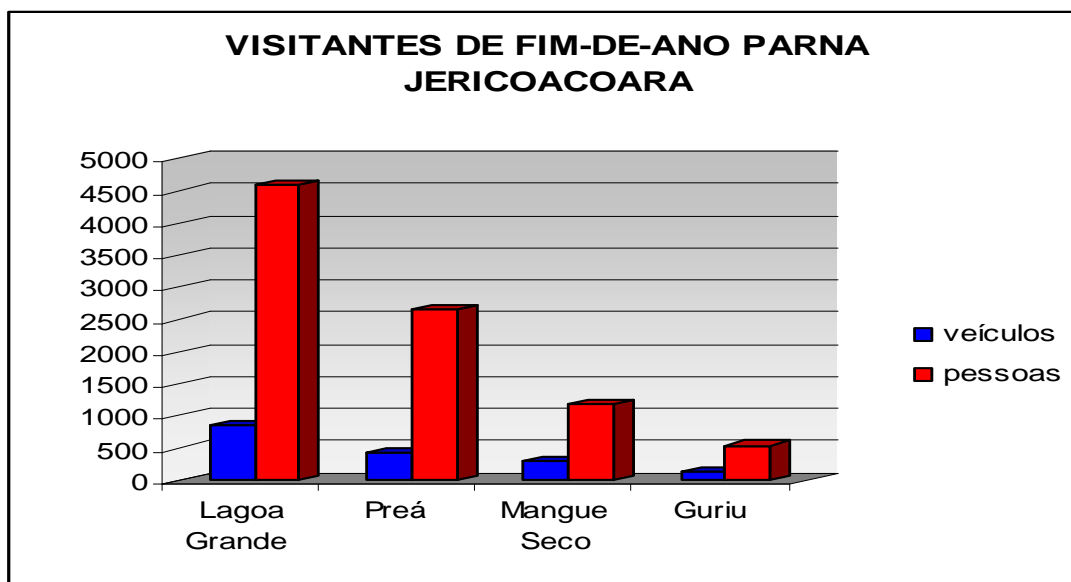
**TABELA 7 - Número total de veículos e pessoas que visitaram o Parque Nacional de Jericoacoara durante o feriado de fim de ano**

| GUARITA      | Nº. DE VEÍCULOS | Nº. DE PESSOAS |
|--------------|-----------------|----------------|
| Lagoa Grande | 870             | 4.589          |
| Preá         | 447             | 2.669          |
| Mangue Seco  | 311             | 1.188          |
| Guriú        | 141             | 549            |
| <b>Total</b> | <b>1.769</b>    | <b>8.995</b>   |

Fonte: Relatório Guaritas, abril 2007.

Nos feriados prolongados, registra-se maior fluxo de visitantes na Vila de Jericoacoara. A Operação Férias enfatizou esses feriados como forma de compilar a capacidade máxima de suporte da Vila. Durante feriados, como carnaval e *reveillon*, registra-se aumento significativo de pessoas na Vila. O fluxo nacional (8.385) é maior do que o internacional (610), como mostra a Tabela 8 (Gráfico 4). Como visto no subcapítulo 4.1, o fluxo internacional é maior nos períodos de baixa estação.

**GRÁFICO 4 - Visitantes de fim-de-ano**



Fonte: Relatório Guaritas, abril 2007.

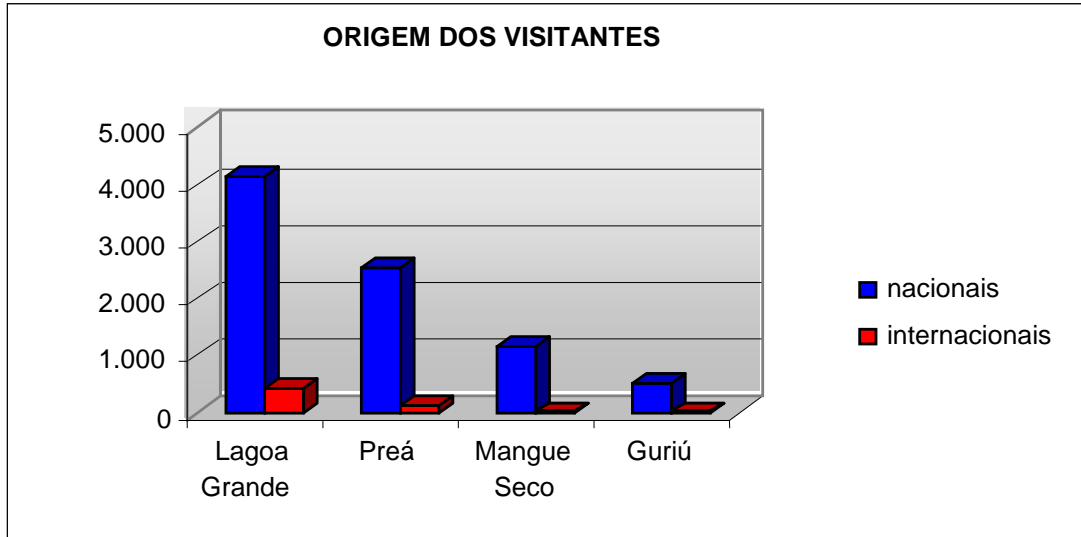
**TABELA 8 - Origem das pessoas que visitaram o Parque Nacional de Jericoacoara durante o feriado de fim-de-ano**

| <b>GUARITA</b>      | <b>Nacionais</b> | <b>Internacionais</b> |
|---------------------|------------------|-----------------------|
| <b>Lagoa Grande</b> | 4.151            | 438                   |
| <b>Preá</b>         | 2.533            | 136                   |
| <b>Mangue Seco</b>  | 1.176            | 12                    |
| <b>Guriú</b>        | 525              | 24                    |
| <b>Total</b>        | <b>8.385</b>     | <b>610</b>            |

Fonte: Relatório Guaritas, abril 2007.

Como visto nos dados anteriores, há uma predominância de visitantes nacionais, principalmente durante os feriados prolongados. Subdividindo pelas regiões, pode-se assinalar, de acordo com a Tabela 8 (Gráfico 5, p. 91), que a maioria dos visitantes provém da região Nordeste, tendo-se contabilizado de 5.733, levando em consideração as guaritas da Lagoa Grande, Preá, Mangue Seco e Guriú. Em seguida, vêm às regiões Sudeste (1.580), Centro-Oeste (560), Norte (311) e Sul (201).

**GRÁFICO 5 - Origem dos visitantes fim-de-ano**



Fonte: Relatório Guaritas, abril 2007.



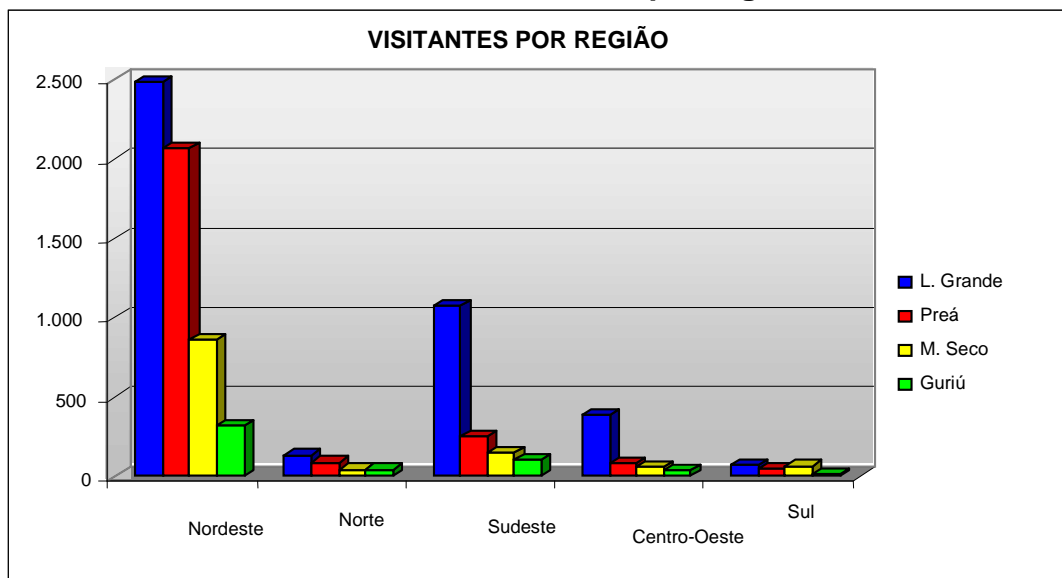
**TABELA 9 - Origem dos visitantes nacionais do PARNA Jericoacoara por região**

| <b>GUARITA</b>   | <b>Nordeste</b> | <b>Norte</b> | <b>Sudeste</b> | <b>Centro-Oeste</b> | <b>Sul</b> |
|------------------|-----------------|--------------|----------------|---------------------|------------|
| <b>L. Grande</b> | 2.485           | 134          | 1.073          | 384                 | 75         |
| <b>Preá</b>      | 2.065           | 89           | 255            | 79                  | 45         |
| <b>M. Seco</b>   | 862             | 44           | 148            | 58                  | 64         |
| <b>Guriú</b>     | 321             | 44           | 104            | 39                  | 17         |
| <b>Total</b>     | <b>5.733</b>    | <b>311</b>   | <b>1.580</b>   | <b>560</b>          | <b>201</b> |

Fonte: Relatório Guaritas, abril 2007.

A região Nordeste tem o maior número de visitantes que acessam o Parque, segundo os dados apresentados. Outro dado é que o número maior de visitantes advém do Estado do Ceará, 4.386 pessoas, somando o restante do Nordeste 1.347 pessoas, menos da metade do fluxo do Estado do Ceará, como visto na Tabela 10 (p. 93) Gráfico 6 (p. 93). Este dado leva em consideração o fato de Fortaleza ser uma capital de distribuição de fluxos. Na pesquisa, o visitante pode levar em consideração o local da última procedência e não necessariamente o lugar onde reside.

**GRÁFICO 6 – Visitantes por região**



Fonte: Relatório Guaritas, abril 2007.

**TABELA 10 - Origem dos visitantes do Parque Nacional de Jericoacoara procedentes do estado do Ceará.**

| <b>GUARITA</b>      | <b>Ceará</b> | <b>Outros estados do NE</b> |
|---------------------|--------------|-----------------------------|
| <b>Lagoa Grande</b> | 2.081        | 404                         |
| <b>Preá</b>         | 1.507        | 558                         |
| <b>Mangue Seco</b>  | 631          | 231                         |
| <b>Guriú</b>        | 167          | 154                         |
| <b>Total</b>        | <b>4.386</b> | <b>1.347</b>                |

Fonte: Relatório Guaritas, abril 2007.

Os resultados acima denotam que os veículos de origem local com carros particulares são os maiores responsáveis pelo intenso fluxo que transita dentro da unidade de conservação, produzindo impactos já constatados pelo IBAMA. Constatou-se igualmente que a maior quantidade de turistas é nacional e provém principalmente do Nordeste e Sudeste.

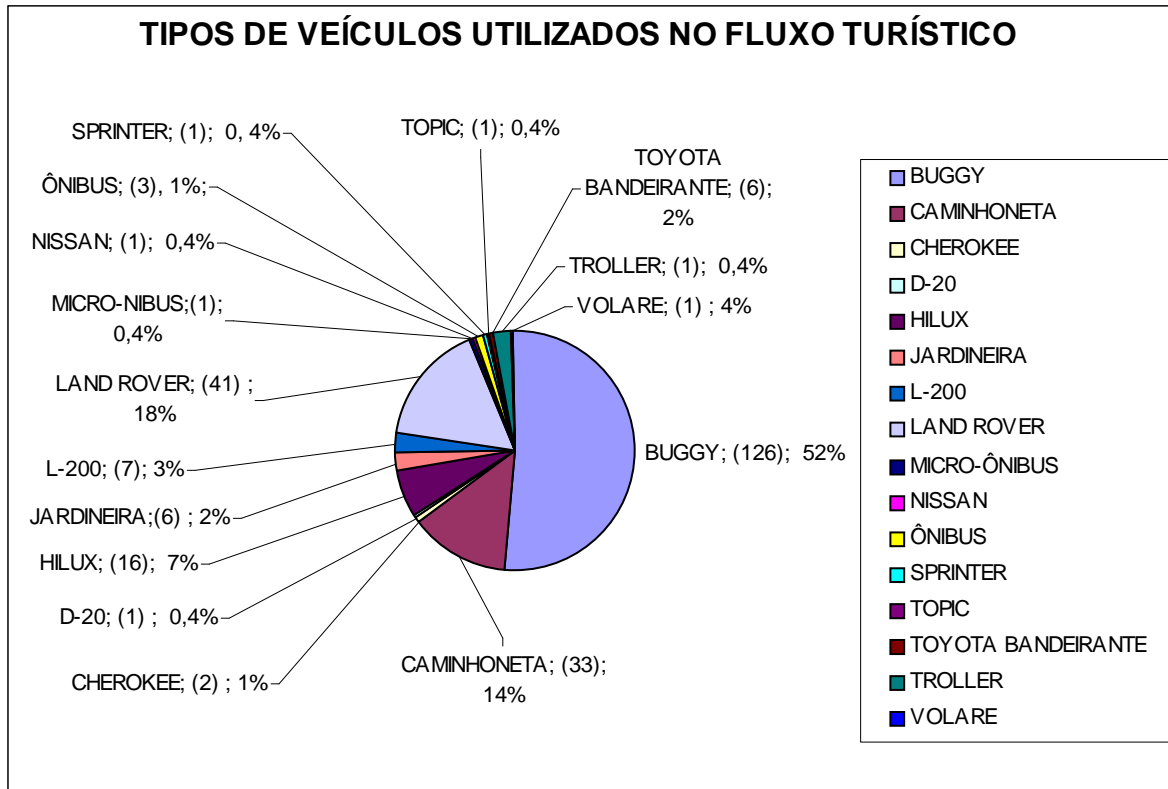
A esses dados convém considerar os veículos que transportam passageiros vindos de Jijoca de Jericoacoara, Guriú e Mangue Seco. Atualmente existem outras empresas que fazem o transporte de pessoas de Jijoca a Jericoacoara - Redenção e Beach San - e uma de agência de turismo que, além do transporte, faz passeios nos pontos turísticos, a Hipopotamus. Esse veículo, denominado Jardineira, tem a capacidade de um ônibus comum, o que possibilita que os passageiros contemplem a paisagem de dunas e Serrote. As empresas realizam o transporte de Jijoca a Jericoacoara em torno de cinco vezes por semana.

Com base no Gráfico 7, os visitantes na Vila contam com serviços de locação de veículos para passeio. Os bugues são carros que mais auxiliam na atividade turística da localidade com 52%. Existem na Vila de Jericoacoara duas associações de bugueiros: a ABJ - Associação de Bugueiros de Jericoacoara, com 55 associados, e a JAB - Jericoacoara Associação de Bugueiros, com o número de 33 associados. As Land Rovers atingem os 18% dos carros de passeios. Os visitantes utilizam com frequência os quadriciclos para realizar pequenos passeios à beira-mar.

Os 14% das caminhonetes são os que fazem o transporte em maior quantidade para entrar na Vila e, também, fazem passeios turísticos. A comunidade se utiliza deste veículo para se deslocar até o município sede. Da população autóctone, a grande maioria utiliza as caminhonetes para ir de outras localidades

para vila e vice-versa, além da utilização de motocicletas para realizar o trajeto. (esta última não consta na análise abaixo). As caminhonetes constituem um grande efetivo no sentido do transporte de mercadorias. Os caminhões fixam em Jijoca e os estabelecimentos contratam as caminhonetes para deixar os insumos.

**GRÁFICO 7 - Tipos de veículos utilizados**



**Fonte:** Associação dos Bugueiros de Jericoacoara – ABJ (2005).

**Organizado por:** Ingrid Lima.

O fluxo de veículos que passam pelo Parque é complementado pelos veículos de propriedade dos moradores, assim como de empresas que fazem o abastecimento da Vila. Além dos veículos particulares de pousadas e estabelecimentos comerciais, que fazem a travessia pelo Parque, ainda existem os veículos transportando cargas, como o caso dos caminhões da Coca-Cola e da Souza Cruz.

Os transportes fixos, como o da coleta de lixo, que transita no parque 288 vezes ao ano, a COELCE com 48, e o transporte estudantil na ordem de 480 vezes são igualmente levados em consideração, quando estes circulam com mais frequência a serviço da comunidade. A coleta de lixo é feita todos os dias, exceto aos domingos, assim como o transporte estudantil. Esse último, utilizando geralmente caminhonetas D-20, faz o percurso Jericoacoara-Jijoca duas vezes por

dia. Não se levou em consideração, nessa análise, os veículos que fazem o transporte nos depósitos de construção, os quais, como vimos anteriormente, muitas vezes exploram recursos do próprio PARNA para abastecer a Vila. A Tabela 11 mostra alguns comércios que utilizam veículos próprios para realizar o transporte de passageiros, carga e a origem deles. Esse leva em consideração o período de alta estação.

**TABELA 11 – Origem e quantidade de veículos que atravessam o Parque**

| ESTABELECIMENTO    | TRANSPORTE           | ORIGEM/DESTINO      | QTDE. | Nº DE ACESSO    | Nº ANO       |
|--------------------|----------------------|---------------------|-------|-----------------|--------------|
| LOJA ESTRELA       | CAMINHÃO             | SC/JIJOCA/PREÁ      | 1     | 3 X ANO         | 3            |
| LOJA ONDAS DO MAR  | CAMINHONETE (FRETE)  | JERI / FORTALEZA    | 1     | 1 X MÊS         | 12           |
| FARMÁCIA NOVA VIDA | CARRO PARTICULAR     | JERI / FORTALEZA    | 1     | 1 X SEMANA      | 48           |
| MERCADO MARÉ       | CARRO PARTICULAR     | JERI / FORTALEZA    | 1     | 2 X SEMANA      | 96           |
| MERCADO ISALANA    | CAMINHONETE (FRETE)  | JERI / FORTALEZA    | 1     | 2 X SEMANA      | 96           |
| SUPER TEM DE TUDO  | CARRO PARTICULAR     | JERI / FORTALEZA    | 1     | 1 X SEMANA      | 48           |
| SUPER TEM DE TUDO  | CAMINHONETE (FRETE)  | JIJOCA / JERI       | 1     | 2 X MÊS         | 24           |
| PADARIA JERIPAN    | CARRO PARTICULAR     | JERI / FORTALEZA    | 1     | 1 X MÊS         | 12           |
| BLUE POUSADA       | CARRO PARTICULAR     | JERI / FORTALEZA    | 1     | 1 X MÊS         | 12           |
| RECANTO DO BARÃO   | CARRO PARTICULAR     | JERI / FORTALEZA    | 2     | 2 X MÊS         | 24           |
| PEDRA FURADA       | CARRO PARTICULAR     | JERI/JIJOCA         | 1     | 1 X MÊS         | 12           |
| CASA DO ÂNGELO     | JARDINEIRA           | JERI/FORTALEZA      | 1     | 1 X SEMANA      | 48           |
| HIPOPOTAMO         | JARDINEIRA (PRÓPRIA) | FORTALEZA/JERI      | 1     | 2 X MÊS         | 24           |
| POUSADA MAURÍCIO   | CARRO PARTICULAR     | MARCO,BELA CRUZ     | 1     | 1 X SEMANA      | 48           |
| POUSADA JERIMAR    | CARRO PARTICULAR     | JERI/JIJOCA/FORT    | 1     | 1 X MÊS         | 12           |
| RESTAURANTE        | CAMINHONETEIRO       | JERI /JIJOCA/ACARAÚ | 1     | 2 X MÊS         | 24           |
| LOBO DOS MARES     | CAMINHONETEIRO       | JERI/JIJOCA         | 1     | 1 X SEMANA      | 48           |
| SABOR DA TERRA     | CARRO PARTICULAR     | JERI/FORTALEZA      | 1     | 3 X SEMANA      | 144          |
| COCA-COLA          | CAMINHÃO             | ACARAÚ/PREÁ         | 1     | 1 X SEMANA      | 48           |
| SOUSA CRUZ         | CAMINHÃO             | FORTALEZA           | 1     | 2 X SEMANA      | 96           |
| COELCE             | CARRO/MOTO           | ACARAÚ/ITAPIPOCA    | 3     | 1 X SEMANA      | 48           |
| CAMINHÃO DO LIXO   |                      | JIJOCA/JERI         | 1     | 6 DIAS SEMANAIS | 288          |
| TRANSP. ESTUDANTIL | CAMINHONETEIRO       | JER/JIJOCA/JERI     | 3     | 2 X DIAS        | 480          |
| <b>TOTAL ANO:</b>  |                      |                     |       |                 | <b>1 685</b> |

Organizado por: Ingrid Lima, julho, 2007.

Essa análise buscou mensurar o fluxo de veículos que transitam no PARNA. Verificou-se que a média de veículos que circulam na vila e no Parque anualmente é de 1.685 vezes, são principalmente, dos moradores prestadores de serviço ao turismo ou de prestadores de serviços para a comunidade, responsáveis pelos impactos ambientais gerados nesta unidade de conservação. Os fluxos desordenados destes automóveis formam diversas trilhas que acabam acarretar a extinção da vegetação e da fauna ali existente, bem como, a migração do campo de dunas. A foto imagem, (fluxo de veículos, p. 97) mostra os tipos de veículos que trafegam pelo Parque. Transporte utilizado pela comunidade, visitantes e prestadores de serviços.

Como o único acesso à vila é feito pelo Parque, a quantidade de turistas e moradores tem relação direta com a degradação do meio. Apesar de as ações serem difundidas na comunidade, no sentido de evitar o fluxo de veículos em dunas e serrotes, muitos turistas ainda burlam as normas do Parque, causando assim impactos severos nessas regiões. Constantemente, várias pesquisas são realizadas na área com o propósito de mitigar esses impactos e promover soluções para os problemas já gerados com o fluxo de turistas. No subcapítulo 5.3, analisar-se-á as trilhas ocasionadas pelo trânsito de veículos e quais as soluções tomadas para minimizar o impacto dentro do Parque.

Figura 51 – Fluxo de veículos no Parque





### **5.3 Delimitação de acesso à Vila Jericoacoara: mapeamento de trilhas fixas**

A grande questão é: como limitar o fluxo de pessoas à Vila de Jericoacoara, ponto de apoio e distribuição dos fluxos turísticos, se para chegar até ali é preciso atravessar uma Unidade de Conservação de Proteção Integral?

Da década de 1980 até os dias atuais, foram realizados estudos técnico-científicos nas unidades de conservação (antiga APA e PARNA) de Jericoacoara direcionados às transformações geradas pelas ações antrópicas e pela dinâmica geoambiental, revelando as fragilidades e vulnerabilidades desta região.

Houve crescente preocupação do IBAMA diante dos diagnósticos revelados pelas pesquisas, os quais identificam os principais impactos ambientais originados pela principal atividade econômica da localidade, o turismo. Esses impactos estão relacionados, em especial, ao intenso tráfego de veículos, ao pastoreio de animais sobre a vegetação fixadora o que tem causado perda parcial da cobertura vegetal, acelerando o processo de erosão em áreas como o Serrote e originando verdadeiros “rios” por onde a areia se move mais rapidamente em direção à Vila.

Diante desta realidade, o IBAMA, órgão responsável pela administração do PARNA, elabora medidas emergenciais para garantir melhor controle dos impactos das unidades de conservação. A Operação Férias, a exemplo disto, tenta promover um controle do fluxo de visitantes, visto que a entrada indiscriminada de carros no Parque Nacional causa danos irreparáveis à vegetação e ao fluxo natural das dunas. Toda questão se volta para como evitar transgressões e como controlar o acesso do visitante à vila de Jericoacoara.

Placas indicativas e os folhetos distribuídos na Operação especificam ao turista as áreas permitidas ou não para fluxo, assim como as consequências para aquele burlar as regras instituídas. A princípio, regular com base na instrução surte algum efeito. Contando com o apoio da comunidade local, a exemplo do curso oferecido à Associação de Bugueiros sobre as consequências de uma prática indiscriminada, o IBAMA busca orientar e ao mesmo tempo controlar ações impactantes sobre o Parque, como os passeios pelas dunas e Serrote.

Quanto ao acesso, a grande questão está em torno da impossibilidade de construir estradas na Unidade de Conservação. Diante da problemática apresentada, do acesso aleatório, o IBAMA, em parceria com a Universidade Federal do Ceará – (UFC) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional – (AECI), desenvolveu um projeto emergencial de demarcação de trilhas e organização do transporte sobre as dunas e faixa de praia, haja vista a intensidade dos impactos gerados pela circulação de veículos sobre o solo.

A Operação Férias tornou-se grande parceira dessa iniciativa, pois cada guarita está situada na entrada da trilha, onde é realizada uma orientação a respeito de manter o veículo circulando somente no espaço delimitado. Assim, o trabalho realizado pelo IBAMA, AECI e UFC resultou na delimitação de três trilhas: trilha da Lagoa Grande (do portal de acesso mais ao sul do Parque); trilha da praia do Preá (do portal de acesso mais ao leste do Parque) e trilha do Mangue Seco (do portal de acesso mais oeste do Parque), onde estão localizadas as guaritas do IBAMA (ver foto imagem localização das guaritas do PARNA, p. 105).

Segundo os resultados obtidos no projeto Zoneamento Geoambiental do PARNA (2006), o impacto de veículos que acessam de forma desordenada a UC, ocorre em uma área de 1.706,05ha (incluindo os 158,00ha da trilha da Lagoa do Coração). Essa área representa 20,30% da área total do Parque e envolve as unidades ambientais caracterizadas como dunas, lagoas interdunares, manguezal e faixa de praia. Este estudo também demonstrou que o incremento dos danos ambientais foi associado ao aumento do fluxo de turismo.

A Tabela 12 evidencia as áreas impactadas pelos veículos de acordo com as trilhas de acesso ao PARNA. O setor impactado pela trilha da Lagoa Grande (ver Figura 52, p.102), que abrange uma maior diversidade de sistemas ambientais, representa uma área de 1.062,91ha, e também está vinculada a um maior número de veículos (ver Tabela 7, p. 90).



**TABELA 12 – Trilhas de acesso ao Parque e suas características espaciais**

| <b>TRILHAS DE ACESSO AO PARQUE NACIONAL DE JERICOACOARA</b>       |                               |                             |                              |
|---|-------------------------------|-----------------------------|------------------------------|
| <b>Características das trilhas</b>                                | <b>Trilha da Lagoa Grande</b> | <b>Trilha Praia do Preá</b> | <b>Trilha do Mangue Seco</b> |
| <b>Extensão da trilha-eixo (km)</b>                               | 8,75                          | 8,7                         | 7,06                         |
| <b>Trilhas intermediárias (km)</b>                                | 4,3 (meio-norte)              | 5,0 (Riacho Doce)           | 4,8 (Guriú)                  |
|   | 1,2 (lagoa do Amâncio)        | 3,5 (Finado Olavo)          |                              |
| <b>Área impactada pelo tráfego desordenado (ha)</b>               | 1.062,91                      | 213,35                      | 271,79                       |
| <b>Área impactada em relação à área total do Parque (%)</b>       | 12,63                         | 2,60                        | 3,12                         |
| <b>Área a ser utilizada pelas trilhas-eixo (ha)</b>               | 26,10                         | 17,40                       | 19,26ha                      |
| <b>Área a ser utilizada em relação à área total do Parque (%)</b> | 0,31                          | 0,20                        | 0,23                         |

Fonte: Projeto de Zoneamento Geoambiental, 2006.

Com a implantação das trilhas-eixo (62,76ha) e os trechos intermediários (37,60ha), a área a ser utilizada para o tráfego de veículos se reduzirá para 100,36ha (1,20%).

Importa salientar que os resultados relacionados com a efetivação das trilhas e, conseqüentemente, com a diminuição dos danos ambientais provocados pelos veículos, deverão ser associados à elaboração do Plano de Manejo e operação das guaritas.

A redução das áreas de uso intensivo não representa somente uma diminuição espacial dos impactos causados pelos rastros dos veículos. Caso sejam implantadas, promoverá redução nos processos crescentes de compactação do solo, de pisoteio da vegetação fixadora (gramíneas e cobertura vegetal das dunas fixas), dos organismos marinhos e algas na faixa de praia e de fragmentação das lagoas interdunares. Minimizará as interferências na avifauna, principalmente a que

se utiliza a planície de aspersão eólica, lagoas e faixa de praia para alimentação, abrigo e nidificação. Os setores de apicum serão preservados, reduzindo, em médio prazo, o acesso de veículos sobre a superfície submetida às oscilações de maré.

O intuito da delimitação das trilhas é ordenar o tráfego de veículos no Parque, bem como minimizar os impactos ambientais relacionados ao trânsito indiscriminado de veículos de tração (*off-road*, buggys, motos, caminhões, caminhonetes etc.), sem um eixo de acesso determinado sobre a planície de aspersão eólica.

As Figuras 53, 54 e 55 refletem o quadro degenerativo dos ecossistemas que ocorrem no PARNA. Verifica-se que o desordenamento no acesso de veículos, originando vias aleatórias sem eixo de acesso que levam ao encontro da vila de Jericoacoara. O acesso desordenado, fragmentando os ecossistemas, compactando o solo e provocando remobilização de sedimentos na direção da vila, tem origem nas localidades da Lagoa Grande, Praia do Preá, Mangue Seco e Guriú de modo a atender às atividades turísticas, bem como as demandas dos moradores, visitantes do entorno e prestadores de serviços da Vila.

Na Figura 53 (p.102), apresenta-se a trilha da Lagoa Grande. Nela, está constatado um maior fluxo de veículos e, conseqüentemente, maior desordenamento das trilhas. Essas trilhas dão acesso aos principais atrativos: a Vila de Jericoacoara, o Serrote e a duna do Pôr-do-Sol. Nesta, pode-se verificar que o rastro dos veículos, de forma aleatória e desordenada, passa por lagoas sazonais e campos de dunas. Em primeiro plano, observam-se as dunas fortemente alteradas pelo acesso desordenado. Em segundo plano a Vila de Jericoacoara.



**Figura 53** - Acesso desordenado de trilha vindo da Lagoa Grande.  
**Fonte:** Projeto - Zoneamento Geoambiental, 2006.

A Figura 54 evidencia os trechos utilizados por veículos que acessam o PARNA desde o Preá em direção à vila. Nela pode-se verificar que o acesso se dá tanto pela zona de berma (amarelo) como pelo estirâncio (violeta). Os veículos que utilizam os setores do sistema praial promovem a compactação do solo e o pisoteio de organismos marinhos, além de interferirem em ambiente utilizado por aves migratórias.



**Figura 54**– Trilha da Praia do Preá.  
**Fonte:** Projeto-Zoneamento Geoambiental, 2006.

Figura 54 mostra o setor de apicum utilizado para acesso ao Parque vindo das comunidades de Mangue Seco e Guriú. A área demarcada (violeta) representa a utilizada pelos veículos, promovendo a compactação do solo e pisoteio de organismos e vegetação pertencentes ao ecossistema manguezal.



**Figura 55** – Trilha do Mangue Seco/Guriú  
**Fonte:** Projeto - Zoneamento Geoambiental, 2006.

A Figura 55 (p. 105), localização das guaritas retrata bem a demarcação das trilhas traçadas pelo projeto Zoneamento Geoambiental, onde prevê a circulação de veículos somente por elas, levando em consideração a dinâmica da paisagem, o ordenamento do acesso de veículos e a necessidade de recuperação de áreas degradadas pelo acesso desordenado e aleatório à Vila de Jericoacoara, diminuindo assim os impactos do intenso fluxo de veículos, que não mais causarão efeitos danosos à dinâmica ambiental dos espaços explorados. Na figura, evidencia-se a disposição das trilhas, bem como das guaritas implantadas pelo IBAMA nos acessos ao PARNA.

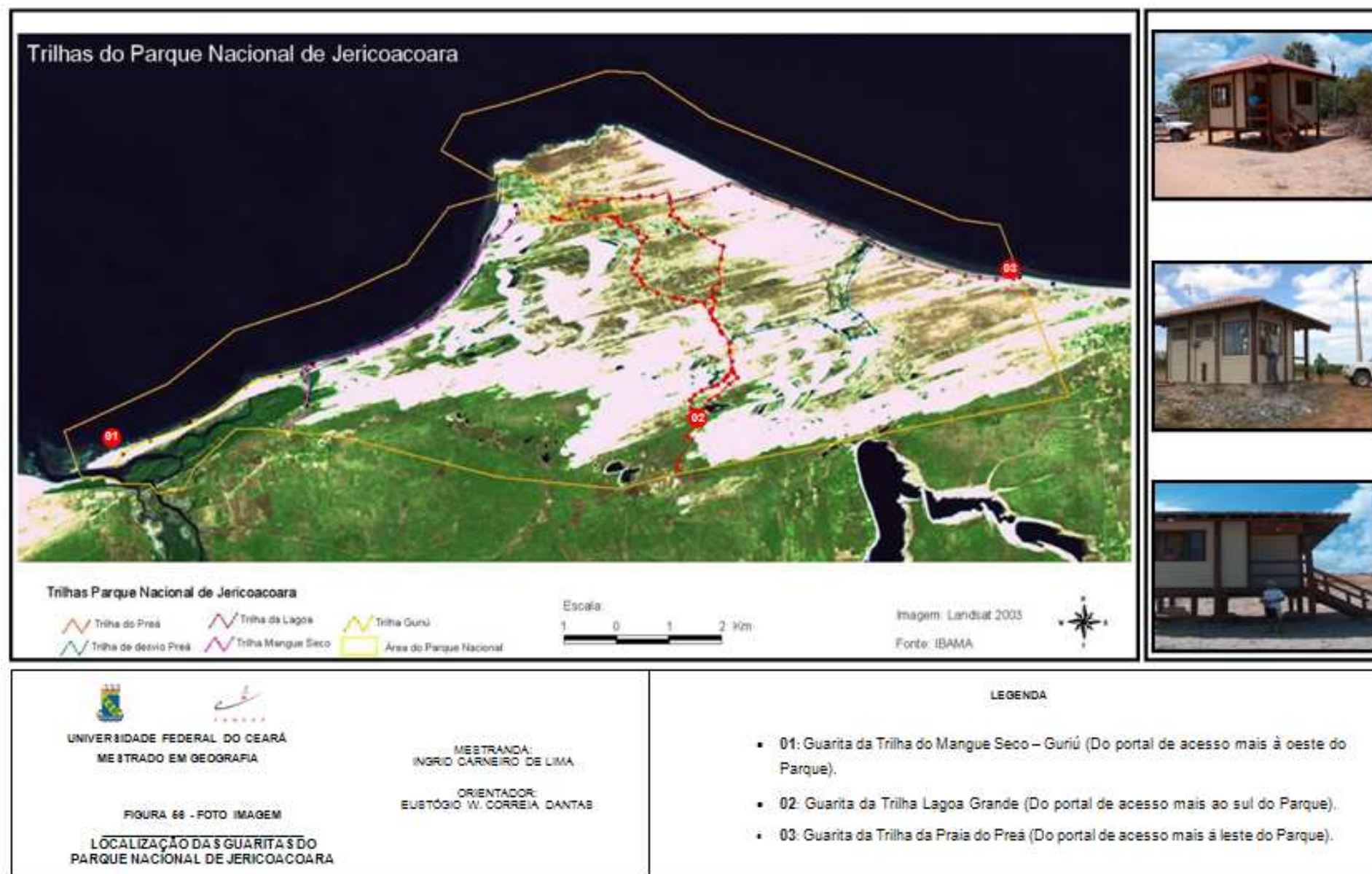
A delimitação e ordenamento das trilhas contam com o apoio, como já citado, das três guaritas situadas nas principais entradas de acesso das trilhas, que terá a incumbência de monitorar a entrada de veículos, bem como definir a capacidade de carga<sup>20</sup> do Parque. Além das três guaritas, segundo o analista ambiental do IBAMA, Aldízio Lima, serão necessárias mais três guaritas para garantir o controle dos veículos na Vila e no seu entorno. A localização das novas

<sup>20</sup> Capacidade de suporte de pessoas dentro de uma área em conformidade com a fragilidade do ambiente.

guaritas é: na saída leste de Jericoacoara, (caminho a praia do Preá), na saída oeste da Vila (próximo à duna do Pôr-do-Sol) e na barra do rio Guriú (lado oeste da Vila).



FIGURA 56 – Foto Imagem da localização das Guaritas



A idéia é não permitir que o acesso ao Parque seja feito sem o devido controle. Para tanto, o IBAMA conta com a proposta da instalação de guaritas também na Vila, evitando o controle irregular dos passeios às praias de Tatajuba e Preá, assim como da chegada de visitantes por outras localidades do entorno, que possam ter acesso ao Parque.

A delimitação de trilhas fixas é uma medida emergencial haja vista a gravidade dos problemas enfrentados pelo Parque em virtude do intenso fluxo de veículos que têm acesso à Vila. Com a providência dessa ação, estima-se que outras medidas sejam tomadas para impedir transgressões por parte dos visitantes já que, como visto anteriormente, o IBAMA enfrenta ainda o problema: o de não contar com pessoal suficiente para realizar o monitoramento.

Algumas medidas estão sendo analisadas, como a cobrança de taxa, monitoramento e cercamento da área do Parque, para impedir que os problemas já enfrentados pelo Parque evoluam. As trilhas constituem-se num primeiro passo, que contarão não somente com a participação da comunidade, mas também com a dos visitantes no sentido de conservar da área.

## 6. PALAVRAS FINAIS

Ao término deste trabalho, com origem em reflexões e análises sobre as práticas das atividades marítimas modernas, alcançamos resultados que servirão como instrumentos para melhor ordenar a problemática dos limites (capacidade de carga) do fluxo de veículos gerados pelos desdobramentos da atividade turística no PARNA.

Observou-se que o uso do espaço pelo fluxo de veículos constante engendra uma produção de novos espaços e paisagens, decorrentes do progressivo processo de degradação ambiental, podendo tornar-se fator inibidor da continuidade de um desenvolvimento socioeconômico e ambiental equilibrado nas áreas circundantes à UC.

Os efeitos derivaram inicialmente das relações do homem com o mar, que, nos dias atuais, elevam o valor do litoral para a sociedade moderna. Antes desta valorização da costa, habitavam as populações tradicionais que padeceram com as novas simbologias modernas, principalmente com a presença da atividade turística.

É sabido que as comunidades tradicionais elaboraram representações que contribuíram para a proteção do meio ambiente com seus sistemas naturais de manejo. A busca pelo marítimo, no entanto, atrai diversos agentes a fazerem parte da ambiência litorânea, apagando o saber acumulado das práticas tradicionais dessas comunidades, produzindo um novo espaço com novas práticas. Essas práticas levaram a comunidade tradicional de Jericoacoara a exercer outras atividades de trabalho, voltadas exclusivamente para atender à demanda turística.

A atividade turística origina novos comportamentos da sociedade e vários desdobramentos. Em busca de novidade, muitas pessoas abandonam as metrópoles procurando refúgio em regiões pouco habitadas. Exemplo de tal fato é a busca por Jericoacoara, este “paraíso” sobre a terra, que atrai turistas de todas as regiões e países, seja fugindo da correria do mundo moderno, seja em busca de lazer. Seus atrativos, e por ter ainda características de vila de pescador,



impulsionam aqueles que procuram um local para descansar ou os que gostam, apreciam a prática de esportes náuticos. Seus ventos fortes e boas ondas movimentam o comércio do turismo em qualquer época do ano.

Jericoacoara está localizada em uma área natural protegida e de uso restritivo, criada por tática governamental para a proteção do meio, mas isso refletiu de forma conflituosa, em se tratando da relação homem e natureza; Passou de vila de pescadores à Área de Proteção Ambiental (APA), por incentivo de órgãos públicos ligados ao meio ambiente em 1984. Estes pretendiam proteger o local dos fluxos de veículos que degradavam o ecossistema e das construções desenfreadas, ocasionadas pela atividade turística crescente na comunidade.

Ainda assim, não foi tão eficaz, haja vista a ausência de uma fiscalização mais rigorosa e constatada a fragilidade da área. Em consequência disso, por trás de jogo de interesses políticos e empresariais, cenário de “gladiadores” no meio da arena, criou-se o Parque Nacional de Jericoacoara (PARNA) em 2002. Para que haja, no entanto, o uso turístico em áreas protegidas, é necessário que esta atividade esteja prevista no Plano de Manejo e que exista pessoal capacitado suficiente, para garantir a integridade dos ecossistemas naturais na unidade, o que não acontece hoje em Jericoacoara.

Ficou comprovado que a problemática parte da diferença que há nessa região da maioria das outras regiões litorâneas, no fato de situar-se em um Parque Nacional. Aliada a isto, o difícil acesso à Vila contribui para o ideal de paraíso perdido, enquanto o mercado vê os fatores positivos que contribuem para a movimentação turística na região da Vila de Jericoacoara. Neste contexto, situam-se a percepção do IBAMA, da comunidade, dentre outros órgãos, públicos e privados, de avaliar os riscos da atividade.

A Vila enfrenta uma infinidade de problemas. O fim da Área de Proteção Ambiental, a poluição, o crescimento desordenado, a falta de infra-estrutura, a falta de condições básicas para se desenvolver, o aumento na criminalidade, a ausência de um poder público efetivo, que suprima necessidades urgentes, como saúde e saneamento básico. Enfim, para alguns, o pequeno paraíso perde, a cada dia, a condição de éden para se tornar um centro mercantil turístico cheio de conflitos.

Algumas ações foram implementadas e muitos projetos estão sendo desenvolvidos a fim de sanar essas questões. O planejamento participativo, desenvolvido desde 2005, está trazendo soluções com base na Educação Ambiental, desenvolvida pelo IBAMA, que busca fiscalizar efetivamente a área. Essas ações, no entanto, são ainda um pequeno passo diante das problemáticas enfrentadas pela vila de Jericoacoara.

Outra questão analisada se refere ao acesso à Vila. Tendo que passar pelo Parque Nacional, e sendo esta zona de seu entorno, o fluxo de turistas e os problemas da Vila atingem diretamente a Unidade de Conservação. O fluxo intenso de turistas, principalmente nos períodos de alta estação, é o grande complicador dos problemas enfrentados pelo IBAMA.

A análise registrou aumento considerável entre os anos de 2005 (1.769) a 2007 (8.995) de turistas na região, considerando a posição constante de 6º lugar no *ranking* de fluxo dos mesmos com destino a Jericoacoara. Verificou-se também, nos períodos de feriado prolongado, como no fim de ano, um fluxo relevante de turistas de origem local (4.385), nacional (8.385) e internacional (610). Das regiões do Brasil com maior fluxo está o Nordeste (5.733), destacando-se o Ceará como um dos maiores pontos de distribuição do fluxo (4.386). Os resultados revelaram que a quantidade de pessoas e veículos que transitam no Parque reflete diretamente em todo o ecossistema da região.

Medidas como sinalização proibitiva, educação ambiental, informação a turistas, delimitação de trilhas, sua sinalização, têm sido tomadas e estão em desenvolvimento. Entretanto, o fluxo de turistas na região cresce consideravelmente a cada ano, o que torna veemente a constante melhoria das atitudes impostas.

A ação mais relevante realizada para mitigar os impactos ocorridos pelo fluxo de veículos no Parque partiu do projeto de Zoneamento Geoambiental, instrumento este que permitiu a delimitação de três trilhas fixas nas principais vias de acesso à Vila. Com a implantação das trilhas-eixo (62,76ha) e os trechos intermediários (37,60ha), a área a ser utilizada para o tráfego de veículos será reduzido para 100,36ha (1,20%), contribuindo para o restabelecimento natural do

ecossistema, ocasionado pelas trilhas criadas, e também para o reordenamento do fluxo de veículos dentro do Parque.

Essa medida deu origem a outra, que permitirá a limitação do fluxo. As guaritas foram implantadas nas principais entradas das comunidades da Vila do Preá, da Lagoa Grande, Mangue Seco e Guriú. Estão locadas nas trilhas definidas pelo Zoneamento Geoambiental, mas não estão em funcionamento. Aguardam pelo processo de licitação. A operacionalização é de fundamental importância, no que se refere à fiscalização e o monitoramento, e o sistema de comunicação entre as guaritas proporcionará um controle mais efetivo da entrada de veículos no Parque. Com o funcionamento das guaritas, poderá haver um planejamento adequado potencializando a Unidade de Conservação em caráter ambiental.

Vale ressaltar, no entanto, que a restrição pelas guaritas do fluxo de veículos poderá provocar novos desdobramentos nas áreas de entorno, uma vez que estas comunidades não dispõem de estrutura e equipamentos turísticos necessários para atender esse público. Dessa forma, faz-se necessário que a limitação de veículos deva entrar em consonância com o número de pousadas, ou seja, contabilizar o número de leitos e número de habitantes, para que se quantifiquem a capacidade de carga da UC. Isso facilitará o controle do tráfego de veículos no interior do Parque.

Segue aqui algumas sugestões para o melhor funcionamento da atividade turística e da subsistência humana no Parque:

- Primordial a construção do Plano de Manejo para melhor ordenamento do fluxo de veículos, visitantes e moradores, bem como a sua avaliação semestral.
- Criação de fóruns abertos a comunidades e fornecimento de programas de capacitação;
- Trabalhos integrados com as agências de viagens e de transporte locais, orientando-as sobre as normas e limitações do Parque, bem como inserir tais informações nos *folders* e sites turísticos;

- Interação integral de todos os gestores (Prefeitura Municipal e IBAMA) agentes da atividade turística, moradores a serviço do senso comum, resultando na conscientização da realidade ocorrente, podendo, assim, concretizar a grande finalidade do Parque Nacional, ou seja, a de preservar e conservar todo o ecossistema, permitindo a harmonia do homem com a natureza;
- Criação de um espaço ou observatório reservado para visitantes onde serão aplicados vídeos sobre o ecossistema e suas ações preventivas para manutenção do Parque;

Embora todas essas medidas sejam tomadas, não é missão fácil conciliar o uso público com a conservação dos recursos naturais e culturais, sem degradar o meio ambiente. Há necessidade de um bom planejamento, de ações integradas para as bases sustentáveis das práticas turísticas, conciliando as atividades de trabalho.

O monitoramento, o cercamento e a cobrança de taxa serão um desafio para o Parque Nacional, para a comunidade e a todos que o visitam, assim como a contenção dos seus limites. Então, cabe aqui uma reflexão sobre uma área tão conflituosa quanto Jericoacoara, que abre portas para novos estudos: como conciliar a preservação da natureza e os reclames de uma comunidade que tem como economia o turismo sendo sua atividade principal, e, quando o acesso a esta requer restrições?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Nicodemos. **Jericoacoara**. Acaraú, CE, 1971.

ASSOCIAÇÃO DE BUGUEIROS DE JERICOACOARA - ABJ, CE. 2005.

BORGES, Pedro Augusto Pereira. **Avaliação dos custos da produção de rede de pesca**. Monografia - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul 2004.

CEARÁ, SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO. **Turismo**: uma política estratégica para o desenvolvimento sustentável do Ceará 1995-2020. Fortaleza: Setur, 1998.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de oferta e demanda de Turista em Jericoacoara**. 2005 e 2006.

CORBIN, Alain. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAMOND, Jared. **COLAPSO**: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Record, 2005.

DANTAS, Eustógio W. C. **O mar e a maritimidade nos trópicos**. In: GEOUSP – ESPAÇO E TEMPO, São Paulo, n. 15, 2004, p. 36-76.

\_\_\_\_\_. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002b. 111p.

\_\_\_\_\_. Construção da Imagem Turística de Fortaleza/Ceará. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 1, número 1, 2002.

\_\_\_\_\_. Fortaleza et Ceará: **Essai de Geopolitique d'un Pays de Colonisation Tardive**: de la décourverte à la mutation touristique contemporaine. 442 f. 2000. Paris: Thèse de Doctorat, Université de Paris IV – Sorbonne, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil**. *Etnográfica*, Lisboa, v. III, n. 2, p. 361-375, 1999.

ECOLOGISTAS preocupados com a destruição. **Jornal O POVO**, Fortaleza, 30 de agosto de 1987, p 21.

FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

\_\_\_\_\_. Comunidade de pescadores de Jericoacoara – Ceará entra na rota turística. IN VASCONCELOS, Fábio Perdigão (Org.). **Turismo e meio ambiente**. Fortaleza: UECE, 1998.

GUIAS PHILIPS. **Nordeste Brasil**, 2002, p 202.

IBAMA/Parque Nacional de Jericoacoara. **Relatório da Operação das Guaritas no Parque Nacional de Jericoacoara**. Jericoacoara, Abril/2007.

LIMA, Luiz Cruz; SILVA, Ângela Maria Falcão da. **O local globalizado pelo turismo**: Jeri e Canoa no final do século XX. Fortaleza: EDUECE, 2004.

LIMA, Maria do Céu. **Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará**: Territórios, Costumes e Conflitos. São Paulo: Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, FFLCH / USP, 2002. 220 p.

MARTINS, Espedito Cezário. **Turismo com alternativa sustentável: o caso de Jericoacoara no Ceará**. Tese de doutorado – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba - São Paulo, 2002. p.164

MATHEUS, Fabiane Madalena. **A transformação de uma área protegida: Jericoacoara – CE**. 120 f. il. Monografia (Faculdade Senac de Educação Ambiental) – São Paulo, 2003.

MEIRELES, Antônio Jeovah. **Dinâmica Costeira e impactos ambientais. Mudanças na lei de uso e ocupação do solo em Jericoacoara - Jijoca de Jericoacoara**. Fórum Cearense do Meio Ambiente: dossiê Danos ambientais, Fortaleza, junho de 2000.

\_\_\_\_\_. **Jericoacoara e o turismo em massa**. Disponível em: [www.arvore.com.br](http://www.arvore.com.br)

NUGA/UECE. **Área de Proteção Ambiental “Jericoacoara”**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1985.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA (PMF). **Fortaleza**: a administração Lúcio Alcântara- março 1979/maio 1982. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza 1982.

PROJETO – ZONEAMENTO GEOAMBIENTAL - **Plano de Uso Público das Trilhas de Acesso ao Parque Nacional de Jericoacoara**. Jericoacoara, Ceará, 2006.

RODRIGUES, Adyr Balesteri. **Turismo e Espaço**: Rumo a um conhecimento Transdisciplinar. 2. ed. São Paulo. Ed. Hucitec, 1997. 158p.

KNAFOU, Rémeik L'invention du lieu touristique: la passtion d'un contratet lê surgissement simultané d'un nouveau territoire (1991) in: CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003.

SEABRA, Giovanni de Farias. **Ecos do Turismo**: O turismo ecológico em áreas protegidas, Campinas São Paulo, Papyrus, 2001.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei No 9.985, de 18 de julho de 2000.

TUPINANBÁ, S. V. **Do tempo da captura à captura do tempo livre. Terra e Mar:** caminhos da sustentabilidade. 1999. 183f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

**Sítios acessados entre os períodos 2005 a 2007:**

[http://www.amigobrasileiro.com/Images/viagens/ofertas/jericoacoara\\_m.jpg](http://www.amigobrasileiro.com/Images/viagens/ofertas/jericoacoara_m.jpg)

<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/336350.pdf>

<http://diariodonordeste.globo.com/>

<http://www.ibge.gov.br/>

<http://www.jericoacoara.ce.gov.br>

[http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/projetos/EXPMOTIV/MMA/2005/44.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/projetos/EXPMOTIV/MMA/2005/44.htm)

<http://www.setur.ce.gov.br/setur>

<http://www.derti.ce.gov.br>

# ANEXOS



**ANEXOS**

|   |     |
|---|-----|
| ANEXO I – Decreto 90.379- out./84.....                | 114 |
| ANEXO III - Lei nº. 11.486 – Revogação.....           | 119 |
| ANEXO V - Lei nº. 11.486, de 15 de junho de 2007..... | 122 |
| ANEXO VI – Projeto de lei.....                        | 124 |

## ANEXO I

### Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

#### DECRETO Nº. 90.379, DE 29 DE OUTUBRO DE 1984.

Revogado pela Lei nº. 11.486, de 2007

Dispõe sobre a implantação de área de proteção ambiental no Município de Acaraú, no Estado do Ceará, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o que dispõem o artigo 8º, da Lei nº. 6.902, de 27 de abril de 1981, e o artigo 32, do Decreto nº. 88.351, de 1 de junho de 1983,

DECRETA:

Art. 1º - Sob a denominação de APA JERICOACOARA, fica declarada área de proteção ambiental, a região situada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará, com a delimitação geográfica constante do artigo 3º, deste Decreto.

Art. 2º - A declaração de possibilitar às comunidades caiçaras o exercício de suas atividades, dentro dos padrões culturais estabelecidos historicamente, tem por objetivo proteger e preservar:

- a) - os ecossistemas de praias, mangues e restingas;
- b) - dunas;
- c) - formações geológicas de grande potencial paisagístico e científico;
- d) - espécies vegetais e animais principalmente quelônios marinhos;
- e) - aves de rapina e praieiras.

~~Art. 3º - A APA JERICOACOARA tem a seguinte delimitação geográfica: Partindo do Ponto P-00 de coordenadas geográficas latitude 2º50'15" sul e longitude 40º34'00" oeste, situado na foz do Riacho do Balseiro, na Barra do Guriu, segue à montante pela margem esquerda do referido Riacho até a confluência com a Lagoa~~

~~do Carapeba onde está localizado o P-01 de coordenadas geográficas latitude 2º50'20" sul e longitude 40º32'50" oeste; deste ponto segue com 76º rumo SE a distância aproximada de 3450m até o Alto da Testa Branca onde está localizado o P-02 de coordenadas geográficas latitude 2º50'45" sul e longitude 40º31'10" oeste; deste ponto segue com 85º rumo SE a distância aproximada de 2100m até a ponta sul da Lagoa Grande onde está localizado o ponto P-03 de coordenadas geográficas latitude 2º50'50" sul e longitude 40º29'50" oeste; deste ponto segue com 78º rumo NE a distância aproximada de 4950m até o ponto P-04 de coordenadas geográficas latitude 2º50'20" sul e longitude 40º27'15" oeste localizado ao norte da Lagoa da Gijoca; deste ponto segue com 79º rumo NE a distância aproximada de 4300m até o ponto P-05 de coordenadas geográficas latitude 2º49'55" sul e longitude 40º25'00" oeste; deste ponto segue com 29º rumo NO a distância aproximada de 2700m até a Praia do Desterro onde está localizado o ponto P-06 de coordenadas geográficas latitude 2º48'40" sul e longitude 40º25'45" oeste; deste ponto segue rumo oeste pela linha costeira contornando o continente a distância aproximada de 21Km até encontrar o ponto P-00 marco inicial desta descrição. (Revogado pelo Decreto de 4.2.2002)~~

Art. 4º - Na implantação e funcionamento da APA JERICOACOARA, serão adotadas as seguintes medidas prioritárias:

I - zoneamento a ser efetivado através de portaria da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, do Ministério do Interior, em estreita articulação com a Prefeitura Municipal de Acaraú, as Universidades do Estado do Ceará, o Órgão Estadual de Meio Ambiente e a Sociedade Cearense de Cultura e Meio-Ambiente - SOCEMA, indicando-se as atividades a serem incentivadas, em cada zona, bem como as que deverão ser restringidas ou proibidas, de acordo com a legislação aplicável;

II - utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção de Zona de Vida Silvestre, o uso racional do solo, e a aplicação de outras medidas referentes à salvaguarda dos recursos ambientais, sempre que consideradas necessárias;

III - aplicação, quando cabíveis, de medidas legais, destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de sensível degradação da qualidade ambiental;

IV - divulgação das medidas previstas neste Decreto, objetivando o esclarecimento da comunidade local sobre a APA e suas finalidades;

V - aquisição, pela SEMA, de áreas que tiverem especial interesse biótico.

Art. 5º - Na APA JERICOACOARA ficam proibidas ou restringidas:

I - a implantação ou ampliação de atividades industriais potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água;

II - a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais,

principalmente na Zona de Vida Silvestre, onde a biota será protegida com maior rigor;

III - o exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento das coleções hídricas;

IV - o exercício de atividades que ameacem extinguir as espécies raras da biota regional;

V - o uso de biocidas, quando indiscriminado, ou em desacordo com as normas ou recomendações técnicas oficiais.

Art. 6º - A abertura de vias de comunicações, de canais, e a implantação de projetos de urbanização, dependerão de autorização prévia da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, do Ministério do Interior, que somente poderá concedê-la:

a) - após estudo do projeto, exame das alternativas possíveis e avaliação de suas conseqüências ambientais;

b) - mediante a indicação das restrições e medidas consideradas necessárias à salvaguarda dos ecossistemas atingidos.

Parágrafo único - A autorização concedida pela Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, do Ministério do Interior, não implicará na dispensa de outras autorizações ou licenças, federais, estaduais ou municipais, porventura exigíveis.

Art. 7º - Para melhor controlar seus efluentes e reduzir o potencial poluidor das construções destinadas ao uso humano, não serão permitidas:

a) - a construção de edificações, em terrenos que, por suas características, não comportarem a existência simultânea de poços para receber o despejo de fossas sépticas, e de poços de abastecimento d'água, que fiquem a salvo de contaminação, quando não houver rede de coleta e estação de tratamento de esgoto, em funcionamento;

b) - o despejo, no mar e em outros corpos receptores, de esgotos e outros efluentes, sem tratamento adequado que impeça a contaminação das águas.

Art. 8º - Visando manter o padrão cultural e paisagístico da região, não serão permitidas construções que descaracterizem os componentes arquitetônicos locais ou que prejudiquem a paisagem regional típica.

Art. 9º - Nos terrenos de marinha, e acrescidos, conforme conceituados nos artigos 2º e 3º, do Decreto-lei nº. 9.760, de 5 de setembro de 1946, não será permitida a retirada de areia, ou de material rochoso, nem admitidas construções de qualquer natureza com exceção de embarcadouros.

Art. 10 - Com vistas a impedir a pesca predatória, nas águas marítimas ou interiores da APA e nas suas proximidades, será dada especial atenção ao

cumprimento da legislação pertinente, e das normas expedidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, do Ministério da Agricultura.

Art. 11 - Em casos de epidemias e endemias, veiculadas por animais silvestres, o Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde, do Estado do Ceará, poderão, em articulação com a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, do Ministério do Interior, promover programas especiais, para controle dos referidos vetores.

Art. 12 - Ficam estabelecidas, na APA JERICOACOARA, Zonas de Vida Silvestre, destinadas, prioritariamente, à salvaguarda da biota, e cuja delimitação será explicitada no respectivo zoneamento.

§ 1º - A delimitação de que trata este artigo deverá abranger:

- a) - as formações de dunas;
- b) - as áreas cobertas pela areia;
- c) - os lagos e lagoas permanentes e/ou periódicos;
- d) - os manguezais;
- e) - a formação geológica denominada "Serrote".

§ 2º - As Zonas de Vida Silvestre compreenderão, também, as áreas mencionadas no artigo 18, da Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, as quais, quando forem de domínio privado serão consideradas como Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), e ficarão sujeitas às restrições de uso e penalidades estabelecidas, nos termos dos Decretos 88.351, de 1 de junho de 1983, e 89.532, de 6 de abril de 1984.

Art. 13 - Visando à proteção da biota, nas Zonas de Vida Silvestre, não será permitida a construção de edificações, exceto as destinadas à realização de pesquisa e ao controle ambiental.

Art. 14 - Nas Zonas de Vida Silvestre não será permitida atividade degradadora ou potencialmente causadora de degradação ambiental, inclusive o porte de armas de fogo e de artefatos ou instrumentos de destruição da biota, ressalvados os casos objeto de prévia autorização, expedida, em caráter excepcional pela Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, do Ministério do Interior.

Art. 15 - Para os efeitos do art. 18, da Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, consideram-se como de preservação permanente as nascentes ou "olhos d'água" e o seu entorno, num raio de 60 metros, exceto a faixa necessária para assegurar a utilização e o bom escoamento das águas.

Art. 16 - A APA JERICOACOARA será supervisionada, administrada e fiscalizada pela Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, do Ministério do Interior, em articulação com a Prefeitura Municipal de Acaraú, o Órgão Estadual do

Meio Ambiente, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE e a Capitania dos Portos de Fortaleza - CE.

Art. 17 - Com vistas a atingir os objetivos previstos para a APA JERICOACOARA, bem como a definir as atribuições e competências no controle de atividades potencialmente degradadoras, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, do Ministério do Interior, poderá, ainda, firmar convênios com órgãos e entidades públicas ou privadas.

Art. 18 - As penalidades previstas nas Leis nºs 6.902, de 27 de abril de 1981, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, serão aplicadas, pela Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, do Ministério do Interior, aos transgressores das disposições deste Decreto, com vistas ao cumprimento das medidas preventivas e corretivas, necessárias à preservação da qualidade ambiental.

Parágrafo único - Dos atos e decisões da SEMA, referentes à APA JERICOACOARA, caberá recurso ao Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

Art. 19 - Os investimentos e a concessão de financiamentos e incentivos, da Administração Pública Federal, direta ou indireta, destinados à APA JERICOACOARA, serão previamente compatibilizados com as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

Art. 20 - A Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, do Ministério do Interior, poderá designar, através de portaria, Grupo de Assessoramento Técnico para implementação das atividades de administração, zoneamento e fiscalização da APA.

Art. 21 - A Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, do Ministério do Interior, expedirá as instruções normativas necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 22 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

*Mário David Andreazza*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. 30.10.1984.

## ANEXO III

### Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2002.

**Revogado pela Lei nº. 11.486, de 2007**

Cria o Parque Nacional de Jericoacoara, redefine os limites da Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara, no Estado do Ceará, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 11, 15 e 22 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica transformada parte da Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara, criada pelo **Decreto nº 90.379, de 29 de outubro de 1984**, para compor o Parque Nacional de Jericoacoara, nos municípios de Cruz, Jijoca e Jericoacoara, no Estado do Ceará, com área de oito mil, quatrocentos e dezesseis hectares e oito ares.

Art. 2º Os objetivos do Parque Nacional de Jericoacoara são os de proteger e preservar amostras dos ecossistemas costeiros, assegurar a preservação de seus recursos naturais e proporcionar oportunidades controladas para uso público, educação e pesquisa científica.

Art. 3º O Parque Nacional de Jericoacoara apresenta seus limites descritos a partir das cartas topográficas militares em escala 1:100.000 MI: 556 e 557, editadas pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército. O poligonal fica definido a partir do seguinte memorial descritivo: inicia-se, no Ponto P-00, de coordenadas geográficas aproximadas, latitude 2º50'15" sul e longitude 40º34'00" oeste, situado na foz do Riacho do Balseiro, na Barra do Guriú; segue a montante pela margem esquerda do referido Riacho até a confluência com a Lagoa do Carapeba, onde está localizado o P-01, de coordenadas geográficas latitude 2º50'20" sul e longitude 40º32'50" oeste; deste ponto, segue com 76º rumo SE a distância aproximada de 3.450 m até o Alto da Testa Branca, onde está localizado o P-02, de coordenadas geográficas latitude 2º50'45" sul e longitude 40º31'10" oeste; deste ponto, segue com 85º rumo SE a distância aproximada de 2.100 m até a ponta sul da Lagoa Grande, onde está localizado o ponto P-03, de coordenadas geográficas latitude 2º50'50" sul e

longitude 40°29'50" oeste; deste ponto, segue com 78° rumo NE a distância aproximada de 4.950 m até o ponto P-04, de coordenadas geográficas latitude 2°50'20" sul e longitude 40°27'15" oeste, localizado ao norte da Lagoa da Gijoca; deste ponto, segue com 79° rumo NE a distância aproximada de 4.300 m até o ponto P-05, de coordenadas geográficas latitude 2°49'55" sul e longitude 40°25'00" oeste; deste ponto, segue com 29° rumo NO a distância aproximada de 2.700 m até a Praia do Desterro, onde está localizado o ponto P-06, de coordenadas geográficas latitude 2°48'40" sul e longitude 40°25'45" oeste; deste ponto, segue rumo oeste pela linha costeira a distância aproximada de vinte e um quilômetros, contornando o continente, até encontrar o ponto P-00, marco inicial desta descrição.

Art. 4º Fica incorporada à área do Parque Nacional de Jericoacoara a faixa costeira de um quilômetro de largura, paralela à linha costeira, a partir do ponto P-06, com uma distância aproximada de vinte e um quilômetros até o ponto P-00, destinada à zona de proteção costeira.

Art. 5º Os limites da Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara ficam redefinidos pelo seguinte memorial descritivo: inicia-se no ponto de coordenadas geográficas aproximadas, de latitude 02° 47'30" sul e longitude 40° 31'11" oeste, V-1; deste ponto, segue para o ponto de latitude 02° 47'29" sul e longitude 40° 31'04" oeste, V-2; segue para o ponto de latitude 02° 47'30" sul e longitude 40° 30'53", oeste, V-3; daí, parte com azimute 180°29'35" e distância 190,59 m até o vértice V-4; deste, com azimute 149° 19'58" e distância 389,55 m chega-se ao vértice V-5; deste, com azimute 134° 48'31" e distância 124,85 m chega-se ao vértice V-6; deste, com azimute 122° 03'37" e distância 188,11 m chega-se ao vértice V-7; deste, com azimute 144° 14'30" e distância 107,83 m chega-se ao vértice V-8; deste, com azimute 121° 13'34" e distância 91,41 m chega-se ao vértice V-9; deste, com azimute 152° 39'24" e distância 80,99 m chega-se ao vértice V-10; deste, com azimute 131° 16'53" e distância 71,19 m chega-se ao vértice V-11; deste, com azimute 89° 49'20" e distância 225,71 m chega-se ao vértice V-12; deste, com azimute 90° 00'00" e distância 4,00 m chega-se ao vértice V-13; deste, com azimute 88°30'41" e distância 92,38 m chega-se ao vértice V-14; deste, com azimute 77° 33'48" e distância 57,35 m chega-se ao vértice V-15; deste, com azimute 81° 17'41" e distância 45,92 m chega-se ao vértice V-16; deste, com azimute 78° 37'23" e distância 157,66 m chega-se ao vértice V-17; deste, com azimute 77° 23'56" e distância 150,39 m chega-se ao vértice V-18; deste, com azimute 349° 27'38" e distância 100,05 m chega-se ao vértice V-19; deste, com azimute 358° 01'08" e distância 22,85 m chega-se ao vértice V-20; deste, com azimute 348° 28'47" e distância 113,31 m chega-se ao vértice V-21; deste, com azimute 348° 20'16" e distância 55,51 m chega-se ao vértice V-22; deste, com azimute 348° 20'15" e distância 131,29 m chega-se ao vértice V-23; deste, com azimute 299° 55'31" e distância 163,43 m chega-se ao vértice V-24; deste, com azimute 299°55'37" e distância 689,04 m chega-se ao vértice V-25, retornando ao ponto V-1, início deste perímetro, perfazendo uma área de duzentos e sete hectares.

Art. 6º O Parque Nacional de Jericoacoara será administrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, que adotará as medidas necessárias à sua efetiva implantação.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 8º Fica revogado o art. 3º do Decreto nº 90.379, de 29 de outubro de 1984.

Brasília, 4 de fevereiro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*José Carlos Carvalho*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 5.2.2002

## ANEXO V

### Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº. 11.486, DE 15 DE JUNHO DE 2007.

Altera os limites originais do Parque Nacional de Jericoacoara, situado nos Municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz, no Estado do Ceará; revoga o Decreto nº 90.379, de 29 de outubro de 1984, e o Decreto s/nº de 4 de fevereiro de 2002; e dá outras providências.

#### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Parque Nacional de Jericoacoara, situado nos Municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz, no Estado do Ceará, criado nos termos do **Decreto s/nº de 4 de fevereiro de 2002**, passa a reger-se pelas disposições desta Lei.

Art. 2º O Parque Nacional de Jericoacoara tem por objetivos proteger e preservar amostras dos ecossistemas costeiros, assegurar a preservação de seus recursos naturais, possibilitando a realização de pesquisa científica e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Art. 3º O Parque Nacional de Jericoacoara tem os seus limites definidos a partir da base cartográfica digital na escala 1:2000, fornecida pela Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará - CAGECE e em cartas topográficas na escala 1:100.000 MI 556 e 557, editadas pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, inicia-se no ponto de c. p. a. E = 322687 e N = 9685447 (ponto 1), localizado na foz do rio Guriú no oceano Atlântico; daí, segue a montante pela margem direita do rio Guriú até o ponto de c. p. a. E = 324307 e N = 9685007 (ponto 2); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c. p. a. E = 324804 e N = 9685120 (ponto 3), E = 325063 e N = 9685512 (ponto 4), E = 325858 e N = 9686250 (ponto 5), E = 326423 e N = 9686255 (ponto 6), E = 328021 e N = 9686098 (ponto 7), E = 331106

e N = 9685330 (ponto 8), E = 333546 e N = 9685111 (ponto 9), E = 334425 e N = 9685324 (ponto 10), E = 338423 e N = 9686015 (ponto 11), E = 342589 e N = 9686897 (ponto 12), E = 341572 e N = 9689214 (ponto 13), localizado na frente da Pedra do Desterro; daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c. p. a. E = 341192 e N = 9690226 (ponto 14), E = 340406 e N = 9690326 (ponto 15), E = 338572 e N = 9691032 (ponto 16), E = 337202 e N = 9691596 (ponto 17), E = 335388 e N = 9692321 (ponto 18), E = 334078 e N = 9693168 (ponto 19), E = 333292 e N = 9693228 (ponto 20), E = 331418 e N = 9692644 (ponto 21), E = 330390 e N = 9692382 (ponto 22), E = 329971 e N = 9691663 (ponto 23), E = 331045 e N = 9691113 (ponto 24), E = 331047 e N = 9691304 (ponto 25), E = 331283 e N = 9691345 (ponto 26), E = 331620 e N = 9691317 (ponto 27), E = 332359 e N = 9690892 (ponto 28), E = 332430 e N = 9690544 (ponto 29), E = 332430 e N = 9690521 (ponto 30), E = 332448 e N = 9690427 (ponto 31), E = 332837 e N = 9690515 (ponto 32), E = 332811 e N = 9690598 (ponto 33), E = 333294 e N = 9690710 (ponto 34), E = 333466 e N = 9690739 (ponto 35), E = 333530 e N = 9690484 (ponto 36), E = 333385 e N = 9690460 (ponto 37), E = 332892 e N = 9690345 (ponto 38), E = 332840 e N = 9690505 (ponto 39), E = 332450 e N = 9690417 (ponto 40), E = 332147 e N = 9690359 (ponto 41), E = 332102 e N = 9690352 (ponto 42), E = 332046 e N = 9690340 (ponto 43), E = 331954 e N = 9690337 (ponto 44), E = 331724 e N = 9690337 (ponto 45), E = 331670 e N = 9690384 (ponto 46), E = 331633 e N = 9690455 (ponto 47), E = 331555 e N = 9690503 (ponto 48), E = 331492 e N = 9690590 (ponto 49), E = 331333 e N = 9690690 (ponto 50), E = 331244 e N = 9690778 (ponto 51), E = 331193 e N = 9690864 (ponto 52), E = 330108 e N = 9690548 (ponto 53), E = 329302 e N = 9689500 (ponto 54), E = 327750 e N = 9688775 (ponto 55), E = 325836 e N = 9688170 (ponto 56), E = 324506 e N = 9687142 (ponto 57), E = 322410 e N = 9686195 (ponto 58); daí segue, por linha reta, até o ponto inicial desta descrição, fechando o polígono e delimitando uma área aproximada de 8.850ha (oito mil, oitocentos e cinquenta hectares).

Art. 4º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA administrar o Parque Nacional de Jericoacoara, adotando as medidas necessárias a sua efetiva implantação e proteção.

Art. 5º Fica extinta a Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara, criada pelo **Decreto nº 90.379, de 29 de outubro de 1984**.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogados o **Decreto nº 90.379, de 29 de outubro de 1984**, e o **Decreto s/nº de 4 de fevereiro de 2002**, que dispõem sobre o Parque Nacional e a Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara, no Estado do Ceará.

Brasília, 15 de junho de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*João Paulo Ribeiro Capobianco*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 15.5.2007 - Edição extra.

## ANEXO VI

### PROJETO DE LEI

Altera os limites originais do Parque Nacional de Jericoacoara, situado nos Municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz, no Estado do Ceará, e dá outras providências.

#### **O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º O Parque Nacional de Jericoacoara, situado nos Municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz, no Estado do Ceará, criado nos termos do Decreto de 4 de fevereiro de 2002, passa a reger-se pelas disposições desta Lei.

Art. 2º O Parque Nacional de Jericoacoara tem por objetivos proteger e preservar amostras dos ecossistemas costeiros, assegurar a preservação de seus recursos naturais, possibilitando a realização de pesquisa científica e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Art. 3º O Parque Nacional de Jericoacoara tem os seus limites definidos a partir da base cartográfica digital na escala 1:2000, fornecida pela Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará - CAGECE e em cartas topográficas na escala 1:100.000 MI 556 e 557, editadas pela

Diretoria do Serviço Geográfico do Exército: inicia-se no ponto de c. p. a. E = 322687 e N =

9685447 (ponto 1), localizado na foz do Rio Guriú no Oceano Atlântico; daí, segue a montante pela margem direita do Rio Guriú até o ponto de c. p. a. E = 324307 e N = 9685007 (ponto 2); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c. p. a. E = 324804 e N = 9685120 (ponto 3), E = 325063 e N = 9685512 (ponto 4), E = 325858 e N = 9686250 (ponto 5), E = 326423 e N = 9686255 (ponto 6), E = 328021 e N = 9686098 (ponto 7), E = 331106 e N = 9685330 (ponto 8), E = 333546 e N = 9685111 (ponto 9), E = 334425 e N = 9685324 (ponto 10), E = 338423 e N = 9686015 (ponto 11), E = 342589 e N = 9686897 (ponto 12), E = 341572 e N = 9689214 (ponto 13), localizado na frente da Pedra do Desterro; daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c. p. a. E = 341192 e N = 9690226 (ponto 14), E = 340406 e N = 9690326 (ponto 15), E = 338572 e N = 9691032 (ponto 16), E = 337202 e N = 9691596 (ponto 17), E = 335388 e N = 9692321 (ponto 18), E = 334078 e N = 9693168 (ponto 19), E = 333292 e N = 9693228 (ponto 20), E = 331418 e N = 9692644 (ponto 21), E = 330390 e N = 9692382 (ponto 22), E = 329971 e N = 9691663 (ponto 23), E = 331045 e N = 9691113 (ponto 24), E = 331047 e N =

9691304 (ponto 25), E = 331283 e N = 9691345 (ponto26), E = 331620 e N = 9691317 (ponto 27), E = 332359 e N = 9690892 (ponto 28), E = 332430 e N= 9690544 (ponto 29), E = 332430 e N = 9690521 (ponto 30), E = 332448 e N = 9690427 (ponto31), E = 332837 e N = 9690515 (ponto 32), E = 332811 e N = 9690598 (ponto 33), E = 333294 e N= 9690710 (ponto 34), E = 333466 e N = 9690739 (ponto 35), E = 333530 e N = 9690484 (ponto36), E = 333385 e N = 9690460 (ponto 37), E = 332892 e N = 9690345 (ponto 38), E = 332840 e N= 9690505 (ponto 39), E = 332450 e N = 9690417 (ponto 40), E = 332147 e N = 9690359 (ponto41), E = 332102 e N = 9690352 (ponto 42), E = 332046 e N = 9690340 (ponto 43), E = 331954 e N= 9690337 (ponto 44), E = 331724 e N = 9690337 (ponto 45), E = 331670 e N = 9690384 (ponto46), E = 331633 e N = 9690455 (ponto 47), E = 331555 e N = 9690503 (ponto 48), E = 331492 e N= 9690590 (ponto 49), E = 331333 e N = 9690690 (ponto 50), E = 331244 e N = 9690778 (ponto51), E = 331193 e N = 9690864 (ponto 52), E = 330108 e N = 9690548 (ponto 53), E = 329302 e N= 9689500 (ponto 54), E = 327750 e N = 9688775 (ponto 55), E = 325836 e N = 9688170 (ponto256), E = 324506 e N = 9687142 (ponto 57), E = 322410 e N = 9686195 (ponto 58); daí segue, por linha reta, até o ponto inicial desta descrição, fechando o polígono e delimitando uma área aproximada de 8.850 hectares.

Art. 4º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA administrar o Parque Nacional de Jericoacoara, adotando as medidas necessárias à sua efetiva implantação e proteção.

Art. 5º Fica extinta a Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara, criada pelo Decreto no 90.379, de 29 de outubro de 1984.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogados o Decreto no 90.379, de 29 de outubro de 1984, e o Decreto de 4 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o Parque Nacional e a Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara, no Estado do Ceará.

Brasília,